



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL SUSTENTÁVEL**

MARIA APARECIDA FERNANDES

**PARQUE DAS TIMBAÚBAS COMO POLÍTICA PÚBLICA AMBIENTAL NA
PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**CRATO - CE
2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL SUSTENTÁVEL**

MARIA APARECIDA FERNANDES

**PARQUE DAS TIMBAÚBAS COMO POLÍTICA PÚBLICA AMBIENTAL NA
PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável, da Universidade Federal do Cariri, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Regional Sustentável.
Orientadora: Prof^a Dr^a Celme Torres Ferreira da Costa
Coorientadora: Prof^a Dr^a Francisca Laudeci Martins Souza

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

- F398p Fernandes, Maria Aparecida.
Parque das Timbaúbas como Política Pública Ambiental na perspectiva do desenvolvimento sustentável/ Maria Aparecida Fernandes. – 2019.
156 f.: il.; color.; enc. ; 30 cm.
(Inclui bibliografia p.144-152).
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Cariri, Centro de Ciências Agrárias e Biodiversidade, Mestrado em Desenvolvimento Regional Sustentável, Crato, 2019.
Área de concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.
- Orientação: Prof^a. Dra. Celme Torres Ferreira da Costa.
Co-orientação: Prof^a. Dra. Francisca Laudeci Martins Souza.
1. Análise de política pública. 2. Política ambiental. 3. ODS. 4. Parque das Timbaúbas.
I. Título.

CDD 330.908

Bibliotecário: João Bosco Dumont do Nascimento – CRB 3/1355



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL SUSTENTÁVEL**

MARIA APARECIDA FERNANDES

**PARQUE DAS TIMBAÚBAS COMO POLÍTICA PÚBLICA AMBIENTAL NA
PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

Dissertação apresentada, julgada e aprovada como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Regional Sustentável, outorgado pela Universidade Federal do Cariri.

Área de Concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável

Linha de Pesquisa: Meio ambiente

Data de Aprovação: 25/02/2019

Banca Examinadora:

Prof.^a. Dr.^a. Celme Torres Ferreira da Costa
(Orientadora/UFCA)

Prof.^a. Dr.^a. Francisca Laudeci Martins Souza
(Coorientadora/UFCA)

Prof.^a. Dr.^a. Victória Régia Arrais de Paiva
(Membro interno/UFCA)

Prof. Dr.^a Clébia Mardônia Freitas Silva
(Membro externo/UNILAB)

Dedico este trabalho primeiramente a Deus por me conduzir nesse caminho. Especialmente à minha mãe Maria Socorro da Silva Fernandes e a meu pai Pedro Fernandes Filho por sempre me ensinarem o caminho do bem.

A meu esposo Marcos Aurélio do Nascimento por estar ao meu lado e me apoiar em todos os momentos.

E à minha filha Samylly e a seu ou sua irmãzinha (o), ainda no meu ventre, por me ensinarem o amor maior que existe e serem minha inspiração diária.

AGRADECIMENTOS

Ao recordar o percurso para chegar aqui, percebo como enfrentei dificuldades e alegrias. Porém, as dificuldades me fizeram mais forte, pois me ensinaram. E as alegrias só aumentam a cada dia ao perceber que sou uma pessoa capaz de ajudar e fazer o bem ainda mais. Por isso, tenho muito a agradecer!

Gratidão a Deus pela vida e pela possibilidade de trilhar o caminho do bem.

Gratidão à minha família – Socorro (mãe), Pedro (pai), Socorro e Zildene (irmãs), Robério e Rogério (irmãos) e aos meus cunhados, cunhadas, sobrinhos, sobrinhas, sogro e sogra pelo apoio e pelos momentos de diversão que tornaram o caminho menos difícil.

Gratidão à Prof^ª. Dr^ª. Celme Torres Ferreira da Costa pela orientação deste trabalho, presteza, por acreditar em mim e ser uma professora amiga.

Gratidão à Prof^ª. Dr^ª. Francisca Laudeci Martins Souza pela orientação deste trabalho, pela amizade, sabedoria compartilhada e por ter aceitado contribuir com essa construção.

Gratidão às professoras da banca, Prof^ª. Dr^ª. Victória Régia Arrais de Paiva e Prof^ª. Dr^ª Clebia Mardonia Freitas Silva por terem aceitado participar da avaliação contribuindo com críticas e sugestões que enriqueceram a pesquisa.

Gratidão aos professores (as) do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PRODER que na sua maioria contribuíram com a construção de novos conhecimentos, tanto científicos como socioambientais. Em especial às professoras Laudeci e Victória que ao ministrarem a disciplina de DRS, assim carinhosamente chamada, tiveram a capacidade de demonstrar os vários sentidos do termo “desenvolvimento” e, com isso, criar possibilidades para construção de pontes que favoreçam a existência de um mundo melhor.

Gratidão aos colegas do mestrado, turma 2017, que dentre tantos campos diferenciados, consegui construir laços de companheirismo e amizades, compartilhando experiências e conhecimentos.

Gratidão a André Wirtisbick que ao saber de meu sonho para realizar esse curso de mestrado me apresentou a uma professora que me ajudou quando da elaboração do projeto de pesquisa.

Gratidão à professora Dr^ª Gorethe (UFCA) que acreditou na minha capacidade e me ajudou no momento inicial desta caminhada.

Gratidão aos companheiros (as) de trabalho da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos – SEMASP de Juazeiro do Norte – Ce, que durante as idas e vindas para

cursar o mestrado tive apoio e ajuda de todos aqueles que procurei. Em especial às amigas do setor de anuência (Íris, Janiéle e Cidyana), às amigas (Elíanes, Erisvalda e Maria – chamada por Miúda), aos companheiros do setor de área verde (Alan e José Geraldo), aos companheiros do setor de fiscalização e serviços públicos (Romildo, Tiago, Paulinho, Carlos, Vangivaldo e Maria Ney), às companheiras da Escola de Educação Ambiental (Socorro e Joseane), ao companheiro José Moreira e ao atual secretário Luiz Ivan, que acreditou no meu compromisso e responsabilidade enquanto funcionária pública e estudante, e me ajudou em todos os momentos que necessitei, como também a sua secretária Nayane que sempre me tratou com presteza.

Gratidão aos companheiros (as) da Autarquia Municipal de Meio Ambiente de Juazeiro do Norte – AMAJU pelos momentos vivenciados e disposição em ajudar e contribuir com esta pesquisa, em especial Nayce, Kal-Rais e Rodrigo.

Gratidão a Josa, funcionário da SEMACE, e sua esposa Lusimeire que sempre estiveram dispostos a me ajudar.

Gratidão a Eraldo Oliveira pela confiança e presteza em contribuir com esta construção.

Gratidão a todos e todas que aceitaram ser entrevistados (as) e contribuíram com a construção desta pesquisa: membros do COMDEMA, sociedade civil frequentadora do Parque, movimento social em prol do Parque e gestores municipais.

Gratidão à mãe Rita, assim chamada carinhosamente por minha filha, e às minhas filhas do coração: Manuela e Carlinha pela demonstração de carinho e amor para com minha filha e por me ajudarem nos momentos que precisei.

Gratidão a meu esposo Marquinhos, companheiro e amigo de todas as horas, e à minha filha Samylly, por me despertarem para a vida em família, pois ao me verem mergulhada nos estudos mostraram-me que a vida estudantil também é “brincar” e sorrir em família.

Gratidão a todos (as) que colaboraram direta ou indiretamente para que este trabalho fosse possível.

A todos (as) minha eterna Gratidão!

“CHUVA DE HONESTIDADE

Quando o ronco feroz do carro pipa, cobre a força do aboio do vaqueiro
Quando o gado berrando no terreiro, se despede da vida do peão
Quando verde eu procuro pelo chão, não encontro mais nem mandacaru
Dá tristeza ter que viver no sul, pra morrer de saudades do sertão

Eu sei que a chuva é pouca e que o chão é quente
Mas, tem mão boba enganando a gente, secando o verde da irrigação
Não! Eu não quero enchentes de caridade, só quero chuva de honestidade
Molhando as terras do meu sertão

Eu pensei que tivesse resolvida, essa forma de vida tão medonha
Mas, ainda me matam de vergonha, os currais, coronéis e suas cercas
Eu pensei nunca mais sofrer da seca, no nordeste do século vinte e um
Onde até o voo troncho de um anum, fez progressos e teve evolução

Israel é mais seco que o nordeste, no entanto se investe de fartura
Dando força total a agricultura, faz brotar folha verde no deserto
Dá pra ver que o desmando aqui é certo, sobra voto, mas, falta competência
Pra tirar das cacimbas da ciência, água doce que regue a plantação”.

(Flávio Leandro)

RESUMO

As políticas públicas são definidas e praticadas em contextos históricos. Por isso, cada sociedade tem um padrão de políticas públicas. No caso brasileiro, o estudo das políticas públicas parece vivenciar um momento incipiente, no que se refere ao plano do conhecimento, referente às respostas que têm sido dadas quanto às exigências crescentes da sociedade brasileira sobre o tema. Porém, como os conceitos e os termos relacionados com as políticas públicas passaram a se fazer presentes na linguagem dos governos e da sociedade em geral, a própria estrutura dessas sociedades contemporâneas passou a exigir que a expressão “políticas públicas” fosse revista e atualizada de maneira que incorporasse instâncias para além do Estado, ou seja, incorporasse uma reflexão voltada para as determinações de natureza social, cultural, política e econômica que embasam a ação do poder público resultante da complexa interação existente entre Estado e sociedade. Com o surgimento do termo Desenvolvimento Sustentável, o escopo das políticas públicas volta-se cada dia mais para as questões ambientais. Nesse sentido, ao compreender que o estudo das políticas públicas deve ser orientado pelos planos ontológico, analítico, empírico e metodológico na busca pela compreensão do fluxo resultante das ações e intenções dos atores ativados por e no interesse público, a presente pesquisa objetivou analisar o Parque das Timbaúbas enquanto política pública ambiental e suas relações com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS nº 15, que se alinha com a proposta do Parque. Para tanto, a metodologia utilizada foi exploratório-descritiva com abordagem qualitativa e fez uso de um estudo de caso. Utilizaram-se também técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, observação direta e entrevistas semiestruturadas. Para análise dos resultados foram adotadas as análises descritiva, exploratória e explicativa. Foi verificado que o Parque das Timbaúbas parece vivenciar uma situação de abandono e descaracterização enquanto política pública ambiental de proteção de manancial, pois a escassa gestão municipal em conjunto com baixa participação e controle popular parece não contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas sustentáveis. Com isso, as políticas públicas praticadas no Parque, aparentemente, não se alinham ao ODS nº 15, pelo fato de não terem sido identificadas ações concretas nem contínuas que proporcionassem proteção, recuperação ou promoção de um uso sustentável dos ecossistemas ali existentes e nem uma gestão capaz de proporcionar a existência de um Parque sustentável.

Palavras-chave: Análise de política pública; Política ambiental; ODS; Parque das Timbaúbas.

ABSTRACT

Public policies are defined and practiced in historical contexts. Therefore, each society has a standard of public policy. In the Brazilian case, the study of public policies seems to experience an incipient moment, as far as the knowledge plane is concerned, referring to the responses that have been given to the growing demands of Brazilian society on the subject. However, as the concepts and terms related to public policies came to be present in the language of governments and society in general, the very structure of these contemporary societies began to demand that the expression "public policies" be revised and updated so as to incorporate instances beyond the State, that is, to incorporate a reflection focused on the determinations of social, cultural, political and economic nature that underpin the action of public power resulting from the complex interaction between State and society. With the emergence of the term Sustainable Development, the scope of public policies is increasingly focused on environmental issues. In this sense, in understanding that the study of public policies must be guided by the ontological, analytical, empirical and methodological plans in the search for understanding the flow resulting from the actions and intentions of the actors activated by and in the public interest, the present research aimed to analyze the Timbaúbas Park as an environmental public policy and its relationship with the Sustainable Development Objective - ODS nº 15, which is aligned with the proposal of the Park. To do so, the methodology used was exploratory-descriptive with a qualitative approach and made use of a case study. Literature and documentary research techniques, direct observation and semi-structured interviews were also used. To analyze the results, the descriptive, exploratory and explanatory analyzes. It was verified that the Timbaúbas Park seems to experience a situation of abandonment and decharacterization as an environmental public policy of spring protection, since the scarce municipal management together with low participation and popular control does not seem to contribute to the development of sustainable public policies. As a result, the public policies practiced in the Park apparently do not align with ODS nº 15, because no concrete or continuous actions were identified that would provide protection, recovery or promotion of a sustainable use of the ecosystems existing there and neither management capable of providing the existence of a sustainable Park.

Keywords: Public policy analysis; Environmental policy; ODS; Timbaúbas Park.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados sobre os frequentadores do Parque das Timbaúbas.....	29
Tabela 2 - Dados sobre entrevistas com frequentadores do Parque	30
Tabela 3 - Identificação das falas das pessoas entrevistadas.....	31

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tipos de coleta e análise de dados em relação aos objetivos	32
Quadro 2 - Categorias dos atores.....	37
Quadro 3 - Apropriação do Parque das Timbaúbas pela sociedade civil frequentadora do espaço	126
Quadro 4 - Exemplos de políticas públicas para o Parque de acordo com os membros do COMDEMA	133

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Localização do município de Juazeiro do Norte - CE	23
Figura 02 - Localização do Parque Natural Municipal das Timbaúbas	23
Figura 03 - Planta do Parque Ecológico das Timbaúbas	93
Figura 04 - Planta baixa do Parque Natural Municipal das Timbaúbas	97
Figura 05 - Placa de inauguração do Parque Ecológico das Timbaúbas, 1996.....	98
Figura 06 - Entrada da área que foi inaugurada como Parque Ecológico das Timbaúbas	106
Figura 07 - Placa de inauguração do prédio da Escola Ambiental (lado esquerdo).....	107
Figura 08 - Placa de inauguração do prédio da polícia ambiental (lado direito).....	107
Figura 09 - Prédio onde funciona a SEMASP e a Escola Ambiental.....	110
Figura 10 - Prédio onde funciona a polícia ambiental.....	111
Figura 11 - Quadras esportivas.....	111
Figura 12 - Pista de atletismo e ciclovía.....	112
Figura 13 - Anfiteatro e lanchonetes	112
Figura 14 - Viveiro de mudas	113
Figura 15 - Poço da CAGECE para abastecer as bicas e o Parque, desativado	113
Figura 16 - Poço da CAGECE que opera normalmente.....	114
Figura 17 - Centro de reabilitação e oficina de órtese e prótese.....	115
Figura 18 - Piscina semiolímpica	115
Figura 19 - Centro de Iniciação ao Esporte	116
Figura 20 - Construção atualmente abandonada.....	117
Figura 21 - Construção atualmente abandonada.....	117
Figura 22 - Campo de futebol.....	118
Figura 23 - Campo de futebol.....	118
Figura 24 - Pista de skate.....	119
Figura 25 - Bica	119
Figura 26 - Sala verde.....	120
Figura 27 - Lagoa dos macacos 1	121
Figura 28 - Lagoa dos macacos 2	122
Figura 29 - Canal de ligação entre as lagoas	122
Figura 30 - Significado e significância do Parque das Timbaúbas	139

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAJU	Autarquia Municipal de Meio Ambiente de Juazeiro do Norte
APP	Área de Preservação Permanente
APA	Área de Proteção Ambiental
ARPP	Análise Racional das Políticas Públicas
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CEUC	Cadastro Estadual de Unidades de Conservação
CIE	Centro de Iniciação ao Esporte
CNUD	Cadastro Nacional de Unidades de Conservação
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
COMDEMA	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
DS	Desenvolvimento Sustentável
FUNDEMA	Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente
G	Gestor (a)
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBDF	Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MC	Membro do COMDEMA
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
MMA	Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal
MS	Movimento Social
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não-Governamental
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PEMT	Parque Ecológico Municipal das Timbaúbas
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SC	Sociedade civil
SINFRA	Secretaria de Infraestrutura
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente

SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente
SEMASP	Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos
SISMAM	Sistema Municipal do Meio Ambiente
SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SUDEPE	Superintendência de Desenvolvimento da Pesca
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UC	Unidade de Conservação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	17
2. DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA	20
2.1. O método	20
2.2. Tipo de estudo	21
2.3. Lócus de estudo	23
2.4. Coleta de dados.....	24
2.4.1. Embasamento teórico.....	25
2.4.2. Caracterização do Parque das Timbaúbas	25
2.5. Análise de dados.....	32
3. POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: conceitos, objetivos e possibilidades	34
3.1. Políticas Públicas	34
3.1.1. Atores, arena e relações de poder	36
3.1.2. Participação e controle social	43
3.1.3. Tipologia das políticas públicas	46
3.1.4. Políticas públicas ambientais	48
3.1.5. Análise de políticas públicas	54
3.2. Desenvolvimento Regional Sustentável	59
3.2.1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS	63
3.2.2. Desenvolvimento Sustentável a partir das dimensões intangíveis.....	66
3.2.3. O Bem Viver como alternativa ao desenvolvimento	70
4. ÁREA VERDE, UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, PARQUE URBANO E MANANCIAL: conflitos e convergências	76
4.1. Área verde e suas finalidades.....	76
4.2. Unidade de Conservação - UC enquanto regulamento	78
4.2.1. Unidades de proteção integral	78
4.2.2. Unidades de uso sustentável	79
4.3. Parque urbano e suas peculiaridades	81
4.4. Importância e proteção dos mananciais	82
5. O PARQUE DAS TIMBAÚBAS COMO POLÍTICA PÚBLICA: ações e intenções ..	85
5.1. Proposta inicial	85
5.2. Histórico da criação	91

5.3. Da efetivação do Parque	101
5.4. Apropriação do Parque pela população e gestão municipal	125
5.5. Políticas públicas no e para o Parque e suas relações com o ODS.....	132
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	141
REFERÊNCIAS	144
APÊNDICES	153

1. INTRODUÇÃO

Diante da problemática socioambiental vivenciada nas últimas décadas, principalmente em ambientes urbanos, os discursos oficiais passaram a demonstrar interesse nessa temática e, conseqüentemente, o desenvolvimento de políticas públicas em muitas cidades parece ter sido guiado pelos preceitos ecológicos, no qual os recursos naturais estão sendo transformados em espaços delimitados, com legislação específica que ditam a forma como os seres humanos devem se relacionar com essas áreas.

Durante a CNUMAD - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992 no Rio de Janeiro, o termo Desenvolvimento Sustentável - DS foi institucionalizado na agenda 21, assegurando assim o discurso dominante: “[...] de que o poder público e as comunidades locais, portanto em âmbito municipal, devem criar formas de promover o desenvolvimento com base na capacidade de o meio ambiente se ‘regenerar’” (GOMES, 2014, p. 3).

Dessa forma a criação de áreas para proteção e conservação dos recursos naturais, advindos do termo DS, passou a fazer parte das agendas políticas locais. Com isso, vêm sendo inseridas no escopo das políticas públicas em que tais políticas voltam-se cada dia mais para as questões ambientais. Têm-se, desse modo, a existência de ambientes propícios para estudar políticas públicas.

No caso do Brasil, os autores Giovanni e Nogueira (2018) relatam que o estudo das políticas públicas pode ser considerado introdutório. Não que seja um “atraso” teórico e metodológico, porém trata-se da existência de um descompasso referente às respostas que estão sendo dadas, no plano do conhecimento, às exigências crescentes da sociedade brasileira sobre essa temática.

Ainda de acordo com o pensamento dos autores, nas três últimas décadas, a expressão políticas públicas, bem como a variedade de conceitos ou termos a elas relacionados, começaram a se fazer presente na linguagem dos governos, dos movimentos sociais, dos sindicatos, dos partidos políticos, das organizações não governamentais, como também da mídia. Apesar disso, a divulgação da produção ainda ocorre de maneira incipiente e, somente, nos últimos anos é notório um esforço para ampliar a publicação dos aprofundamentos de conhecimentos nessa área.

Em decorrência disso, a própria estrutura das sociedades contemporâneas passou a exigir que a expressão “políticas públicas” fosse revista ou atualizada, de modo que incorporasse uma reflexão voltada para as determinações de natureza social, cultural, política

e econômica que embasam a ação do poder público. Como consequência, “[...] a política pública passa a ser tratada como uma forma de exercício do poder em sociedades democráticas, resultante de uma complexa interação entre Estado e sociedade” (GIOVANNI e NOGUEIRA, 2018, p. 19).

Ao entender que as políticas públicas são materializadas por meio da ação concreta de sujeitos sociais e de atividades institucionais que as realizam em cada contexto e influenciam seus resultados, a necessidade de acompanhar os processos de implementação e avaliar seus impactos devem ser ações permanentes (SILVA e SOUZA-LIMA, 2010).

Corroborando com o pensamento de Silva e Souza-Lima (2010, p. 4) “nessa abordagem, e no contexto da realidade brasileira, cabe refletir sobre como são desenvolvidas as políticas públicas, principalmente as locais (municipais), e que relação estabelecem com a condição de vida dos cidadãos”. Tais políticas públicas parecem exigir planejamento e serem programadas de acordo com as necessidades e condições de vida da população e do ambiente local.

Toda política pública, de acordo com Giovanni (2018), deve ser entendida como uma tentativa de ação sobre um domínio problemático da sociedade na busca de adaptá-lo, conservá-lo ou transformá-lo. Para entender o processo que envolve determinada política pública torna-se necessário conhecer os atores que delas participam, pois sempre vão agir baseados por certas representações relativas à natureza do problema, dos desfechos e das consequências de sua própria ação.

A crescente aglomeração em ambientes urbanos brasileiros com o surgimento das atividades industriais parece gerar uma maior atenção à necessidade de ordenação territorial como um instrumento de uma política preventiva dos impactos sobre o meio ambiente. Na busca de uma gestão integrada desses recursos foi criada no Brasil a Política Nacional de Meio Ambiente tendo por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida (BRASIL, 1981).

A cidade de Juazeiro do Norte, localizada no Ceará, possui 96% de sua população ocupando o território urbano, o que parece evidenciar a necessidade da preservação e conservação dos recursos naturais para uma melhor qualidade de vida de sua população (IBGE, 2010). Nesta perspectiva, a elaboração de políticas públicas direcionadas para as questões ambientais adentra como uma das formas de minimizar os impactos causados pelo ambiente construído e de conservação dos recursos naturais existentes, ou seja, um auxílio na busca de um desenvolvimento de forma sustentável.

O Brasil assumiu o compromisso de implementar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e tem o documento “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável” como eixo norteador já que define a estratégia mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015 composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030. Segundo dados oficiais: “esta agenda representa uma ferramenta orientadora para planejamento de ações e políticas públicas perenes, capazes de levar o Brasil ao efetivo alcance do desenvolvimento sustentável” (BRASIL, 2017).

É nessa prerrogativa que se enquadra o Parque das Timbaúbas, objeto adotado neste trabalho para estudo. Dessa maneira, a presente dissertação visa analisar o Parque das Timbaúbas enquanto política pública ambiental e suas relações com o ODS que se alinha com a proposta do Parque. Para tanto, teve como objetivos específicos: - compreender os principais conceitos referentes às políticas públicas, desenvolvimento regional sustentável, manancial, área verde, Unidade de Conservação e parque urbano, bem como suas relações com os ODS; - descrever as particularidades do Parque das Timbaúbas enquanto política pública ambiental; e, - verificar as políticas públicas executadas em prol do Parque das Timbaúbas a partir de seu caráter processual e sua natureza de construto analítico e de que maneira fortalecem o ODS que se alinha com a proposta do Parque.

Logo nesta introdução faz-se uma síntese sobre a problemática da pesquisa. Na sequência, é apresentado o detalhamento da metodologia utilizada especificando os caminhos que a pesquisa percorreu para ser realizada. Nas duas próximas seções consta o embasamento teórico: no primeiro foram descritos os principais conceitos ligados ao campo das políticas públicas e do desenvolvimento regional sustentável, articulando limites e possibilidades no contexto atual; e no segundo item foram descritos os conflitos e convergências envolvendo os conceitos de área verde, Unidade de Conservação, parque urbano e manancial, objetivando fornecer a base conceitual para entendimento da pesquisa. Os resultados encontrados são apresentados e discutidos logo a seguir enfatizando sobre o objeto de estudo, tratando o Parque a partir das perspectivas de ações e intenções de seus atores, apresentando-o enquanto proposta inicial, histórico da criação, da efetivação do Parque, apropriação pela população e gestão municipal, e das relações entre as políticas públicas lá desenvolvidas com o Desenvolvimento Sustentável, à luz do ODS nº 15. Para finalizar apresentam-se as considerações a respeito dos resultados encontrados e em seguida são especificadas as referências bibliográficas que deram base à tessitura da pesquisa.

2. DELINEAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

2.1. O método

A prática da ciência significa antes de tudo, compreender que a mesma se apresenta como uma forma de conhecimento: objetivo, pois descreve a realidade independentemente dos caprichos do pesquisador; racional, porque não se vale de sensação ou impressões, para chegar a seus resultados, busca a razão; sistemático, devido preocupar-se em construir sistemas de ideias organizadas de forma racional buscando incluir os conhecimentos parciais em totalidades cada vez mais amplas; geral, já que seu interesse se dirige fundamentalmente à elaboração de leis ou normas gerais, que explicam todos os fenômenos de certo tipo; verificável, pois sempre possibilita demonstrar a veracidade das informações; e falível, porque reconhece sua própria capacidade de errar (GIL, 2008).

Dessa forma, esta pesquisa se posiciona com a influência da abordagem adotada pela Mirada ao Revés segundo Boullosa (2013) em que o estudo das políticas públicas e da gestão social está pautado em uma compreensão sociocêntrica do *policy making process*, estabelecendo modelos fluxos multiautoriais de esforços e ações para o tratamento de problemas considerados de pública relevância ou para a preservação de bens públicos.

Nessa mesma linha, a dimensão teórico-metodológica quando trabalhou o conceito de política pública considerou que esta é um construto analítico e, portanto, a principal tarefa do analista é reconstruir aquele fluxo que foi identificado a partir do seu próprio olhar, problematizando seu próprio quadro de valores objetivando atribuir significado e significância ao objeto de pesquisa (BOULLOSA, 2013).

A escolha em se alinhar as ideias de a Mirada ao Revés permite que a análise de política pública seja realizada para além das instâncias tradicionais do governo, assumindo seu caráter processual e sua natureza de construto analítico, reconhecendo que o resultado de tal construção é sempre artificial, parcial, subjetivo, incerto e interdependente de outros (BOULLOSA, 2013).

Como afirma Stake (2011, p. 23) “pesquisa é investigação, um estudo deliberado, uma busca pela compreensão”. Portanto, ao contrário das perspectivas positivistas, as quais pressupõem objetividade e neutralidade científicas, esta pesquisa considera que a posição do pesquisador deve ser interna, participando da arena estudada, analisando o objeto de pesquisa a partir de seu próprio olhar (BOULLOSA, 2013).

Assim, os métodos e princípios adotados neste trabalho foram identificados como adequados e funcionais para uma melhor compreensão do objeto estudado, direcionando para um modo próprio de investigar, identificando estratégias metodológicas e instrumentos propícios de acordo com os objetivos propostos, pois como afirma Gil (2008, p. 175) na pesquisa qualitativa “[...] não há fórmulas ou receitas predefinidas para orientar os pesquisadores” e, portanto, cada investigação gera seu próprio método, buscando assim o tipo de estudo propício para cada pesquisa.

2.2. Tipo de estudo

A pesquisa é exploratório-descritiva, que segundo Lakatos (2003), estudos exploratório-descritivos combinados, são estudos que têm por objetivo descrever completamente determinado fenômeno. A pesquisa exploratória busca desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, a partir da formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos futuros, objetivando proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinada situação. Normalmente envolvem levantamento bibliográfico e documental, entrevistas não padronizadas e estudos de caso. É realizada especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e se constitui como a primeira etapa de uma investigação mais ampla, na maioria dos casos (GIL, 2008).

A pesquisa descritiva apresenta como objetivo primordial descrever as características de determinada população ou fenômeno ou estabelecer as relações entre variáveis. Pode objetivar também o levantamento de opiniões, atitudes e crenças de uma população. Há casos em que pode proporcionar uma nova visão do problema, aproximando-se das pesquisas exploratórias. Pesquisas descritivas e exploratórias são realizadas comumente por pesquisadores sociais preocupados com a atuação prática (GIL, 2008).

Para tanto, utilizou-se a abordagem qualitativa preocupando-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais (GERHARDT e SILVEIRA, 2009). Na pesquisa qualitativa existem várias formas de pensamentos tais como: interpretativo (fixa-se nos significados das relações humanas a partir do olhar do pesquisador); experiencial (é empírico e direciona-se ao campo); situacional (é conduzido aos objetos e às atividades em contextos singulares) e personalístico (busca compreender as percepções individuais e respeita a diversidade) (STAKE, 2011).

Alami, Desjeux e Moussaoui (2010) afirmam que para realizar pesquisa qualitativa são necessárias qualidades de improvisação, de forma a explorar a realidade sem hipóteses iniciais imponentes e sem prever resultados. Ou seja, é necessário explorar, analisar, impregnar-se e depois distanciar-se daquilo que se deseja pesquisar.

Realizou-se um estudo de caso, que na visão de Yin (2001, p. 32) é uma investigação empírica que “investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”. O mesmo autor afirma que “[...] o estudo de caso contribui, de forma inigualável, para a compreensão que temos dos fenômenos individuais, organizacionais, sociais e políticos” (YIN, 2001, p. 21).

O local estudado foi o Parque das Timbaúbas localizado no município de Juazeiro do Norte – Ce como demonstrado a seguir.

2.3. Lócus de estudo

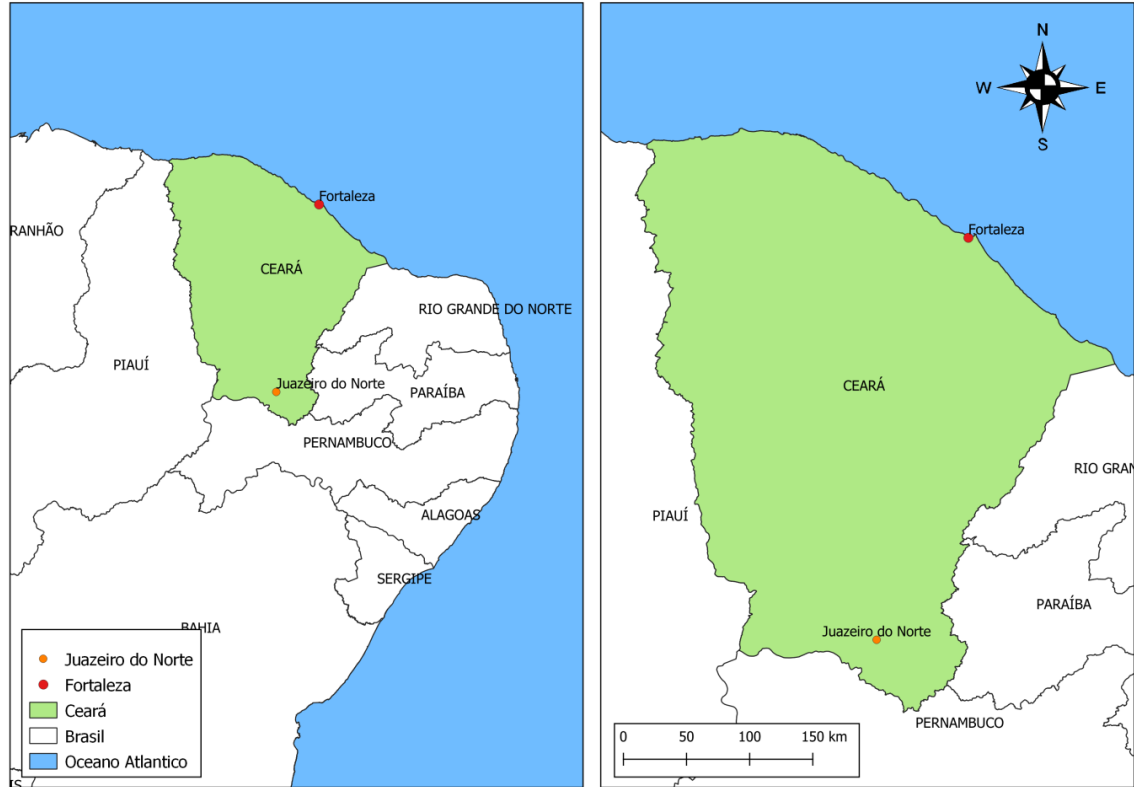
O município de Juazeiro do Norte, localizado no sul do Ceará, possui área de 248 km², com população de quase 300 mil habitantes, limita-se com os municípios de Crato, Barbalha, Caririçu e Missão Velha. Foi instituído como município em 22 de julho de 1911, tendo como primeiro prefeito o Padre Cicero Romão Batista (JUAZEIRO DO NORTE, 2018). A Figura 01 mostra a localização do município de Juazeiro do Norte no território do estado do Ceará, Brasil.

Foi realizado um estudo sobre o Parque das Timbaúbas localizado em Juazeiro do Norte – Ce. A criação do Parque apresentou como objetivo inicial assegurar a preservação e recuperação da faixa marginal aos rios Salgadinho e Timbaúbas, pois o abastecimento de água da cidade de Juazeiro do Norte é feito através da captação em poços profundos implantados na faixa de proteção desses rios (JUAZEIRO DO NORTE, 1997). A Figura 02 mostra a localização do Parque das Timbaúbas no município de Juazeiro do Norte, atualmente.

De acordo com dados oficiais da prefeitura de Juazeiro do Norte (2017) o Parque é uma área instituída por meio de uma política pública ambiental e atualmente foi reconhecida como uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, dessa forma, é um ambiente propício para estudo de acordo com o objetivo da pesquisa.

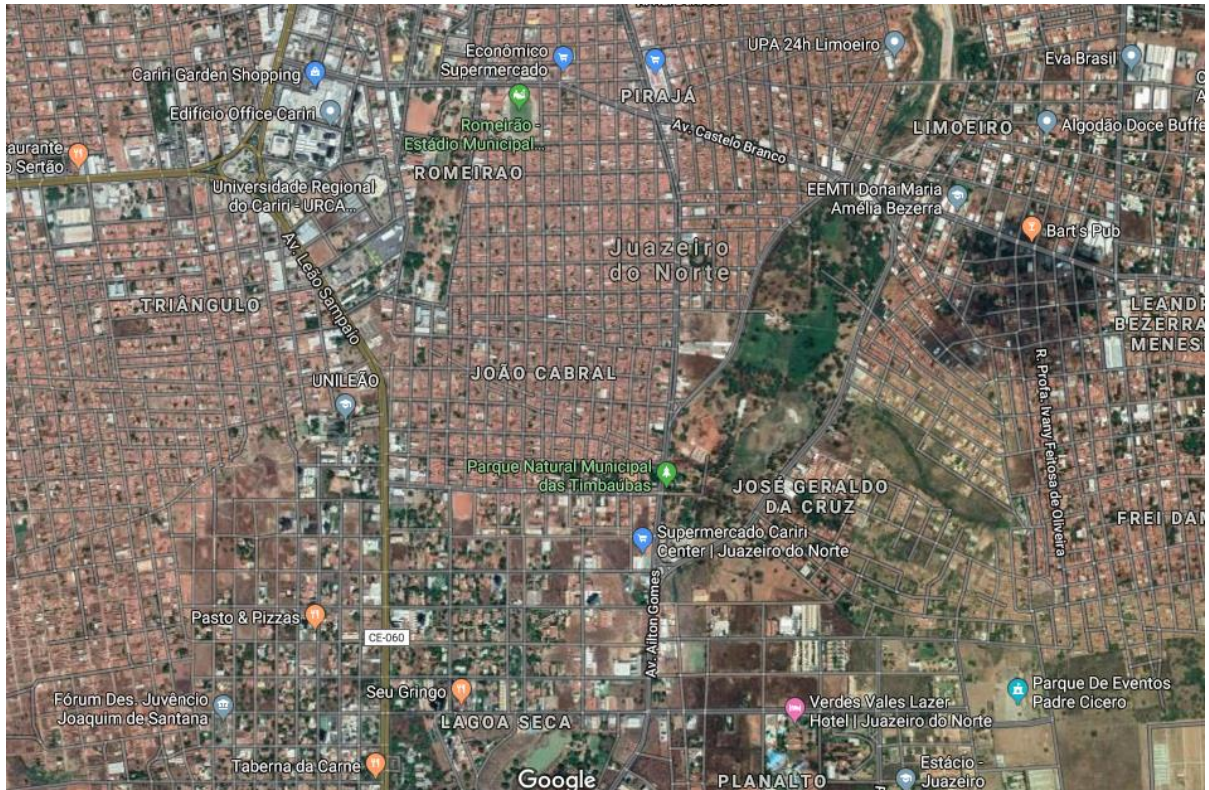
É uma área que foi instituída primeiramente como Parque Ecológico das Timbaúbas, com 1.214,31 hectares, através do decreto municipal nº 1.183 de 16 de junho de 1997 como área de proteção dos mananciais e do ecossistema de seu entorno sendo composto por áreas de

Figura 01 - Localização do município de Juazeiro do Norte – CE.



Fonte: mapa adaptado da base cartográfica do IBGE, 2018.

Figura 02 – Localização do Parque Natural Municipal das Timbaúbas.



Fonte: Google maps. Acesso em Janeiro/2019.

Preservação permanente do rio Salgadinho e dos seus afluentes, dentre eles o rio Timbaúbas, como forma de garantir uma melhora na qualidade das águas de recarga dos aquíferos, pois o abastecimento de água do município de Juazeiro do Norte provinha exclusivamente dos poços profundos implantados nas áreas de proteção desses rios (JUAZEIRO DO NORTE, 1997).

Porém, em 23 de outubro de 2017, por meio do decreto municipal nº 352, revogou-se o decreto inicial de 1997 e criou-se o Parque Natural Municipal das Timbaúbas com 23,4 hectares, dando ênfase aos objetivos enquanto Unidade de Conservação de proteção integral (JUAZEIRO DO NORTE, 2017).

Nesta perspectiva, apresentamos o percurso realizado referente à coleta de dados para realização desse estudo.

2.4. Coleta de dados

Foram utilizados nesta pesquisa dados primários e secundários. Os dados de cunho primário foram obtidos a partir da pesquisa de campo, com uso de diário de campo e entrevistas semiestruturadas. Já os dados secundários, foram adquiridos a partir de revisão bibliográfica e pesquisa documental.

Yin (2001, p. 79) afirma que “[...] preparar-se para a coleta de dados pode ser uma atividade complexa e difícil”. Se não for realizada corretamente, todo o trabalho investigativo poderá ter sido em vão. Dentre a preparação têm-se as habilidades desejadas por parte do pesquisador do estudo de caso, tais como:

- uma pessoa deve ser capaz de fazer boas perguntas - e interpretar as respostas;
- uma pessoa deve ser uma boa ouvinte e não ser enganada por suas próprias ideologias e preconceitos;
- uma pessoa deve ser capaz de ser adaptável e flexível, de forma que as situações recentemente encontradas possam ser vistas como oportunidades, não ameaças;
- uma pessoa deve ter uma noção clara das questões que estão sendo estudadas, mesmo que seja uma orientação teórica ou política, ou que seja de um modo exploratório. Essa noção tem como foco os eventos e as informações relevantes que devem ser buscadas a proporções administráveis;
- uma pessoa deve ser imparcial em relação a noções preconcebidas, incluindo aquelas que se originam de uma teoria. Assim, uma pessoa deve ser sensível e estar atenta a provas contraditórias; (YIN, 2001, p. 81).

Existem ainda três tópicos extras que devem fazer parte de qualquer preparação para um estudo de caso: “[...] o treinamento para um estudo de caso específico, o desenvolvimento

de um protocolo para a investigação e a condução de um estudo de caso piloto” (YIN, 2001, p. 80).

A chave para compreender o treinamento necessário à coleta de dados para o estudo de caso é compreender que cada pesquisador deve ser capaz de trabalhar como um pesquisador "sênior". Uma vez no campo de pesquisa, todo pesquisador de campo é um pesquisador independente e não pode confiar em fórmulas rígidas para orientar seu comportamento. O pesquisador deve sempre ser capaz de tomar decisões inteligentes sobre os dados que estão sendo coletados (YIN, 2001, p. 81).

Para garantir que os estudos de caso sejam conduzidos com qualidade e administrados de maneira uniforme é preciso ter bom êxito no cumprimento desses quatro tópicos, para tanto, é necessária certa dose de paciência (YIN, 2001).

A partir desse pensamento, será detalhado o caminho percorrido para coletar as informações necessárias para a pesquisa.

2.4.1. Embasamento teórico

Para alcançar o primeiro objetivo realizou-se pesquisa bibliográfica para adquirir embasamento teórico referente aos conceitos essenciais para a pesquisa, a saber: políticas públicas e os termos relacionados; desenvolvimento regional sustentável incluindo possibilidades e alternativas, a exemplo do ODS; manancial; área verde; Unidade de Conservação e parque urbano, visando o cruzamento entre esses conceitos e desses com o objeto estudado.

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está em permitir ao pesquisador acessar uma variedade de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia investigar diretamente, sendo indispensável nos estudos históricos (GIL, 2008).

Nesse sentido, o objeto estudado foi caracterizado a partir de pesquisa documental, observação direta e realização de entrevistas semiestruturadas.

2.4.2. Caracterização do Parque das Timbaúbas

✓ Pesquisa documental

Para melhor caracterização e aprofundamento a respeito do Parque das Timbaúbas realizou-se uma pesquisa documental, buscando informações em documentos tais como relatórios, reportagens de jornais, fotografias, instrumentos legais emitidos pelo poder público, entre outros.

Usar documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado, pois “[...] a riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural” (SÁ-SILVA, ALMEIDA e GUINDANE, 2009, p. 2).

Pesquisar documentos permite acrescentar a dimensão temporal à compreensão do social, favorecendo assim, observar o processo de desenvolvimento ou evolutivo de indivíduos, conceitos, conhecimentos, grupos, práticas, etc. (CELLARD, 2008). A pesquisa documental assemelha-se à pesquisa bibliográfica. A diferença está na natureza das fontes, pois enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental apresenta materiais que ainda não receberam um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa (GIL, 2008).

Para tanto, foi consultado junto aos órgãos públicos municipais, especificamente na Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos - SEMASP e na Autarquia Municipal de Meio Ambiente de Juazeiro do Norte - AMAJU os documentos referentes ao processo de criação e implementação do Parque. Analisando a documentação, foi possível verificar em um dos textos, especificamente no diagnóstico realizado pela Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE (SILVA, 2003), diagnóstico recebido como doação por um funcionário da SEMACE, a existência de estudos sobre a proposta inicial de criação do Parque, elaborada pela empresa ENGEVIX, que estava na biblioteca da SEMACE em Fortaleza - CE.

Em contato com um funcionário da SEMACE, foi possível viabilizar o acesso a esses documentos, de forma a incluí-los nesta pesquisa. Também foi possível consultar outros documentos sobre o Parque com um funcionário antigo do município e com um ex-secretário de meio ambiente do município que possui um acervo pessoal sobre o histórico do Parque.

✓ Observação direta

Adotou-se também a observação direta como técnica para coletar evidências, pois compreendemos que os fenômenos de interesse não sejam puramente de caráter histórico, encontrar-se-ão disponíveis também para observação de alguns comportamentos ou condições ambientais relevantes, já que as provas observacionais podem ser úteis para fornecer informações adicionais sobre o tema que está sendo estudado (YIN, 2001). Ou seja, “ao

realizar uma visita de campo ao local escolhido para o estudo de caso, você está criando a oportunidade de fazer observações diretas” (YIN, 2001, p. 115).

A visita de campo aconteceu no dia 18/12/2018 tendo como objetivo além de fazer observações diretas do atual Parque das Timbaúbas também coletar fotos para demonstrar a realidade encontrada. Tal visita aconteceu somente no território que hoje é denominado Parque Natural Municipal das Timbaúbas.

✓ Entrevistas

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas (vide apêndices), por apresentar aspectos importantes para a coleta de dados do objeto em questão, fazendo uso da combinação de perguntas fechadas, para compreensão de elementos mais objetivos como também de perguntas abertas, para compreensão de elementos mais subjetivos, buscando oferecer conforto para os sujeitos discorrerem livremente sobre suas experiências, percepções, opiniões e representações.

O uso da entrevista possibilita a obtenção de dados referentes aos vários aspectos da vida social e os dados obtidos são suscetíveis de classificação e de quantificação. “A entrevista é, portanto, uma forma de interação social. Mais especificamente, é uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca coletar dados e a outra se apresenta como fonte de informação” (GIL, 2008, p. 109).

Foram aplicadas entrevistas semiestruturadas por estas permitirem aprofundar as visões e opiniões quando for desejável que os respondentes aprofundem suas respostas. Esse aprofundamento pode direcionar a entrevista por outros caminhos que, apesar de não estarem previstos, ajudem no alcance dos objetivos da pesquisa. Esse tipo de entrevista não é padronizado e apesar do entrevistador ter uma lista de questões e perguntas a serem realizadas, pode não usar todas em cada entrevista, pode mudar a ordem das mesmas, como também pode realizar perguntas adicionais, de acordo com a direção da entrevista (GRAY, 2012).

Os critérios de inclusão e exclusão para delinear os (as) entrevistados (as) na pesquisa foram especificados da seguinte maneira: *a)* ter sido ou está gestor (a) do Parque: considerando como gestor (a) do Parque os representantes legais dos órgãos públicos ambientais do município; *b)* sociedade civil que esteja frequentando o Parque; *c)* ter sido ou está membro do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA. Foram

excluídas as pessoas que não quiseram ser entrevistadas, não foram localizadas e/ou não foi viável ou possível o encontro pessoal.

Escolheram-se esses três (03) grupos de pessoas para serem entrevistadas, uma vez que o objeto de estudo é uma política pública ambiental e dessa forma envolve diversos setores da sociedade seja governamental, não governamental e a sociedade civil em geral.

Considerando o que determina a Lei nº 3662 de 22 de abril de 2010 que institui a política ambiental e dispõe sobre o Sistema Municipal do Meio Ambiente - SISMAM “[...] para a administração da qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente no município de Juazeiro do Norte, Ceará” (JUAZEIRO DO NORTE, 2010, p. 01), decidiu-se incluir para serem entrevistados os titulares da Secretaria de Meio Ambiente e os conselheiros do COMDEMA já que compõem o SISMAM. Não incluindo os representantes do FUMDEMA, pois o mesmo ainda não foi criado no município.

Essa legislação determina que o SISMAM é composto da seguinte forma: I - Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Serviços Públicos – SEMASP, considerado o órgão executor do sistema; II - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, considerado órgão central do sistema; III - Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente – FUNDEMA, como órgão captador de recursos financeiros para o meio ambiente; (JUAZEIRO DO NORTE, 2010).

Foram incluídos também os representantes da AMAJU que de acordo com a Lei Complementar nº 85, de 10 de maio de 2012, de acordo com art. 3º, incisos I e II, respectivamente, são competências da AMAJU “executar a política municipal de meio ambiente, visando a melhoria da qualidade de vida e a preservação dos recursos naturais do Município” e “assegurar a promoção do desenvolvimento sustentável do município de Juazeiro do Norte, formulando e implementando as políticas públicas voltadas para harmonizar a preservação, conservação e uso sustentável do meio ambiente” (JUAZEIRO DO NORTE, 2012, p. 1).

Finalizando, considerou-se a sociedade civil usuária do Parque como um grupo propício a contribuir com essa pesquisa, pois são também atores fundamentais para análise e reconstrução desse processo considerando a partir da participação e do controle social.

A amostra dos (as) entrevistados (as) foi selecionada em três momentos de acordo com os critérios de inclusão especificados anteriormente. Para entrevistar as pessoas incluídas no item *a*, foi pesquisado através de documentos e conversas com funcionários mais antigos da SEMASP como também com os próprios secretários os nomes dos gestores desde a época dos estudos iniciais do Parque até os dias atuais, ou seja, os nomes dos (as) secretários (as) da

Secretaria de Meio Ambiente municipal entre os anos de 1993 a 2018. Pesquisaram-se também junto à AMAJU os nomes de seus superintendentes. Como resultado foi encontrado dezessete (17) pessoas que já participaram e/ou participam da gestão do Parque e assim elaborou-se uma lista com as informações obtidas.

Na sequência buscou-se contato com esses representantes legais dos órgãos ambientais para informar sobre a pesquisa e seus objetivos, fazendo o convite para participar de uma entrevista pessoal. Dentre essas dezessete pessoas só foi possível entrevistar seis (06), pois com algumas não foi possível o encontro pessoal e outras não foram localizadas. As entrevistas com esse grupo ocorreram entre os dias 11/12/2018 e 22/01/2019.

Quanto ao item *b* foi informado sobre a pesquisa e seus objetivos ao secretário da SEMASP da época, que atualmente está responsável pela gestão do Parque, solicitando autorização para entrevistar as pessoas que estivessem frequentando o Parque no momento escolhido pela pesquisadora. Obtendo autorização, de imediata, como resposta.

Para saber detalhes sobre a população do item *b* foi solicitada informação sobre os frequentadores do Parque à SEMASP durante o ano de 2018, uma vez que esse é o órgão responsável pela gestão do Parque. Porém, como não existe controle sobre a entrada de pessoas naquela área, devido a ausência de controle na portaria e má condições do cercamento da área, obteve-se apenas a quantidade de alunos (as) e professores (as) de escolas e universidades que frequentaram o Parque para visita técnica e que solicitaram oficialmente e tiveram o acompanhamento da Fundação Escola Ambiental Monsenhor Murilo de Sá Barreto, totalizando 485 pessoas de janeiro até agosto de 2018, conforme apresentado na Tabela 1:

Tabela 1 - Dados sobre os frequentadores do Parque das Timbaúbas.

FREQUENTADORES (AS) DO PARQUE	
2018	Janeiro a Junho = 305 Julho = 150 Agosto = 30 Setembro a dezembro = fechado para reforma
Total	485

Fonte: Fundação Escola Ambiental Monsenhor Murilo de Sá Barreto, 2018.

Considerando que, no momento da coleta de dados o Parque estava em reforma e não estava recebendo visitas acompanhadas, impossibilitando o contato com esse grupo de pessoas, esse universo de frequentadores do parque não foi considerado, já que um dos

critérios definidos para esse grupo de entrevistados é que a entrevista seja realizada na área do Parque.

Com isso, ao entender que os frequentadores do Parque são uma população flutuante e que como critério para ser entrevistada a pessoa teria que assinar um termo de consentimento livre e esclarecido optou-se em selecionar alguns dias e horários para ficar no Parque das Timbaúbas e realizar as entrevistas com quem se dispusesse. Assim, as entrevistas ocorreram conforme mostrado na Tabela 2:

Tabela 2 - Dados sobre entrevistas com frequentadores do Parque.

Dia e horário	Quantidade de entrevistados (as)
15/12/2018 – 14h às 17h	01
16/12/2018 – 08h às 12h	04
17/12/2018 – 13h às 16h	01
22/01/2019 – 08h às 11h	01
Total de entrevistas	07

Fonte: Elaboração própria, 2019.

Durante as entrevistas obtivemos informação sobre dois (02) movimentos sociais em prol do Parque das Timbaúbas e, com isso, por julgar tais informações também importantes para a pesquisa, a pesquisadora participou de uma roda de conversa com um dos movimentos em 23/01/2019 e entrevistou um dos representantes do outro movimento em 24/01/2019.

Referente ao item *c* foi solicitado à AMAJU, que atualmente é a secretaria executiva do COMDEMA, a lista com dos (as) conselheiros (as) do COMDEMA desde a época de sua criação. Porém, como o mesmo passou algum tempo inativo e funcionando de forma descontínua, foi fornecida somente a relação a partir de 2013. De acordo com a Lei nº 3450, de 25 de maio de 2009 o plenário do COMDEMA é formado por nove (09) representantes governamentais e nove (09) representantes não governamentais e cada representante possui seu respectivo suplente. Como os representantes do COMDEMA possuem mandato de dois (02) anos a lista fornecida pela AMAJU contempla os biênios 2013/2014, 2015/2016 e 2017/2018.

Dessa relação para que a amostra a ser entrevistada tivesse representatividade buscou-se entrevistar pelo menos um membro (titular ou suplente) de cada entidade representante do conselho desde 2013 até 2018, considerando um membro por cada entidade independente do período enquanto membro e desconsiderando as entidades que foram destituídas por causa de falta, ficando assim um total de quatorze (14) entidades aptas para entrevista. Assim, foi aplicado o mesmo procedimento de contato conforme fora feito para o

grupo do item *a*, sendo a entrevista aplicada a sete (07) membros do COMDEMA, já que com alguns não foi possível o encontro pessoal e outros não foram localizados. Com esse grupo as entrevistas aconteceram entre os dias 18/12/2018 e 26/01/2019.

Todas as entrevistas aconteceram entre os dias 11/12/2018 e 26/01/2019 e no total foram entrevistadas 21 pessoas. Ainda teve a roda de conversa com um dos movimentos sociais a qual contou com cinco (05) participantes, porém, nesta pesquisa utilizou-se a fala de apenas um representante.

O processo de transcrição das entrevistas foi feito pela pesquisadora de modo que ao ouvir cada entrevista individualmente também fazia a digitação da mesma procurando manter o máximo à transcrição daquilo que foi falado, e por diversas vezes foi necessário retroceder a gravação (o áudio) para ouvir e reouvir pequenos trechos para poder transcrever de maneira fiel o que foi dito pelos interlocutores da pesquisa.

Para identificar as falas das pessoas entrevistadas, a pesquisadora adotou o seguinte método: para cada pessoa entrevistada a mesma foi identificada com a letra inicial do grupo que pertencia seguido do número pela ordem que ocorreu a entrevista mais o ano da entrevista. A identificação das falas dos entrevistados está apresentada na Tabela 3.

Tabela 3 - Identificação das falas das pessoas entrevistadas.

Grupo de entrevistados	Identificação
Gestor (a)	G-1 (2018) até G-6 (2019)
Sociedade civil	SC-1 (2018) até SC-7 (2019)
Movimento Social	MS-1 e MS-2 (2019)
Membro do COMDEMA	MC-1 (2018) até MC-7 (2019)

Fonte: Elaboração própria, 2019.

Para tanto, buscou-se verificar informações para entendimento do contexto histórico socioambiental e político do Parque, como também de sua dinâmica enquanto construto analítico buscando reconstruir e dando significado ao fluxo resultante de ações e intenções dos múltiplos atores sociais ativados por e no interesse público conforme assevera Boullosa (2013).

Na ocasião foram elucidadas as possíveis dúvidas e esclarecida a necessidade do uso de aparelho de gravação digital (gravador) visando fazer anotações e registro das falas. Explicou-se também sobre a necessidade de assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE, explicando seus direitos enquanto participante da pesquisa, inclusive sobre a possibilidade de desistência a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

Com base nos aspectos éticos da pesquisa, conforme Resolução N° 510 de 07 de abril de 2016, a presente investigação, de acordo com os métodos adotados, não precisa ser registrada e nem avaliada pelo sistema CEP/CONEP, pois se enquadra nos critérios determinados nos incisos I e VII do parágrafo único do art. 1º da resolução em questão, pois estabelecem respectivamente: pesquisa de opinião pública com participantes não identificados; e pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito.

Logo a seguir, apresentamos os tipos de análises adotadas na busca pelo alcance dos objetivos da pesquisa.

2.5. Análise de dados

A partir do pensamento de Gil (2008, p. 175) [...] “a análise dos dados na pesquisa qualitativa passa a depender muito da capacidade e do estilo do pesquisador”.

Para interpretar os resultados, o pesquisador precisa ir além da leitura dos dados, com vistas a integrá-los num universo mais amplo em que poderão ter algum sentido. Esse universo é o dos fundamentos teóricos da pesquisa e o dos conhecimentos já acumulados em torno das questões abordadas. Daí a importância da revisão da literatura, ainda na etapa do planejamento da pesquisa. Essa bagagem de informações, que contribuiu para o pesquisador formular e delimitar o problema e construir as hipóteses, é que o auxilia na etapa de análise e interpretação para conferir significado aos dados (GIL, 2008, p. 178).

Como a coleta de dados utilizou diversos instrumentos, a seguir será demonstrada a forma de coleta de dados para cumprimento dos objetivos estabelecidos e o tipo de tratamento específico para cada um, conforme Quadro 1.

Quadro 1- Tipos de coleta e análise de dados em relação aos objetivos.

Objetivos	Coleta de dados	Análise adotada
Compreender os principais conceitos referentes às políticas públicas, desenvolvimento regional sustentável, manancial, área verde, Unidade de Conservação e parque urbano e suas relações com os ODS;	Pesquisa bibliográfica	Análise descritiva
Descrever as particularidades do Parque das Timbaúbas enquanto política pública ambiental;	Pesquisa documental Entrevistas semiestruturadas Observação direta	Análise documental Análise descritiva Análise exploratória
Verificar as políticas públicas executadas em prol do Parque das Timbaúbas a partir de seu	Pesquisa bibliográfica Pesquisa documental	Análise descritiva Análise exploratória

caráter processual e sua natureza de construto analítico e de que maneira fortalecem o ODS que se alinha com a proposta do Parque.	Entrevistas semiestruturadas Observação direta	explicativa
--	---	-------------

Fonte: Elaboração própria, 2019.

Na sequência descreveremos os conceitos necessários para entendimento sobre a temática pesquisada.

3. POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL: conceitos, objetivos e possibilidades

3.1. Políticas Públicas

Há diferentes caminhos para interpretar a noção de políticas públicas e cada um destes carrega consigo implicações sobre a natureza do seu objeto e de suas fronteiras teóricas, metodológicas e empíricas, configurando distintas escolas de estudo (BOULLOSA, 2014, p. 144).

Para Boullosa (2014) é importante reforçar a advertência existente sobre a diferença entre política (*politic*) e política pública (*policy*). Segundo a autora, política “[...] refere-se ao universo das relações de poder e partidos e dos processos decisórios nas esferas parlamentares de deliberação pública (congresso, assembleias legislativas, por exemplo)”, enquanto política pública “[...] diz respeito aos processos do governo em ação após decisões parlamentares” (BOULLOSA, 2014, p. 144).

Ao se falar em políticas públicas tem-se um conceito mais contemporâneo, associado ao Estado moderno, em que o poder dos órgãos administrativos públicos é entendido como instância sob cuja responsabilidade são tomadas decisões de acordo com os princípios da democracia. É um conceito interdisciplinar, que contempla elementos de diversos campos científicos, como da ciência política, da sociologia, do direito, da economia e da psicologia social (BURSZTYN e BURSZTYN, 2012).

As políticas públicas estão associadas aos processos de decisão referentes aos governos, voltados aos interesses coletivos. Em poucas palavras, políticas públicas são as ações regulares, institucionalizadas, de governos, visando a objetivos e fins determinados. Diferem de ações de interesse coletivo que emanam de entes não governamentais. [...] por outro lado, as decisões governamentais nem sempre são tomadas com base em demandas e expectativas legitimamente expressas pela sociedade. Mas são políticas públicas, mesmo assim (BURSZTYN e BURSZTYN, 2012, p. 146).

A partir do pensamento de Secchi (2013, p. 2), “[...] uma política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público”. Nessa perspectiva, uma política para ser considerada política pública deve possuir dois elementos fundamentais: intencionalidade pública e resposta a um problema público, ou seja, deve tratar ou solucionar um problema entendido como coletivamente relevante (SECCHI, 2013).

Para que um problema seja considerado público, o mesmo deve “[...] ter implicações para uma quantidade ou qualidade notável de pessoas” (SECCHI, 2013, p. 10). Ou seja, um

problema somente se torna público quando os atores políticos o consideram problema (situação atual inadequada) e público (relevante para coletividade). Portanto, a definição de um problema público está susceptível a interpretações, pois conferir a característica “público” a um problema envolve interpretações político-normativas dos próprios atores políticos envolvidos com o tema, com isso, é quase sempre um processo nebuloso (SECCHI, 2013).

Nos anos 2000, com a divisão do campo entre os racionalistas (correntes positivistas) e argumentativistas (pós-positivistas) o próprio conceito de política pública passou a ser rediscutido, a partir do surgimento de correntes sociocêntricas buscando reformular o conceito de política pública para além do Estado (SECCHI, 2016).

Lima e D’Ascenzi (2018, p. 38-39) elencam cinco elementos que podem ser utilizados para delimitar uma definição para as políticas públicas:

Em primeiro lugar, o elemento processual, destacando a política pública como um conjunto de entendimentos, decisões e ações analisadas e implementadas por diferentes atores. Em segundo, um elemento relacionado à finalidade – o objetivo de uma política pública é responder organizacionalmente a um problema interpretado como sendo social. Terceiro, uma questão substantiva, no sentido de que as políticas públicas são orientadas por valores, ideias e visões de mundo. Ou seja, elas não são neutras, mas expressam entendimentos prevaletentes na sociedade em dado momento. Em quarto lugar, a dinâmica de interação e conflito entre os atores que as permeiam; isso se deve ao fato de que o processo das políticas públicas promove a (re) alocação de recursos sociais. E, por último, uma decorrência: uma política pública (trans) forma uma ordem local, isto é, um sistema em que os atores (inter) agem e (re) manejam recursos. Esse sistema de ação busca orientar e delimitar a ação social por meio da (trans) formação de estrutura(s) social (is).

Apesar de não existir consenso quanto ao conceito de políticas públicas, admitindo-se assim muitas definições e algumas polêmicas, a presente pesquisa encontra-se acolhida na definição adotada por Boullosa (2013, p. 79) para a qual política pública (*policy*) é:

[...] um construto analítico que reconstrói significando um fluxo resultante de ações e intenções de uma multiatorialidade ativada por e no interesse público, em contextos historicizados de governo de problemas considerados de pública relevância ou em contextos historicizados de preservação de bens públicos.

Tomando como base esse conceito, falaremos da importância dos atores, incluindo suas relações e os cenários nos quais se relacionam e, como tais relações influenciam no processo de políticas públicas.

3.1.1. Atores, arena e relações de poder

Teixeira (2002, p. 2) relata que elaborar uma política pública significa “[...] definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente”. Por esse ângulo, o mesmo autor demonstra a importância de distinguir “Políticas Públicas” de “Políticas Governamentais”. Nem sempre “políticas governamentais” são públicas, apesar de serem estatais. Para serem classificadas como “públicas”, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios dessas políticas, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público, ou seja, possibilitou a participação da sociedade.

Secchi (2013, p. 5) considera que políticas governamentais são “[...] aquelas políticas elaboradas e estabelecidas por atores governamentais”. São oriundas dos órgãos dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e é um subgrupo das políticas públicas. Heidemann (2009, p. 31 *apud* SECCHI, 2013, p. 5) trata que “[...] a perspectiva de política pública vai além da perspectiva de políticas governamentais, na medida em que o governo, com sua estrutura administrativa, não é a única instituição a servir à comunidade política, isto é, a promover ‘políticas públicas’”.

A partir dessa concepção, parece ser compreensível que “[...] as políticas públicas são estabelecidas por uma miríade de atores” (SECCHI, 2013, p. 99). Para as ciências políticas, os atores são indivíduos, grupos ou organizações que executam determinado papel na arena política. Possuem relevância em um processo de política pública quando têm a capacidade de influenciar, direta ou indiretamente, o conteúdo e os resultados da política pública. Conseguem sensibilizar a opinião pública sobre problemas de relevância coletiva, influenciam o processo de formulação da agenda, estudam e elaboram propostas, decidem e transformam intenções em ações (SECCHI, 2013).

Para Lima e D’Ascenzi (2018, p. 40) “os atores sociais são aqueles indivíduos e/ou grupos, organizados ou não, formalizados ou não, mas que tenham algum interesse na política pública, a ponto de mobilizarem esforços para criá-la, suprimi-la ou modificá-la”.

Os atores podem ser classificados em categorias. No Quadro 2 está apresentada a categorização dos atores adotada por Secchi (2013, p. 101):

Quadro 2 - Categorias dos atores.

Atores governamentais	<ul style="list-style-type: none"> • Políticos • Designados politicamente • Burocratas • Juizes
Atores não governamentais	<ul style="list-style-type: none"> • Grupos de interesse • Partidos políticos • Meios de comunicação • <i>Think tanks</i> • Destinatários das políticas públicas • Organizações do terceiro setor • Outros <i>stakeholders</i>: fornecedores, organismos internacionais, comunidades epistêmicas, financiadores, especialistas, etc.

Fonte: Secchi, 2013.

Como afirma Secchi (2013) existem formas individualizadas de alguns padrões governamentais desses atores e essa apresentação está condicionada à existência de um ambiente político democrático.

O fato de alguns atores aparecerem em uma mesma categoria não quer dizer que tenham comportamento ou interesse em comum. A saliência de interesses de atores é indiossincrática ao contexto político em estudo. Um mesmo ator pode ter diferentes interesses em diferentes contextos ou em diferentes fases do processo de elaboração de política pública, da mesma forma que atores de uma mesma categoria podem ter interesses e comportamentos conflitantes (SECCHI, 2013, p. 100).

Dentre os atores governamentais têm-se os políticos, “[...] atores fundamentais no processo de políticas públicas”. Possuem como papel primordial identificar os problemas públicos e decidir quais políticas públicas seriam adequadas para enfrentá-los. Representam várias fontes de interesses, tais como: de seus partidos políticos; de grupos de pressão (categorias profissionais, movimentos sociais, setores econômicos, corporações, etc.); de territórios/áreas geográficas; da coletividade em geral; seus próprios interesses, etc. Exercem também funções educativas e informativas, influenciando na formação de opinião e na construção de consensos em torno de ideias e causas éticas (SECCHI, 2013, p. 102).

Os designados politicamente, de acordo com a legislação brasileira, podem ser classificados como aqueles investidos de funções de confiança e aqueles investidos de cargos comissionados. As funções de confiança são acessíveis de forma exclusiva aos servidores públicos de carreira, que são designados de forma política para funções de chefia, direção e assessoramento, a partir de critérios de confiança. É uma função política temporária e é compensada com gratificação salarial sobre o salário-base do burocrata. Já os cargos

comissionados são acessíveis tanto aos burocratas quanto às pessoas externas à administração pública. São livres de nomeação e exoneração, e servem como elo entre as orientações políticas e os burocratas. Podem ser considerados como uma fonte valiosa de poder para os partidos e os políticos, pois, servem como moeda de troca, onde os políticos podem oferecer aos militantes, pessoas de confiança e técnicos que colaboram na promoção de uma candidatura (SECCHI, 2013).

Os burocratas, aqui entendido como o corpo de funcionários públicos, possuem características que afetam diretamente o processo de políticas públicas. Apresenta como função primordial a manutenção da administração pública ativa, independente dos ciclos eleitorais. Tem como características: estabilidade de emprego, esquemas de seleção e promoção baseados na competência técnica e experiência adquirida, mecanismos hierárquicos de coordenação. A influência da burocracia acontece em todas as fases do ciclo de política pública, pois, captam os problemas públicos de forma direta (formação da **agenda**); auxiliam os políticos através de seus conhecimentos técnicos para a formulação e escolha de soluções para os problemas públicos (**formulação de alternativas**); transformam valores e orientações políticas em atividades executadas pela administração pública (**implementação**), e, na fase de **avaliação das políticas públicas**, abastecem os sistemas de controle, fornecendo aos políticos informações sobre o andamento da implementação e recebem críticas e sugestões oriundas dos destinatários das políticas públicas (SECCHI, 2013).

Os juízes desempenham importante papel no processo de implementação das políticas públicas. São servidores públicos que “[...] têm a prerrogativa de interpretar a justa ou injusta aplicação de uma lei por parte dos cidadãos e da própria administração pública” (SECCHI, 2013, p. 107). Reforça o autor que estes são protagonistas na elaboração de políticas públicas quando emitem uma decisão judicial ou uma súmula, por exemplo. E, por isso, podem ser alvos de assédio de grupos de interesses e partidos políticos que possam ser diretamente afetados por suas decisões.

Dentre os atores não governamentais têm-se os grupos de interesse, também conhecidos como grupos de pressão. “[...] São indivíduos organizados formal ou informalmente que utilizam recursos para influenciar decisões e políticas públicas” (LIMA e D’ASCENZI, 2018, p. 44). Enfatiza o autor que estes podem ser constituídos formalmente, como os sindicatos e colegiados profissionais, por exemplo, como podem ser informais, como os movimentos feministas, de grupos ambientalistas, etc. Utilizam instrumentos como campanhas publicitárias, financiamento de campanhas eleitorais, greves, entre outros,

buscando mobilizar recursos de poder e planejamento de ações objetivando ampliar a adesão às suas causas, podendo assim, influenciar nas definições no processo das políticas públicas.

Partidos políticos são “[...] organizações formalmente constituídas em torno de um projeto político, que buscam influenciar ou ser protagonistas no processo de decisão pública e administração do aparelho governamental, por meio da formação e canalização de interesses da sociedade civil” (SECCHI, 2013, p. 110). Tem como principal função fazer a conexão entre os interesses da sociedade e o governo.

A mídia – meios de comunicação - exerce importante papel como difusor de informações, exercendo papel relevante para a manutenção da democracia. Pode também controlar a esfera política e a atuação da administração pública através de investigações jornalísticas (SECCHI, 2013). Os detentores dos meios de comunicação possuem interesses diversos, portanto, de acordo com Lima e D’Ascenzi (2018, p. 44) “[...] da mesma forma que pode contribuir para o ingresso de um problema na agenda governamental, pode atuar de forma oposta, ao ‘escolher’ divulgar certas informações em detrimento a outras”. Dessa forma, devido a esta larga influência exercida pela mídia sobre a opinião pública e sobre o processo de políticas públicas há autores que a consideram como ‘o quarto poder’.

Os *think tanks* conhecidos como institutos de políticas públicas ou usinas de ideias, atuam na construção e transmissão de conhecimento de aplicação imediata nas etapas do processo de política pública, ou seja, são organizações que realizam pesquisas e orientação sobre políticas públicas. Também podem disseminar informações para a sociedade sobre os problemas públicos (SECCHI, 2013).

Os destinatários das políticas públicas são indivíduos, grupos e organizações para os quais a política pública se destina. São também conhecidos como *policytakers* e geralmente são rotulados como uma categoria passiva de atores, porém, em determinadas situações podem assumir o papel de tomadores de decisão, participando de conselhos gestores, por exemplo, como também influenciar a opinião pública atuando como ativistas (SECCHI, 2013).

As organizações do terceiro setor atuam em áreas da sociedade em que a ação do Estado é insuficiente ou inexistente. “[...] São organizações privadas sem fins lucrativos que lutam por algum interesse coletivo”. No campo da gestão de políticas públicas existe um termo surgido recentemente chamado de governança pública ou *public governance*. O termo “*governance*” significa “[...] pluralismo, no sentido de que diferentes atores têm, ou deveriam ter, o direito de influenciar o processo de elaboração de políticas públicas” (SECCHI, 2013, p.

116). Nesse sentido, ratifica o autor que as organizações do terceiro setor enquadram-se diretamente nesse conjunto de expectativas originado pela governança pública.

Existem também outros *stakeholders*, termo frequente utilizado pela academia para se referir aos atores políticos, que conseguem influenciar em alguns processos de elaboração de políticas públicas, tais como, fornecedores, organismos internacionais, comunidades epistêmicas, financiadores, especialistas, etc. (SECCHI, 2013).

Como demonstrado, a construção de uma política pública é resultado da atuação de diversos atores sociais. Tais atores desempenham papéis importantes nas arenas políticas. Rua e Romanini (2013, p. 36) relatam que para entender o processo de interação entre os atores e a formação das arenas políticas, faz-se necessário partir do princípio de que “todos os indivíduos e grupos em uma sociedade têm demandas. Uma demanda expressa aspirações quanto à manutenção ou à mudança de uma situação qualquer”. Essas aspirações transformam-se em expectativas a partir da possibilidade de intervenção.

Para as autoras, expectativa, para o estudo das políticas públicas, refere-se às prévias avaliações das perdas e dos ganhos resultantes de cada intervenção de acordo com a previsão dos atores políticos, pois têm perspectivas de obter vantagens ou desvantagens a partir de determinada decisão. Assim, existem preferências diversas entre os atores, a depender de sua posição. Tais preferências são formadas em torno de *issues*. Rua e Romanini (2013, p. 36) definem *issue* como “[...] um item ou aspecto de uma decisão que afeta os interesses de vários atores e que, por esse motivo, mobiliza as suas expectativas quanto aos resultados da política pública e catalisa os conflitos e as alianças entre os atores”.

O padrão de interação entre os atores de acordo com determinada política pública irá conformando a arena de política pública (*policy arena*). O conceito de arena política, apesar de lembrar espaço físico ou institucional, diz respeito “[...] as maneiras como esses atores irão se aliar, disputar, confrontar, etc” (LIMA, D’ASCENZI, 2018, p. 49). Esses posicionamentos são os resultados das preferências e expectativas dos atores sociais em torno de seus *issues*.

As arenas são formadas em torno de uma potencial política pública específica, por isso, cada arena apresenta uma configuração própria de atores considerados relevantes, de acordo com o poder que possuem. Rua e Romanini (2013, p. 37) consideram arenas políticas como:

[...] Padrões de interação dos atores envolvidos em uma política pública, configurados a partir da combinação das suas preferências e das suas expectativas quanto a ganhos e perdas em uma política potencialmente em fase de formulação. Em outras palavras, arenas constituem uma certa disposição das forças políticas e das relações entre atores políticos em torno de um tema de política pública que pode

vir a existir. Com base nisso se mobilizam o conflito, as alianças e as negociações entre os atores.

A expressão arena política refere-se à demarcação do campo, do ambiente, do cenário onde acontecem as disputas públicas em torno das decisões políticas. “As características da arena política determinarão, em grande parte, a dinâmica da vida política [...]” a depender das instituições decisórias, da configuração dos grupos e dos valores e/ou prioridades dos adversários (REIS, 2018, p. 84).

Lima e D’Ascenzi (2018, p. 50) dizem que “[...] as arenas são espaços de concertação de interesses, e os resultados para a política dependem dos recursos de poder e dos repertórios de ação dos atores”. Existem elementos de poder que afetam as políticas públicas e, conseqüentemente, as relações entre os atores políticos, tais como: os recursos de poder, as habilidades quanto ao uso desses recursos, as formas de exercício do poder e o comportamento dos atores (RUA e ROMANINI, 2013).

Os recursos de poder podem ser entendidos como o modo em que os vários grupos políticos fazem uso de sua capacidade política de ação e de recursos para influenciar a formação da agenda Estatal e para participar das arenas decisórias buscando efetivar seus interesses políticos, econômicos e sociais (SILVA, 2013).

Nesse contexto, é indispensável compreendermos o conceito e a abrangência existente em torno da palavra “poder” e, para tanto, o pensamento de Nogueira (2018, p. 676-677) apresenta bem essa complexidade, pois considera “o poder” como:

[...] Um tema clássico, que se torna sempre mais fascinante a cada nova abordagem, ainda que não fique necessariamente mais bem compreendido. Amado e odiado indistintamente, o poder perturba, leva pessoas à loucura, corrompe e alucina, mas também serve para que se promovam mudanças e para que multidões dispersas se organizem. O poder reprime, incomoda e prejudica, mas também acalenta, protege, incentiva e beneficia. Costuma ser utilizado tanto para conservar quanto para revolucionar, tanto para modificar situações quanto para preservar o *status quo*. É visto como instrumento e como fim último, como recurso e como meio de vida. Trata-se de um fenômeno integrado à vida, que se insinua nos discursos, nos relacionamentos, na atividade produtiva, nas lutas travadas para defender ideias ou interesses.

O poder pode ser “poder pessoal” e “poder institucional”. É considerado poder pessoal àquele inerente ao indivíduo, ou seja, quando a pessoa exerce sua capacidade de opção individual que é própria do ser humano dotado de razão. Já o poder institucional, pode ser entendido como “[...] a força (o poder) que a pessoa exerce, não mais por inerência física ou mental, e, sim, em virtude do cargo ou posição que ocupa na instituição chamada Estado”

(FIUZA, 2015, p. 332). Nesse aspecto abrimos espaço para apresentar um conceito atual de Estado como “[...] instrumento de governo, organização e intervenção, e como ‘ambiente’ ético, político e institucional indispensável para o contrato social” (NOGUEIRA, 2018, p. 332).

Nogueira (2018) diz ainda que o poder é potência que pode ser exercida e, portanto, precisa de condições para se efetivar, ou seja, depende da possibilidade que determinado ator tem de impor sua vontade em uma relação social, contornando eventuais resistências. O mesmo autor afirma também que a política não pode ser constituída sem a existência do poder. Cabe aqui então, uma discussão sobre poder político, entendido como o “[...] poder que, autorizado por uma coletividade, vale-se da lei e da força para tomar decisões e fazer com que sejam acatadas por todos” (NOGUEIRA, 2018, p. 678).

O poder político é um recurso social, fator importante para que uma sociedade possa, por exemplo, definir e implementar políticas públicas que a tornem mais justa, produtiva e sustentável. Mas [...] as comunidades precisam saber conviver com ele. Para discipliná-lo e submetê-lo. Sempre há batalhas de ideias e disputas de poder nos agregados humanos: choques entre interesses e visões do mundo, esforço para conquistar mentes e corações, desejo de sobrepujar e de se destacar (NOGUEIRA, 2018, p. 683).

O autor continua dizendo que “o poder político vale-se de um ‘Estado’ – isto é, de um aparato organizacional e de procedimentos legais que autorizam alguém a exercer a autoridade e a coagir – para cumprir suas finalidades” (NOGUEIRA, 2018, p. 678). Portanto, estudar políticas públicas requer respostas sobre que espaço cabe aos governos quanto à definição e implementação das políticas. Por isso, corroborando com o pensamento de Souza (2003, p. 14)

Não se defende aqui que o Estado (ou os governos que decidem e implementam políticas públicas ou outras instituições que participam do processo decisório) reflete apenas as pressões dos grupos de interesse – como diria a versão mais vulgar do pluralismo- ou que opta sempre por políticas definidas exclusivamente por aqueles que estão no poder – como nas versões simplificadas do elitismo –, tampouco que estas servem apenas aos interesses de determinadas classes sociais – como diriam as concepções estruturalistas e funcionalistas do Estado.

Além dos governos, grupos de interesse, movimentos sociais e agências multilaterais, por exemplo, estão sendo reconhecidos como outros segmentos que se envolvem na formulação de políticas públicas, apesar dos diferentes níveis de influência de acordo com o tipo de política e das alianças integrantes do governo, contudo, “[...] a diminuição da capacidade dos governos de intervir, formular políticas públicas e governar não está

empiricamente comprovada” (SOUZA, 2003, p. 15). E, conforme afirma Zambam (2017, p. 67) “a promoção das políticas públicas é de responsabilidade primordial do Estado cuja missão básica nas sociedades democráticas é a realização do bem comum, ou seja, o bem de todos”.

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais (TEIXEIRA, 2002, p. 2).

Como as políticas públicas objetivam responder as demandas da sociedade, principalmente dos setores mais vulneráveis, tais demandas são analisadas e interpretadas pelos atores ocupantes do poder, porém são influenciadas a partir da pressão e da mobilização social. Como este poder é exercido através da relação social, envolve atores com projetos e interesses diferentes e também contraditórios, dessa maneira existem a necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um nível de concordância aceitável de forma democrática e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter a eficácia desejada (TEIXEIRA, 2002).

Parece referir-se, portanto, à necessária compreensão da participação e controle social que será trabalhado a seguir.

3.1.2. Participação e controle social

Ao se falar em sociedade ou em termos que retome seu significado, introduziremos um debate sobre o termo participação, já que, “[...] apresenta-se textualmente com ampla significância na vida cotidiana dos sujeitos na sociedade”. A expressão participação e seus termos similares participar e participante, de acordo com dicionários da língua portuguesa, “[...] têm consecutivamente os significados de ‘ato ou efeito de participar’, ‘ter ou tomar parte em’, ‘associar-se pelo pensamento ou pelo sentimento’, ‘solidarizar-se’, ‘compartilhar’, ‘que, ou pessoa que participa’” (MARTINS e MESQUITA, 2017, p. 58).

Assim, a participação tem por natureza um enfoque social e político, porque os sujeitos de quaisquer partes deste planeta vivem e convivem em sociedade, em verdadeiras coletividades humanas. E neste âmbito, todos se interagem num afluxo contínuo de participação social, uns mais ativos, outros mais passivos, não importa. Todos, de alguma forma participam para a performance dos contextos históricos, social, econômico e político donde habitam e, de alguma forma, nos derredores (MARTINS e MESQUITA, 2017, p. 58).

Nogueira (2018) afirma que não existe participação sem relação com o poder, pois quando participamos almejamos se afirmar perante alguém ou resolver algum problema, e para tanto, usamos recursos políticos, técnicos, financeiros e intelectuais, sejam estes próprios os disponíveis em alguns espaços comuns. “Independentemente das formas de que se pode revestir, a participação significa ‘fazer parte’, ‘tomar parte’, ‘ser parte’ de um ato ou processo, de uma atividade pública, de ações coletivas” (TEIXEIRA, 2001, p. 27).

Dessa forma, é por meio da participação política que serão consolidados, protegidos e dinamizados a cidadania e os demais direitos humanos.

A participação política é, assim, uma prática ético-política que tem a ver tanto com a questão do poder e da dominação, quanto com a questão do consenso e da hegemonia, tanto com a força quanto com o consentimento, tanto com o governo quanto com a convivência, em suma, tanto com os direitos de cidadania quanto com as obrigações cívicas (NOGUEIRA, 2018, p. 647).

A participação propriamente política não busca a conquista do poder, mas criar condições para reconhecer novas formas de poder que sejam capazes de pressionar o poder, os governos e os gestores com debates associados à condição de cidadão. Redefinir participação como exercício da cidadania ativa aproxima-se do conceito de ‘participação cidadã’, que na visão de Teixeira (2001, p. 30) é um “[...] processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado, em que os papéis se redefinem pelo fortalecimento dessa sociedade civil mediante a atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações”. Tal fortalecimento acontece a partir da “assunção de deveres e responsabilidades políticas específicas” e “com a criação e exercício de direitos”.

O autor afirma também que ao conceituar “participação cidadã” busca-se contemplar o “fazer ou tomar parte” no processo político-social, por sujeitos, grupos e organizações que manifestam interesses, identidades e valores que atuam em um espaço heterogêneo, diversificado e plural. Busca-se também amparar o vocábulo “cidadania”, no sentido “cívico”, evidenciando sua abrangência enquanto universalidade, generalidade, igualdade de direitos, responsabilidades e deveres. Teixeira (2001, p. 32) enfatiza que “a dimensão cívica articula-se à ideia de deveres e responsabilidades, à propensão ao comportamento solidário, inclusive relativamente àqueles que, pelas condições econômico-sociais, encontram-se excluídos do exercício dos direitos, do ‘direito a ter direitos’”.

A participação deve ser vista como um instrumento de controle do Estado pela sociedade, ou seja, de controle social e político: possibilidade que os cidadãos têm de definirem critérios e parâmetros de orientação para a ação pública. Para entender controle

social é necessário compreender suas duas dimensões: a primeira refere-se à *accountability*, “a prestação de contas conforme parâmetros estabelecidos socialmente em espaços públicos próprios” e, a segunda, “decorrente da primeira, consiste na responsabilização dos agentes políticos pelos atos praticados em nome da sociedade, conforme os procedimentos estabelecidos nas leis e padrões éticos vigentes” (TEIXEIRA, 2001, p. 38-39).

O controle social representa um dos mecanismos de controle da atuação Estatal, que são o conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos por meio dos quais a sociedade pode exercer o poder de fiscalização da atuação pública. Trata-se de importante forma de controle e que só é possível por meio da participação – efetiva – dos cidadãos no processo de exercício de poder (GARCIA, 2015, p. 103).

Em um regime democrático o controle social é um direito de todos. “Democracia” na sua etimologia remonta-se a governo, ao poder do povo. Evidencia-se assim, que “a existência de participação popular é corolário do próprio conceito de democracia, é dizer: não há que se falar em democracia se não há participação popular” (GARCIA, 2015, p. 103).

É importante destacar que o controle social deve ocorrer em todas as fases da gestão pública, assim, a sociedade deve participar desde o planejamento das políticas públicas passando por todo o ciclo das políticas públicas. Pois para concretizar, efetivamente, o controle social sobre as políticas públicas, é fundamental que os atores sociais estejam convencidos da cultura de participação, rompendo dessa forma, com a realidade da cultura do absentismo, ou seja, do hábito de não comparecer (GARCIA, 2015).

A prática do controle social fortalece as políticas públicas para que elas atendam às necessidades da sociedade e ao interesse público. É necessário, porém, entender que

[...] O conceito compreende sobretudo a correção dos desvios e a responsabilização dos agentes políticos e que seu exercício requer a organização da sociedade civil, sua estruturação e capacitação para esse fim, de forma permanente, em múltiplos espaços públicos, antes e durante a implementação das políticas, tendo como parâmetros não apenas variáveis técnicas, mas também exigências de equidade social e aspectos normativos. Requer, por outro lado, uma total transparência e visibilidade do Estado, um trazer de volta a ágora, traduzida em amplos espaços públicos autônomos, e que os cidadãos e suas organizações disponham de mecanismos institucionais e garantias legais para exercer o seu papel com um mínimo de eficácia. Aí destacam-se as associações voluntárias, organizadas em rede e de forma autônoma e autolimitada, e as novas tecnologias de comunicação e informação, que podem potencializar novos espaços para o exercício do controle, desde que às mesmas seja garantido o amplo e livre acesso dos cidadãos (TEIXEIRA, 2001, p. 40).

Como afirma Teixeira (2002, p. 6) é certo que mudanças mais substantivas só podem ocorrer quando se muda efetivamente a composição do poder, mas “pode-se obter conquistas

sociais através da mobilização social, da ação coletiva, sobretudo quando esta passa a ter um conteúdo de proposição, de debate público de alternativas e não de mera crítica”. Para tanto, “é necessário que as proposições sejam legitimadas por um amplo consenso e que tenham uma abrangência maior que os interesses corporativos ou setoriais”.

Nesse cenário, cabe apresentar o conceito sobre “poder democrático”, pois objetiva “tornar viável o governo do povo (a soberania popular) a partir de regras válidas para todos e de arranjos institucionais que facilitem tanto a livre competição política quanto a participação ampliada nos processos de tomada de decisões”. Neste poder, “a comunidade política se autogoverna e se autodetermina” (NOGUEIRA, 2018, p. 683).

A política democrática dispõe-se a criar condições – institucionais, políticas, culturais e associativas – para que os cidadãos controlem seus governos, participem deles e ponham em curso processos alargados de deliberação, de modo a que se viabilizem lutas e discussões públicas em torno do como viver, do como governar e do como conviver (NOGUEIRA, 2018, p. 683).

O processo de construção das políticas públicas parece ser indissociável da ação dos indivíduos ou dos grupos envolvidos, de sua capacidade de produzir discursos concorrentes e de suas maneiras de mobilizar-se. Depende, também, da estrutura relacional e das estratégias desenvolvidas nos contextos de ação (PIERRE, 2002).

A partir da perspectiva dos atores sociais e de suas arenas serão apresentadas as tipologias das políticas públicas.

3.1.3. Tipologias das políticas públicas

Existem diferentes maneiras de classificar as políticas públicas, porém, por ser uma das tipologias mais utilizadas no campo das políticas públicas, abordaremos a tipologia de Lowi (1964, 1972 *apud* ASSIS, 2015), que define como categoria de classificação a abrangência dos impactos a partir dos atores e da arena onde foi originada a política pública, classificando-as em quatro tipos: distributivas, redistributivas, regulatórias e constitutivas. Existem também outros tipos de políticas públicas adotadas por outros autores tais como: compensatórias, sociais, econômicas, de infraestrutura, de estado e, setoriais.

As **políticas distributivas** destinam bens e serviços a determinados grupos, através de recursos difusos na sociedade. Beneficiam pequenos grupos de interesse organizados atendendo a demandas locais, gerando benefícios concentrados. Normalmente, são propensas a atitudes de clientelismo e assistencialismo, por serem discricionárias e individualizadas.

Implantação de equipamentos públicos em territórios específicos, como escolas, são exemplos desse tipo de política.

Políticas redistributivas acolhem demandas e desejos particulares de grandes coletividades distribuindo recursos na sociedade. Seus custos são, de certa maneira, concentrados e seus recursos são oriundos de uma camada populacional dotada de privilégios ou mais oportunidades. Tendem a ter estabilidade, pois atendem a interesses de alto valor coletivo. Podemos citar como exemplo a taxaço de grandes fortunas e as políticas de transferência de renda.

As **políticas regulatórias** destinam-se a padronizar o funcionamento de atividades e serviços públicos de um setor específico da ação governamental ou setor econômico. Tais normas determinam condições e proibições que condicionam o funcionamento da área, podendo ser específica ou abrangente. Ocorrem em arenas de negociações políticas e seus custos e impactos são sentidos de diferentes formas, conforme o interesse e os recursos de poder dispostos nos grupos sociais. Como exemplo, tem-se a legislação sobre terceirização do trabalho que afeta diferentemente a empregadores e empregados, podendo beneficiar positivamente um grupo diferente do outro. Segundo Lowi (1964 *apud* SECCHI, 2013, p. 25) “[...] as políticas regulatórias se desenvolvem predominantemente dentro de uma dinâmica pluralista, em que a capacidade de aprovação ou não de uma política desse gênero é proporcional à relação de forças dos atores e interesses presentes na sociedade”.

As do **tipo constitutivas** criam as regras do jogo político, da estrutura de governo e os métodos de elaboração e implantação das políticas públicas. Também chamadas de estruturadoras, tais políticas são caracterizadas pela negociação e busca de apoio entre partidos e lideranças políticas. As regras constitucionais e as normas do sistema político eleitoral podem ser citadas como exemplos.

Existem também outros tipos de políticas públicas. Silva (2010) fala das **políticas compensatórias**, as quais se destinam a compensar às desigualdades existentes entre grupos sociais buscando promover igualdade de oportunidades. Programas de transferência de renda e reserva de cotas nas universidades para afrodescendentes podem exemplificar tais políticas.

As políticas públicas também podem ser classificadas a partir da ação governamental a que elas se referem. Podem ser: **sociais** (buscam promover o acesso e o gozo a direitos sociais, tais como: educação, saúde, moradia, etc); **econômicas** (são estratégias de desenvolvimento econômico interno e as ações de políticas externas); **de infraestrutura** (objetivam garantir as condições necessárias para execução e o alcance das políticas sociais e econômicas); **de Estado** (buscam assegurar a prática da cidadania, a defesa e segurança

interna e a soberania do país); e, **setoriais** (estruturam-se a partir da pauta, dos objetivos e dos recursos de cada área) (RUA; ROMANINI, 2013).

Os tipos de políticas públicas são constructos classificatórios que auxiliam a compreensão, o estudo e o desenvolvimento de estratégias públicas de intervenção. Seja qual for a categoria utilizada na tipologia, é sempre importante lembrar a finalidade precípua de qualquer política pública: a modificação da realidade e a geração de resultados de valor comum. São por elas que o Estado se capacita a atingir o objetivo da promoção da dignidade humana e de bem-estar para as sociedades (ASSIS, 2015, p. 340).

As políticas públicas setoriais mantêm relação direta com a questão ambiental, pois têm menor ou maior impacto no âmbito do meio ambiente, este considerado como o natural e o construído. A partir dessa perspectiva, as políticas públicas ambientais devem ser consideradas como condição necessária para se estabelecer um modo de viver compatível com a capacidade de suporte territorial, prevendo intervenções diretas e indiretas no ambiente natural e construído para preservação e conservação do mesmo (PHILIPPI Jr; ROMÉRO e BRUNA, 2004).

3.1.4. Políticas públicas ambientais

As políticas públicas ambientais vêm assumindo papel primordial de proteção ao meio ambiente, de tal forma que integram sua proteção aos demais objetivos da vida em sociedade, pois tratam dos recursos necessários para a sobrevivência humana, inclusive, proporcionando qualidade de vida. Porém, com a expansão econômico-industrial internacional e os efeitos nocivos causados pela intervenção humana na natureza, as políticas ambientais têm exercido influência direta no modo de vida e nos modos de produção e dessa forma “[...] passam a ter um papel fundamental como instrumentos não só de desenvolvimento econômico-social, mas também, como forma de garantia de preservação de recursos às futuras gerações” (SALHEB, *et al*, 2009, p. 12).

Por seu caráter de política pública, as políticas ambientais envolvem, necessariamente, diversos setores da sociedade, seja governamental, sociedade civil, entre outros. Portanto, entende-se por política ambiental:

[...] O conjunto de iniciativas governamentais coordenadas, envolvendo diferentes organismos e setores de intervenção pública, em articulação com atores não governamentais e produtivos, voltadas à proteção, conservação, uso sustentável e recomposição dos recursos ambientais. O foco é não apenas o ambiente biofísico, mas também o modo como as populações e as atividades produtivas interagem com os diferentes ecossistemas. O ambiente construído, que inclui cidades e

infraestruturas em geral, também faz parte do escopo das políticas ambientais (BURSZTYN e BURSZTYN, 2012, p. 182).

Mickwitz (2006 *apud* ASSIS, *et al*, 2012) considera política ambiental como a reunião de esforços na qual as autoridades públicas exercem seu poder buscando melhorar ou evitar a deterioração da qualidade ambiental. Representa assim, uma decisão coletiva na qual a sociedade faz uso de ferramentas específicas para alcançar objetivos pré-estabelecidos em um tempo determinado. As políticas ambientais podem ser tangíveis ou simbólicas, pois “[...] nem todas as políticas ambientais têm o objetivo de *resolver* problemas: algumas são de natureza simbólica. Exemplo disso é a Agenda 21 Brasileira” (ASSIS, *et al*, 2012, p. 14). A política ambiental inclui o que o governo escolhe fazer ou não fazer para proteger a qualidade ambiental e os recursos naturais, de maneira a permitir influências para determinar os resultados no meio ambiente, como os mecanismos de decisão do setor privado.

Como afirma Abramovay (2018) as políticas ambientais possuem ligação direta à urbanização, ao crescimento econômico acelerado (particularmente o industrial) e, especialmente à indústria petroquímica. Para ele, políticas ambientais podem ser definidas como

[...] Os instrumentos com os quais governos, associações, empresas e grupos de empresas interferem deliberadamente nos mercados e na maneira como se usam os recursos produtivos, com o objetivo de reduzir os impactos negativos das atividades humanas sobre os serviços que lhes são oferecidos pelos ecossistemas (ABRAMOVAY, 2018, p. 773).

A partir do movimento internacional ambientalista que teve início na década de 1960, a política ambiental no Brasil começou a ser desenvolvida em resposta às exigências desse movimento. Para entendermos o que existe atualmente como política ambiental no Brasil, é importante caracterizar seu processo evolutivo, que teve início com a criação de instituições e leis específicas a partir desse período (PECCATIELLO, 2011).

Segundo Monosowski (1989 *apud* PECCATIELLO, 2011, p. 73) é possível perceber quatro abordagens estratégicas ocorridas nas políticas ambientais brasileiras até o ano de 1988: “[...] a administração dos recursos naturais, o controle da poluição industrial, o planejamento territorial e a gestão integrada de recursos”.

A partir de 1930, primeira etapa a ser considerada, começou-se a regulamentar a apropriação de cada recurso natural em âmbito nacional, de acordo com as necessidades advindas da industrialização e urbanização crescentes no Brasil. Foram criados instrumentos legais que dariam suporte à criação de áreas protegidas no Brasil, tais como: Código das

Águas (1934), Código de Mineração (1934), Código Florestal (1934), Código de Pesca (1938) e Estatuto da Terra (1964) (PECCATIELLO, 2011).

Na década de 1960 foram instituídas as agências setoriais: Ministério das Minas e Energia, Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal - IBDF, Superintendência de Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. Houve também a criação e delimitação de zonas naturais protegidas: Parque Nacional do Itatiaia¹ (1937), Parque Nacional do Iguaçu² (1939), Parque Nacional da Serra dos Órgãos³ (1939), Floresta Nacional de Araripe-Apodi⁴ (1946), Parque Nacional do Araguaia⁵ (1959), Parque Nacional das Emas⁶ e Parque Nacional das Sete Quedas⁷ (1961), entre outros (PECCATIELLO, 2011).

A etapa seguinte baseou-se no controle da poluição causada pelas indústrias, influenciada pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em 1972, em Estocolmo, com a reunião de 113 países e como resultado lançou “um forte alerta quanto ao perigo que a destruição dos ecossistemas representa para a humanidade” (ABRAMOVAY, 2018, p. 774).

Nessa época, o termo de ordem brasileiro era “poluição = progresso”, por isso “[...] o Brasil se posicionou pouco disposto a priorizar o meio ambiente em suas ações

¹ Primeiro parque nacional do país. Abrange os municípios de Bocaina de Minas e Itamonte (MG) e os municípios de Itatiaia e Resende (RJ). Constituído em 14 de junho de 1937, com uma área inicial de 11.943 ha, por meio do decreto nº 1.713 teve sua área ampliada para cerca de 30.000 ha pelo decreto nº 87.586, de 20 de setembro de 1982. (BRASÍLIA, 2013);

² Criado através do decreto federal nº 1035 em 10 de janeiro de 1939. Localiza-se no estado do Paraná, abrange os municípios de Foz do Iguaçu, São Miguel do Iguaçu, Santa Medianeira, Matelândia, Vera Cruz do Oeste, Ramilândia, Céu Azul, Santa Tereza do Oeste, Lindoeste, Santa Lúcia, Capitão Leônidas Marques e Capanema. (D'OLIVEIRA, BURSZTYN e BADIN, 2002);

³ Localizado na região da Serra dos Orgãos, em terras dos Municípios de Teresópolis, Magé e Petrópolis no Rio de Janeiro foi criado pelo decreto-lei nº. 1.822 de 30 de novembro de 1939. (BRASIL, 1939);

⁴ É a primeira floresta nacional do Brasil. Criada para manter as fontes de água do semiárido e barrar o avanço da desertificação no Nordeste, a Unidade de Conservação (UC), foi instituída oficialmente em 2 de maio de 1946 através do decreto 9.226. Abrange os municípios cearenses de Santana do Cariri, Crato, Barbalha, Missão Velha e Jardim. Criada em duas glebas distintas: uma na Serra do Araripe, que abrange, além do Ceará, os estados de Pernambuco e Piauí; e a outra, na Serra do Apodi, entre os estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. (BRASIL, 2016);

⁵ Com área de 20.000 km², compreende a totalidade do território da Ilha do Bananal, formada por braços do rio Araguaia no estado de Goiás. Criado por meio do decreto nº 47.570 de 31 de dezembro de 1959. (BRASIL, 1959);

⁶ Por meio do decreto nº 49.874, de 11 de janeiro de 1961 esse Parque foi criado no Estado de Goiás, abrangendo parte menor, do Estado de Mato Grosso nas regiões das nascentes e cursos superiores, dos rios Correntes, Aporé, Sucuriu e seus tributários. (BRASIL, 1961);

⁷ Criado em 30 de maio de 1961 por meio do decreto nº 50.665 era um Parque constituído pelo arquipélago fluvial situado no Rio Paraná e era considerada a maior cachoeira do mundo em volume de água. (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1960-1969). Foi extinto oficialmente em 04 de junho de 1981 através do decreto nº 86.071 (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1980-1987) e desapareceu com a formação do lago da usina hidrelétrica de Itaipu em 1982. (TEIXEIRA, 2017);

governamentais, já que essas realizações entrariam em conflito com o objetivo central e imediato de crescimento econômico” (PECCATIELLO, 2011, p. 74).

A tese do crescimento a qualquer custo e de que a proteção do meio ambiente seria mais um obstáculo para os países em desenvolvimento foi defendida pelo governo brasileiro na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em 1972, em Estocolmo. Não obstante, as pressões sociais (nacionais e internacionais) começavam a ser sentidas e a consciência de que nossas possibilidades de reprodução da vida material encontram-se inexoravelmente atreladas a limites ecossistêmicos, expandia-se cada vez mais alcançando diferentes esferas da sociedade civil (SALHEB, *et al*, 2009, p. 8).

Em 1973 foi criada a Secretaria Especial de Meio Ambiente - SEMA, tendo como função tratar dos assuntos ambientais. Porém, aparentemente, priorizou o controle do problema da poluição, tratando as indústrias como seus agentes e o Estado como regulador do controle. Nesta década, o reflexo da expressão “poluição = progresso” repercutiu negativamente para imagem internacional do Brasil, porém, a industrialização e urbanização buscadas pelo Estado foram alcançadas, pois, o Brasil saiu de uma economia predominantemente agrícola (onde na década de 1930, 30% da população brasileira vivia nas cidades e 70% no campo) para ser potência industrial média e se tornou na década de 1980, a oitava economia mundial (onde 70% residiam nas cidades e 30% no campo) (SALHEB, *et al*, 2009).

Como já mencionado, com a industrialização e urbanização crescentes, surge a necessidade de um planejamento territorial a partir da década de 1970, considerada como terceira etapa. Os recursos naturais passaram a se tornar escassos e com isso passou-se a ter maior atenção para o ordenamento territorial como instrumento de política de prevenção dos impactos causados ao meio ambiente. As ações de controle voltaram-se para as atividades do setor privado, definindo e delimitando as áreas industriais. Foram criadas leis metropolitanas de zoneamento industrial e de proteção de mananciais (PECCATIELLO, 2011).

A fase chamada de gestão integrada de recursos teve início em 1981. Nesse período foram criados a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938 de 31/08/1981, regulamentada em 1983) e o Ministério de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente em 1985. A partir da Política Nacional de Meio Ambiente foram criados: o Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, órgão consultivo e deliberativo, e o Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA abrangendo os três níveis de governo. O Estado também passou a ser responsável por suas ações no meio ambiente, passando também a ser obrigado a seguir os princípios legais (PECCATIELLO, 2011).

Segundo a mesma autora é importante fazer uma ressalva quanto à abordagem proposta pela Política Nacional de Meio Ambiente, pois é praticamente igual à adotada na Constituição de 1988, referente ao seu Capítulo VI: do Meio Ambiente. Relata ainda que:

É mantido, portanto, o caráter conservacionista da política ambiental brasileira, onde são enfatizados aspectos de restrição ao uso dos recursos e espaços direcionados a amenizar as consequências do crescimento econômico, ao invés de priorizar a questão ambiental de forma global, enquadrando elementos relacionados à preservação para um real desenvolvimento (MONOSOWSKI, 1989 *apud* PECCATIELLO, 2011, p. 75).

A década de 1980 é marcada pela promulgação da Constituição Federal, especificamente no ano de 1988, diante de um quadro urbano-ambiental alarmante vivenciado no país, onde existiam espaços nobres dotados de infraestrutura em detrimento as áreas de favelas (PECCATIELLO, 2011).

Dessa forma, é possível verificar que a Constituição Federal possui:

[...] Capítulos sobre política urbana e meio ambiente, além de conter aspectos que aumentam a responsabilidade dos municípios em relação à questão urbana, como a obrigatoriedade do plano diretor para cidades com mais de 20.000 habitantes e a exigência de estudo prévio de impacto ambiental para a realização de obra ou atividade potencialmente causadora de poluição (PECCATIELLO, 2011, p. 75).

Mesmo existindo iniciativas ambientalistas no Brasil desde 1950, esse movimento passou a ser representativo em meados da década de 1970 (JACOBI, 2003). Segundo Little (2003) o movimento ambientalista foi dividido em três vertentes principais: conservacionista (com foco na proteção da biodiversidade), estatista (focalizada no controle da poluição) e a socioambientalista, mais recente, com a proposta de efetuar reivindicações políticas e sociais, a partir das demandas ambientais e territoriais.

A pauta da política ambiental nacional e internacional estava precisando ser redefinida, o que ocasionou na elaboração, do Relatório Brutland (conhecido como Nosso futuro comum) no âmbito internacional, em 1987, através da iniciativa do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA. A confecção deste documento ocorreu por meio de reuniões setoriais, estabelecendo o conceito de desenvolvimento sustentável como meta fundamental para todos os países (PECCATIELLO, 2011).

Sobre esse momento, Veiga (2015, p. 9) afirma que

Nos decênios que se seguiram a esse marco histórico de 1987 foram propostas muitas outras formulações, que talvez até possam ser mais precisas e rigorosas.

Entretanto, nenhuma delas pode deixar de contemplar seu âmago: a novíssima ideia de que as futuras gerações merecem tanta atenção quanto as atuais.

Em 1989, houve uma reestruturação dos órgãos públicos brasileiros responsáveis pela questão ambiental, com a unificação em torno de um único órgão federal: o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais – IBAMA (Lei nº 7.735, de 22 de fevereiro de 1989), extinguindo-se a SEMA (SOUSA, 2005).

A partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD (também conhecida como Cúpula da Terra, Eco-92 e Rio-92), realizada na cidade do Rio de Janeiro em 1992, onde estiveram reunidos representantes de 175 países e de organizações não governamentais, houve o crescimento da discussão sobre a problemática ambiental (PECCATIELLO, 2011). Na visão de Sousa (2005) esta conferência significou para o Brasil ter que enfrentar a crise ambiental e ao mesmo tempo retomar o desenvolvimento, fortalecendo ainda a democracia e a estabilidade da economia, onde o problema em torno do desenvolvimento deveria ser finalmente resolvido sob uma ótica ambiental e socialmente sustentável.

A Rio-92 demonstrou um crescimento do interesse mundial pelo futuro do planeta. Muitos países deixaram de ignorar as relações entre desenvolvimento socioeconômico e modificações no meio ambiente. Entretanto, é perceptível que o conceito de desenvolvimento sustentável foi apropriado pela economia neoclássica devido ao peso dos interesses empresariais nas discussões (PECCATIELLO, 2011, p. 76).

Peccatiello (2011) afirma que nesta Conferência, foram assinados importantes acordos ambientais que refletem sua influência até os dias atuais. Dentre eles: as Convenções do Clima e da Biodiversidade, a Agenda 21, a Declaração do Rio para o Meio Ambiente e Desenvolvimento e a Declaração de Princípios para as Florestas.

Ferreira (1998) afirma que a Rio-92 foi um marco, para nós ambientalistas, pois propiciou encontro entre vários atores sociais. Com isso, “[...] setores que não estavam ligados à questão ambiental acabaram percebendo que se não entrassem ‘nessa’ perderiam o ‘bonde da história’”. Ocorreu, portanto, um movimento de junção de diversos atores sociais e a Rio-92 não foi a única precursora desse movimento, mas com certeza agiu como catalisador desse processo (FERREIRA, 1998, p. 95).

Em 2002, ocorreu uma nova conferência, a Rio+10, em Johannesburgo, África do Sul, objetivando avaliar os acordos e convênios firmados na Rio-92, além de buscar consenso na avaliação das condições ambientais e sociais atuais e nas prioridades para ações futuras. O evento incidiu sobre debates das ações voltadas para erradicação da pobreza, à globalização e

às questões energéticas, tais como o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL e o Protocolo de Kyoto, como também às mudanças climáticas, porém, os resultados não foram de acordo com o esperado, apresentando em alguns casos retrocesso (PECCATIELLO, 2011).

Dez anos após, na preparação da megaconferência da ONU – Organização das Nações Unidas, a Rio+20, “representantes do governo brasileiro não se cansavam de afirmar que essa cúpula deveria ser ‘sobre desenvolvimento, e não sobre meio ambiente’. Até pregaram a necessidade de que ela fosse ‘desambientalizada’” (VEIGA, 2015, p. 22). A Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, realizada em 2012 na cidade do Rio de Janeiro, teve como marco os vinte anos da Rio-92 e contribuiu para definir a agenda do desenvolvimento sustentável para as próximas décadas (BRASIL, 2011).

Na visão de Veiga (2015, p. 22) uma das poucas decisões realmente importantes da Rio+20 foi “[...] a de substituir os ‘Objetivos de Desenvolvimento do Milênio’ por ‘Objetivos de Desenvolvimento Sustentável’ no contexto da Agenda de Desenvolvimento Pós-2015, depois intitulada ‘Agenda 2030 – Transformando Nosso Mundo’”. A Rio+20 objetivou renovar o compromisso político com o DS, avaliando o progresso e as lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre a temática e do tratamento de temas novos e emergentes. Teve dois temas como debates principais: a economia verde no contexto do DS e da erradicação da pobreza, e a estrutura institucional para o DS (BRASIL, 2011).

No Brasil, existe uma grande diferença entre a realidade e a oratória, refletindo na elaboração de uma legislação ambiental em acordo com a experiência internacional com instrumentos atualizados e sofisticados. “[...] Entretanto, as condições de real aplicação são ainda extremamente restritas”. As políticas públicas situam-se entre um discurso atualizado, principalmente incorporando às questões ambientais, e um comportamento social predatório. Portanto, “[...] somente novas categorias analíticas ajustadas a um novo acordo social permitiriam visualizar saídas para o impasse atual” (FERREIRA, 1998, p. 107).

3.1.5. Análise de políticas públicas

O glossário de termos de políticas públicas adotado por Secchi (2013, p. 151) define análise de políticas públicas (*public policy analysis*) como “[...] atividade e método de pesquisa preocupados em criar conhecimento sobre o processo de política pública”. Apresenta que uma análise de política pública pode ter três objetivos: descritivo, explicativo ou prescritivo. É descritivo quando “busca mostrar as características processuais de um

fenômeno, desmascarar reducionismos e esclarecer como esses fenômenos se desenvolvem em sua complexidade”, procura mostrar como os fatos acontecem; tem objetivo explicativo ao buscar “entender as relações causais entre fenômenos de políticas públicas”, por que os fatos acontecem; e é prescritivo quando “[...] pretende servir como subsídio para a prática política [...]”, buscando “[...] mostrar como as situações deveriam acontecer, com base em valores, justificativas e pressupostos éticos [...]” (SECCHI, 2013, p. 151).

Sampaio e Araújo Jr. (2006, p. 337), dizem que a análise de política “é uma técnica de estudo que permite formar uma opinião acerca de determinada política”, cujo resultado poderá ser comparado a outros. Ressalta-se, porém, que não se pode desvincular o julgamento da política dos interesses existentes e do ponto do qual está sendo interpretada e analisada. Pois, na perspectiva da análise, consideram-se os discursos oficiais e não oficiais, ou seja, os discursos explícitos e implícitos considerando, também, o estudo da ausência de uma política, já que o silêncio acerca de uma determinada questão pode ser uma estratégia de ação frente à mesma.

De acordo com Secchi (2016) a análise de políticas públicas teve início e expansão principalmente nos Estados Unidos, só depois ganhou amplitude internacional. A *policy analysis* surgiu nos Estados Unidos no início do século XX durante a chamada Era Progressista. Já o surgimento do campo metodológico de análise de política pública ocorreu a partir da publicação do livro *The Policy Sciences* de Lerner e Lasswell em 1951 (SECCHI, 2016).

Chegando ao meio acadêmico estadunidense, os estudos sobre políticas públicas encontraram espaço e conquistou novos adeptos a esses estudos com viés normativo-prescritivo passando a ser conhecido como análise de políticas públicas (*policy analysis*) e em seguida como análise racional das políticas públicas (*rational policy analysis*) - ARPP. (BOULLOSA, 2013). Nessa perspectiva, retomando o pensamento de Boullosa (2014) o estudo das políticas públicas expandiu-se a partir de estudos normativos-prescritivos com base na abordagem de Análise Racional das Políticas Públicas - ARPP defendendo que “políticas públicas eram a ação racional e sistematizada do governo em todos os níveis de poder executivo” (BOULLOSA, 2014, p. 144).

Como relata Enserink, Koppenjan, Mayer (2013 *apud* Secchi, 2016, p. 13) “[...] os métodos de análises de políticas públicas eram dependentes das ciências da decisão, da análise custo-benefício, da pesquisa operacional e da análise de sistemas”. Na década de 1980, houve a proliferação de órgãos especializados em análise de política pública nas esferas governamentais como também elaboração e publicação de manuais metodológicos para a

análise racionalista de política pública. Nessa mesma década, também houve início de uma nova abordagem teórico-metodológica de análise de políticas públicas, chamada de abordagem argumentativa. Essa análise argumentativa se contrapõe à análise racional, positivista e predominantemente quantitativa existente, pois propunha novas alternativas conceituais e metodológicas para análise baseada nas contribuições da filosofia e das ciências sociais (SECCHI, 2016).

A diversificação teórica e metodológica do campo ocorreu na década de 1990, com a chamada ‘virada argumentativa’ (*argumentative turn*), em que muitos teóricos passaram a reivindicar modelos analíticos em um perfil pós-positivista, discursivo, argumentativo, narrativo, crítico, interpretativo e de construtivismo social (SECCHI, 2016, p. 14).

A crítica à ARPP é da mesma época da formação do próprio campo de estudos das políticas públicas, pois a partir dos trabalhos pioneiros de autores como Herbert Simon, que defendeu o modelo de racionalidade limitada, e Charles Lindblom, que utilizou o modelo de racionalidade incremental, em 1972, surge Thomas R. Dye que foi decisivo na compreensão das políticas públicas para além da centralidade do governo, considerando que “política pública é tudo aquilo que os governos decidem fazer ou não fazer” demonstrando a existência de problemas públicos mesmo sem o reconhecimento e intervenção do governo (DYE, 1972, p. 1 *apud* BOULLOSA, 2014, p. 145).

Para a escola *policy inquiry* as políticas públicas seriam: “[...] fluxos de indagações/interrogações/dúvidas que se dariam em um processo contínuo de interação entre atores que produziriam conhecimento sobre um problema de pública relevância e seus possíveis tratamentos/governos” (BOULLOSA, 2013, p. 73).

A partir dessa escola surgiram novo conceito e teorias baseadas na compreensão plural e democrática das políticas públicas para muito além do governo. Como exemplo, têm-se as teorias pós-positivista, pragmática ou argumentativa, que redimensionam o papel dos governos, consideram a participação do mercado e incluem novas formas de participação social, como também problematizam os processos de autorização e os modos de produção e validação do conhecimento construído nos fluxos de políticas públicas (LASCOURMES E LE GALÉS, 2007).

Como afirma Boullosa (2013, p. 79):

A ação e intenção dos atores que se ativam para o governo de problemas e/ou de bens considerados de pública relevância o fazem movidos por uma (re) compreensão individualizada, mas modelada socialmente, daquele mesmo problema ou bem que

gerou aquele fluxo (a relevância do papel do ator no processo, portanto, não é dada pela assunção da qualidade de pública anterior a sua ativação neste mesmo processo).

Na visão da mesma autora, o estudo das políticas públicas deve ser orientado pelos planos ontológico, analítico, empírico e metodológico. O plano ontológico faz surgir uma questão sobre a natureza das políticas públicas. Reconhece que “[...] política pública é um construto analítico resultante do olhar de um observador, o analista de políticas públicas” (BOULLOSA, 2013, p. 79). Ou seja, política pública é feita pelo olhar do observador, definindo a sua natureza e, sobretudo, a sua fronteira, inclusive temporal, por tratar-se de um fluxo indeterminado de ações e intenções. Nesse sentido, o olhar do observador definirá os instrumentos de políticas públicas (fluxo de ações) e as intenções que fazem sentido para ele enquanto analista de política pública. Assume também, que a sua verdade (problema ou bem públicos que assumiu como objeto de estudo) é uma das várias verdades possíveis (BOULLOSA, 2013).

No plano analítico entram em pauta os atores que ativam os cursos de ação que dão forma as políticas públicas. “Se a unidade analítica fundamental das políticas públicas e do seu estudo é o problema público ou o bem público, serão estes a definir as fronteiras multiautoriais das políticas públicas” (BOULLOSA, 2013, p. 80). Portanto, o problema público ou bem público será construído pelo analista de políticas públicas que conseqüentemente especificará os atores necessários para a pesquisa. Dessa forma, tem-se uma liberdade de análise a partir da compreensão de que políticas públicas é o conjunto de cursos de ação executados pelos múltiplos atores interessados no problema e não apenas o que o governo faz ou deixa de fazer. Assim, os atores que contam são os que ativam cursos de ação que contribuem para conformar o fluxo da política pública estudada. Nesse caso, o ator governo é fundamental, especialmente no contexto latino-americano, pois a partir de seus atores institucionais, mostra-se importantíssimo nos fluxos de políticas públicas, pois sem seus cursos de ação dificilmente seriam construídos fluxos de políticas públicas que mobilizassem e atraíssem análises consistentes (BOULLOSA, 2013).

O ator governo é considerado importante devido suas características estruturantes e quase exclusivas:

[...] Cursos de ação previamente legitimados; poder de aplicação de complexos sistemas de incentivos e sanções capazes de orientar o comportamento dos demais atores; poder regulador de processos; quase infinita capilaridade organizacional mesmo que pouco organizada; detentor de recursos quase sempre muito superiores ao conjunto dos demais atores mobilizados (BOULLOSA, 2013, p. 80).

Quanto ao plano empírico, a definição dos materiais que formam o processo de políticas públicas pode levar o analista a várias considerações de pesquisa, pois, os limites compreendidos pela validade dos materiais surgem de acordo com os múltiplos atores considerados para e pelo processo pesquisado. Tais materiais surgem a partir das fronteiras temporais e territoriais definidas a partir do olhar do analista (BOULLOSA, 2013). Para tanto, os analistas de políticas públicas:

[...] Podem assumir como materiais válidos de pesquisa as ações dos atores que ele considera com atores de governo (que vão além dos atores convencionais do governo), modelizados como instrumentos de políticas públicas, o conjunto de relações de codeterminação entre os atores em ação e seus subgrupos, as pressões presentes nas arenas, assim como a dinâmica do espaço sociopolítico onde os atores interagem, dentre outros (BOULLOSA, 2013, p. 81).

No aspecto metodológico, parte-se do conceito de política pública enquanto construto analítico. “Se a PP é um construto, a principal tarefa do analista é a reconstrução daquele fluxo que ele identificou a partir do seu próprio olhar”. Nesse sentido, reconstruir é buscar dar significado e significância ao objeto pesquisado a partir da visão do analista, de acordo com a problematização advinda de seu próprio quadro de valores, reconhecendo ainda, que a verdade resultante de tal construção é “[...] sempre artificial, parcial, subjetiva, incerta e interdependente de outras verdades” (BOULLOSA, 2013, p. 81).

O analista deve, portanto, na busca pela compreensão da ação pública, esforçar-se para transparecer as lógicas de ação e em ação as lógicas de sentido no processo de elaboração e de implementação das políticas públicas (PIERRE, 2002).

[...] O desafio da análise das políticas públicas vai, portanto, muito além da compreensão dos resultados de decisões do Estado. Trata-se, definitivamente, de interrogar-se sobre o funcionamento da democracia, a partir do momento em que a dimensão técnica (no sentido mais amplo do termo) da ação pública aumenta fortemente, a tal ponto que termina por colocar-se o problema da reintegração do cidadão na “rede da decisão” [boucle de la décision] (PIERRE, 2002, p. 11).

Para tanto, [...] “qualquer que seja o ponto de partida de análise de políticas públicas, ele pressupõe o olhar sobre pressões sociais, interesses conflitantes, interesses comuns, jogos de poder, instituições, intervenções, dentre outros” (SALHEB, *et al*, 2009, p. 6). E, como afirma Frey (2000) analisar políticas públicas no Brasil, onde a instabilidade e fluidez das estruturas institucionais e dos padrões político-administrativos são caracterizadas por democracias do tipo ‘delegativo’, devem-se considerar os fatores que condicionam as

políticas públicas, enfatizando a sua dimensão processual com um olhar não apenas para as instituições, mas também para os atores políticos.

Assim, analisar a elaboração e implementação de políticas públicas, principalmente as ambientais, significa procurar entender e/ou demonstrar a existência da relação direta entre o ser humano e o ambiente (natural e construído) e sua influência no modo de viver e, conseqüentemente, na construção do desenvolvimento autossustentável.

3.2. Desenvolvimento Regional Sustentável

Para melhor compreensão desse termo, ainda em formação, é necessário entendermos os conceitos que o constitui: desenvolvimento, região/local e sustentabilidade. Quanto ao conceito de desenvolvimento, existem muitos caminhos possíveis na discussão sobre essa palavra, pois na visão de Chacon (2014) quando se busca o significado de desenvolvimento no dicionário encontraremos que é a ação ou efeito de desenvolver (algo) ou de se desenvolver. Por conseguinte, o verbo “desenvolver” significa acrescentar ou melhorar/aperfeiçoar algo, seja de ordem física, intelectual ou moral.

Chacon (2014, p. 48) relata ainda que o conceito de desenvolvimento a partir da perspectiva da sociedade e das suas escolhas políticas é:

[...] Uma questão polêmica, com diversas definições, invariavelmente ligadas ao crescimento econômico e aos territórios. Uma das abordagens mais comuns vê a dicotomia crescimento versus desenvolvimento nos seguintes termos: enquanto o crescimento ocorre em termos eminentemente econômicos, detectado pelo aumento da quantidade produzida em certo período de tempo, em um dado espaço territorial, o desenvolvimento se manifestaria pela distribuição equitativa dos resultados do crescimento para toda a sociedade.

Sen (2010, p. 10) argumenta que “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente”. Afirma também, que “a eliminação de privações de liberdades substanciais, (...) é constitutiva do desenvolvimento”.

Lesbaupin (2017, p. 74) afirma que “desenvolvimento não é sinônimo de crescimento econômico, como afirma a teoria econômica dominante, difundida pela grande mídia, desenvolvimento não é sinônimo de ‘produtivismo-consumismo’”. Pelo contrário, “desenvolvimento é desdobrar as potencialidades existentes nas pessoas e na sociedade para que tenham vida e possam viver bem”.

O mesmo autor aponta a necessidade de redefinir o conceito sobre desenvolvimento como:

[...] Um processo de desdobrar conscientemente os potenciais inerentes a cada um e a todos os seres humanos, indivíduo, família, comunidade, nação, assim como a espécie humana como um todo. Desenvolvimento humano integral, e não apenas desenvolvimento material. Converter o desenvolvimento econômico num meio – não mais num fim – para servir ao desenvolvimento humano e social, para que este se torne realmente possível e sustentável (LESBAUPIN, 2017, p. 75).

Região, procurando no dicionário sua definição será encontrada que é um território que se diferencia por suas condições particulares. Nesse sentido, o conceito de desenvolvimento territorial e/ou local pressupõe a existência de mecanismos endógenos ao lugar que seja capaz de agregar valor a partir da mobilização de recursos ociosos ali disponíveis ou de uma alavancagem das potencialidades existentes. Ou seja, utilizar o conceito de desenvolvimento local, enseja trabalhar as principais “dimensões” ou “eixos do processo de desenvolvimento”: físicas; socioeconômica e ambiental; e político-institucional (DOWBOR e POCHMANN, 2010).

De acordo com o pensamento de Buarque (2008, p. 25) “[...] o desenvolvimento local pode ser conceituado como um processo endógeno de mudança, que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população em pequenas unidades territoriais e agrupamentos humanos”. Na visão desse autor, o desenvolvimento local advém de múltiplas ações convergentes e que se complementam, quebrando a dependência e a inércia do subdesenvolvimento e do atraso em locais periféricos promovendo uma mudança social no território.

Na visão de Boff (2015, p. 31-32) sustentabilidade nos oferece dois sentidos: um passivo e outro ativo. O passivo diz que sustentabilidade é, em termos ecológicos, “[...] tudo o que a Terra faz para que um ecossistema não decaia e se arruíne”. Ou seja, a Terra e os biomas tenham condições para conservar-se como também prosperar, fortalecer-se e coevoluir. Já no sentido ativo significa “[...] a ação feita de fora para conservar, manter, proteger, nutrir, alimentar, fazer prosperar, subsistir, viver”. Para a ecologia, sustentabilidade significa “[...] os procedimentos que tomamos para permitir que a Terra e seus biomas se mantenham vivos, protegidos, alimentados de nutrientes a ponto de estarem sempre bem conservados e à altura dos riscos que possam advir”.

Segundo o mesmo autor, sustentabilidade:

[...] Provém do âmbito da biologia e da ecologia, cuja lógica é circular e includente. Representa a tendência dos ecossistemas ao equilíbrio dinâmico, à cooperação e à

coevolução, e responde pelas interdependências de todos com todos, garantindo a inclusão de cada um, até dos mais fracos (BOFF, 2015, p. 45).

Como o futuro da Terra e da humanidade foi centro de uma ampla discussão que se intensificou nas últimas décadas do século XX a partir de reflexões, constatações e preocupações dos cientistas, políticos e ambientalistas de várias partes do mundo, o termo Desenvolvimento Sustentável - DS surge como produto desse processo e apesar de suscitar ambiguidade e abrangência, a ideia de se atingir o desenvolvimento sustentável foi e continua sendo buscado por vários programas e projetos que visam melhorar as condições de vida de populações em todo o mundo (CHACON, 2007).

Distante de significar um campo neutro da disputa política internacional, já travada durante a década de 1970, quando o discurso dos países dominantes procurava um viés de ligação entre meio ambiente e desenvolvimento, ainda na ocasião da Conferência de Estocolmo, o “conceito” de Desenvolvimento Sustentável foi apresentado, mais tarde, pelos países ricos, como uma forma de produzir consenso entre as esferas políticas opostas (GOMES, 2014, p. 81).

Apesar de existirem discussões anteriores, o conceito de DS foi lançado em 1987, pela *World Commission on Environment and Development* (BRUNTLAND, 1987).

A gestão ambiental, a conscientização da sociedade para o seu papel como agente de transformação da realidade, bem como o fortalecimento da participação de cada um na tomada de decisão são os pontos que constituem a proposta de mudança inerente ao conceito, que teria como consequência, caso posto em prática, a busca de um crescimento econômico eficiente e racional, por meio de ações que supririam as necessidades da humanidade no presente, sem tirar das gerações futuras o direito de também terem as suas necessidades supridas (CHACON, 2007, p. 109-110).

O desenvolvimento sustentável surge como uma ideia mágica, sugerindo encontrar soluções para os problemas ligados ao meio ambiente, ao desenvolvimento e às futuras gerações. Dessa forma:

[...] O termo “desenvolvimento sustentável” não é um conceito, mas uma ideia que pretende encontrar soluções para problemas de esgotamento, poluição das riquezas naturais, num futuro... Ideia genérica que abstrai a realidade, oculta a complexidade, a reflexividade do modo de produção de mercadorias, cria uma espessa cortina de fumaça sobre a apropriação dos territórios, a existência de classes sociais, dificulta a análise crítica (RODRIGUES, 2005, p. 92-93).

Trazendo esse termo para a perspectiva local, a partir do pensamento de Buarque (2008, p. 27) o desenvolvimento local sustentável resulta “[...] da interação e sinergia entre a qualidade de vida da população local – redução da pobreza, geração de riqueza e distribuição de ativos -, a eficiência econômica – com agregação de valor na cadeia produtiva – e a gestão

pública eficiente [...]”. Buarque (2008, p. 27) diz ainda que a interação entre esses três pilares de um processo de desenvolvimento local, citados anteriormente, deve ser:

[...] Mediada pela governança – transbordando da base econômica para as finanças e os investimentos públicos -, pela organização da sociedade – orientando as políticas e os investimentos públicos locais – e pela distribuição de ativos sociais -, assegurando a internalização da riqueza e os desdobramentos sociais da economia [...] sem se esquecer, evidentemente, a conservação ambiental.

Dessa forma, a busca por um desenvolvimento local deve estruturar-se nesses três pilares, de maneira que contribua para a formação da capacidade organizacional e de cooperação da sociedade local; de espaços institucionais de negociação e gestão, com articulação e aumento da capacidade competitiva das atividades econômicas, com vantagens locais; descentralizar as decisões e elevar a eficiência e eficácia da gestão pública local; resultando em alguma forma de distribuição de ativos sociais, como o ativo conhecimento (BUARQUE, 2002).

De acordo com Chacon (2007, p. 110), para os “países em desenvolvimento como o Brasil, o desenvolvimento sustentável chegou como um ‘novo dever de casa’[...]” e passou a constar como base obrigatória para os planos de governo e depois foi incorporado pelas instâncias da sociedade. Nessa perspectiva, aparece o papel do Estado em uma posição fundamental na elaboração e implementação de políticas públicas que viabilizem o desenvolvimento sustentável, principalmente no que se refere às dimensões ambiental e ecológica, pois estão ligadas diretamente ao uso sustentável dos recursos naturais disponíveis.

Chacon (2007, p. 129) diz ainda que: “sendo o Estado ainda o grande provedor de recursos, é também o grande responsável pelo alcance ou não de uma melhor qualidade de vida [...]” para a sociedade. E para que essa qualidade de vida seja atingida é necessário que os critérios de sustentabilidade sejam praticados e internalizados em todas as suas dimensões: social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política (nacional e internacional) (SACHS, 2009).

Construir sociedades sustentáveis e o desenvolvimento local precede de sólido empreendimento em capital humano e capital social, buscando estruturar a existência de ambientes com territórios inovadores, criativos, democráticos e socialmente planejados. O capital humano “corresponde aos recursos humanos em condições de resolver com adequação e eficácia a diversidade de problemas colocados pela sociedade e com capacidade de empreender processos produtivos integradores e equitativos”. O capital social é formado pela capacidade de “auto-organização, com vínculos solidários, colaboração horizontal, canais de

participação, instituições e organizações que estimulam a confiança e a reciprocidade nos relacionamentos entre grupos e atores sociais, formando rico tecido social” (JARA, 2001, p. 100).

Isso resulta em cidadãos empoderados, capazes de intervir na escolha, na formulação, na implementação e no controle das diversas políticas governamentais e em atitudes que combinam a defesa e a criação de direitos com propostas socioeconômicas no contexto de mudanças tecnológicas e mercados competitivos (JARA, 2001, p. 100).

Jara (2001, p. 67) argumenta que “trabalhar desenvolvimento sustentável significa adotar processo que seguem os princípios do bem-estar econômico, da equidade social, da sustentabilidade ambiental, da democracia participativa, do respeito à diversidade cultural e à liberdade espiritual”. Afirma também, que “o desenvolvimento sustentável só pode ser construído em estruturas mentais centradas na realidade-vida”.

Como afirma Veiga (2015), revertendo à abstração sobre o termo DS, o surgimento dos ODS em 2015, independente de seus méritos e possíveis defeitos, dá início a uma aproximação da realidade a partir das governanças do desenvolvimento e do meio ambiente.

3.2.1. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS

Os ODS são uma agenda mundial composta por 17 objetivos e 169 metas a serem atingidos até 2030. Nesta agenda estão previstas ações mundiais nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, redução das desigualdades, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura entre outros (BRASIL, 2017).

Segundo Brasil (2017), os temas referentes aos ODS podem ser divididos em quatro dimensões principais:

Social: relacionada às necessidades humanas, de saúde, educação, melhoria da qualidade de vida e justiça. Ambiental: trata da preservação e conservação do meio ambiente, com ações que vão da reversão do desmatamento, proteção das florestas e da biodiversidade, combate à desertificação, uso sustentável dos oceanos e recursos marinhos até a adoção de medidas efetivas contra mudanças climáticas. Econômica: aborda o uso e o esgotamento dos recursos naturais, a produção de resíduos, o consumo de energia, entre outros. Institucional: diz respeito às capacidades de colocar em prática os ODS.

Esses objetivos foram construídos a partir de um processo de negociação mundial desencadeado por um “[...] amplo, democrático e inédito processo de consultas pela ONU, radicalmente diverso do que tinha ocorrido com os ODM [...]” (VEIGA, 2015, p. 23).

Na virada do milênio as negociações entre Estados-membros da ONU sofreram pouquíssima influência de representantes da sociedade civil, fossem eles do mundo empresarial ou do terceiro setor. Mas entre 2013 e 2015 ocorreu exatamente o inverso: **um processo extremamente participativo** levou à adoção de propostas que, acima de tudo, demonstraram cabalmente a incongruência da cantilena sobre três dimensões ou “três pilares” do desenvolvimento sustentável (VEIGA, 2015, p. 23). (Grifo da autora).

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é o documento final apresentado como resultado dessas discussões existentes a partir do fim do prazo estipulado pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM. Essa agenda apresenta uma lista com 17 ODS e relata que os mesmos “[...] são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental” (AGENDA 2030, 2015, p. 1).

Porém, por acreditar que dentre os ODS o nº 15 tem uma relação direta com o objetivo deste trabalho, esse ODS foi selecionado para embasar o desenvolvimento desta pesquisa, pois almeja: “proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade” (AGENDA 2030, 2015, p. 19).

Esse ODS foi subdividido em 9 metas para subsidiarem seu alcance. De acordo com a Agenda 2030 (2015, p. 34-35) as metas do ODS nº 15 são:

15.1 Até 2020, assegurar a conservação, recuperação e uso sustentável de ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial florestas, zonas úmidas, montanhas e terras áridas, em conformidade com as obrigações decorrentes dos acordos internacionais;

15.2 Até 2020, promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e o reflorestamento globalmente;

15.3 Até 2030, combater a desertificação, restaurar a terra e o solo degradado, incluindo terrenos afetados pela desertificação, secas e inundações, e lutar para alcançar um mundo neutro em termos de degradação do solo;

15.4 Até 2030, assegurar a conservação dos ecossistemas de montanha, incluindo a sua biodiversidade, para melhorar a sua capacidade de proporcionar benefícios que são essenciais para o desenvolvimento sustentável;

15.5 Tomar medidas urgentes e significativas para reduzir a degradação de habitat naturais, deter a perda de biodiversidade e, até 2020, proteger e evitar a extinção de espécies ameaçadas;

15.6 Garantir uma repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos e promover o acesso adequado aos recursos genéticos;

15.7 Tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas e abordar tanto a demanda quanto a oferta de produtos ilegais da vida selvagem;

15.8 Até 2020, implementar medidas para evitar a introdução e reduzir significativamente o impacto de espécies exóticas invasoras em ecossistemas terrestres e aquáticos, e controlar ou erradicar as espécies prioritárias;

15.9 Até 2020, integrar os valores dos ecossistemas e da biodiversidade ao planejamento nacional e local, nos processos de desenvolvimento, nas estratégias de redução da pobreza e nos sistemas de contas;

15.a Mobilizar e aumentar significativamente, a partir de todas as fontes, os recursos financeiros para a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos ecossistemas;

15.b Mobilizar recursos significativos de todas as fontes e em todos os níveis para financiar o manejo florestal sustentável e proporcionar incentivos adequados aos países em desenvolvimento para promover o manejo florestal sustentável, inclusive para a conservação e o reflorestamento;

15.c Reforçar o apoio global para os esforços de combate à caça ilegal e ao tráfico de espécies protegidas, inclusive por meio do aumento da capacidade das comunidades locais para buscar oportunidades de subsistência sustentável.

Todavia, Veiga (2015, p. 146) apresenta um pensamento contrário ao entendimento de todas as 169 especificações como se todas fossem ‘metas’ pois, como meta pressupõe-se que “[...] exija alguma precisão sobre a data em que se pretende obter algo, e que isso seja não apenas quantificável, mas cuja execução possa ser acompanhada com a ajuda de algum indicador estatístico relevante e legítimo”. O autor relata ainda que na grande maioria “[...] as 169 alíneas foram redigidas como exortações” e que “[...] são parágrafos que emendam vários desejos, quase todos muito positivos, mas que em nada se parecem com alguma coisa que poderia se tornar meta”.

Continuando com o pensamento de Veiga (2015, p. 150) ele afirma que não faltam defeitos nas formulações da agenda 2030 “mesmo assim, elas devem ser consideradas como o avanço cognitivo mais importante desse longo processo institucional iniciado trinta anos antes com a aprovação do relatório ‘Nosso Futuro Comum’”.

Ao combinar os processos dos ODM e os resultados da Rio+20, essa agenda busca integrar os componentes do DS apresentando como seu núcleo os ODS. A agenda 2030 deve ser entendida como uma lista de tarefas a serem cumpridas pelos governos, a sociedade civil, o setor privado e todos os cidadãos na busca por um 2030 sustentável. Até 2030, os ODS e suas metas irão estimular e apoiar ações em áreas importantes para a humanidade: pessoas, prosperidade, paz, parcerias e planeta (PLATAFORMA AGENDA 2030).

Essas cinco áreas importantes (ou 5 Ps) significam:

Pessoas – erradicar a pobreza e a fome de todas as maneiras e garantir a dignidade e a igualdade; Prosperidade – garantir vidas prósperas e plenas, em harmonia com a natureza; Paz – promover sociedades pacíficas, justas e inclusivas; Parcerias – implementar a agenda por meio de uma parceria global sólida; e Planeta – proteger

os recursos naturais e o clima do nosso planeta para as gerações futuras (CNM, 2016, p. 14).

Implantar os ODS se apresenta como um desafio e, para isso, requer uma parceria global, “[...] com a participação de todos – governos (federal, estadual e municipal), organismos internacionais, setor privado, sociedade civil, instituições de ensino (academia) e a mídia” (CNM, 2016, p. 15).

Veiga (2015, p. 150) afirma que “em vez de reclamar da dispersão causada pelas 169 alíneas, ou se apegar à fraqueza de algumas delas, bem mais importante é ressaltar os óbvios avanços dos ODS para 2015-2030 se comparados às limitações dos ODM de 2000-2015”. Pois, o elevado número de especificações adotadas na agenda 2030, decorre do processo democrático promissor de aprendizagem coletiva sobre o próprio sentido em torno do termo Desenvolvimento Sustentável.

3.2.2. Desenvolvimento Sustentável a partir das dimensões intangíveis

A junção das duas palavras – “desenvolvimento” e “sustentável” – tornou-se “senso comum”, moda, consenso para a formulação de políticas para utilizar as riquezas naturais (os recursos) de modo a não destruí-las e, ao mesmo tempo, continuar com o desenvolvimento, promover a “diminuição da pobreza”. Tornou senso comum a preocupação com a biosfera, o “bem comum”. Criou um ideário de que todos são igualmente responsáveis pela depredação das riquezas e pela preservação para as gerações futuras. Transformou a questão ambiental em agenda política (RODRIGUES, 2005, p. 93).

Partindo desse pensamento, Rodrigues (2005, p. 93) faz as seguintes indagações:

Como se contrapor à manutenção das condições de vida para as gerações futuras?
Como colocar a ideia dos bens vitais como bens comuns? As ideias do meio ambiente “bem comum” da humanidade, de preservar riquezas para as gerações futuras são tão fortes que viram palavras mágicas?

Como possibilidade de resposta tem-se o pensamento de Jara (2001) relatando que o homem se separou da natureza, pois passou a ignorar o lado espiritual e psicológico do desenvolvimento desconsiderando que todas as questões individuais e coletivas estão interligadas, de modo complexo, e se apresentam como resultado da nossa maneira de pensar e sentir. A falta de uma visão holística nos torna incapazes de compreender o conjunto de contradições sociais. Assim, as relações complexas, as inter-relações entre as partes e o todo e os problemas essenciais, tornam-se obscuros.

A saída passa pela redistribuição do poder e pela reinvenção dos governos. Contudo, não se percebem empenhos que favoreçam “[...] uma reengenharia mental que mude a cultura política, tendo em vista multiplicar os relacionamentos de cooperação e complementaridade entre atores sociais e institucionais, e que renove as práticas políticas com mais encontros solidários e diálogos ampliados” (JARA, 2001, p. 61).

Uma reengenharia mental livra as pessoas do complexo de inferioridade, abrindo-as às energias do coração; à autonomia nos relacionamentos; à solidariedade e à confiança nos outros. Esses elementos oriundos do emocional amoroso interno estimulam a adesão ao processo de mudança para uma sociedade sustentável. Por isso, precede a uma sociedade sustentável saber lidar com as próprias emoções. Tornamos o emocional inteligente quando tomamos consciência do conteúdo dos nossos relacionamentos; valorizamos a forma como os outros dependem dos contatos humanos, e quando atentamos para o sentir a natureza em perspectiva abrangente (JARA, 2001, p. 62-63).

Para Jara (2001, p. 82) “a sustentabilidade só pode afirmar-se com desenvolvimento humano”. O autor assegura também, que o processo de desenvolvimento não pode ser compreendido a partir de uma visão unidimensional, negando o ser espiritual, assim, faz-se necessário pensar em outra maneira e outra gestão do desenvolvimento que comporte a plenitude humana. Dessa forma, o desenvolvimento deve ser trabalhado a partir de suas dimensões intangíveis considerando seus requisitos: “a- como queremos e devemos viver; b- quem somos nós; c- qual é o propósito de nossa existência e de nossas vidas; d- que tipo de desenvolvimento estamos construindo; e- que experiência de vida coletiva estamos escolhendo”.

Para espiritualizar o processo de desenvolvimento equivale em

Transformar as energias negativas contidas na permanente luta entre atores sociais e agentes políticos assim como nos relacionamentos patológicos, injustos, discriminatórios, agressores à natureza, corruptos e cínicos. Tem-se de investir, sem paternalismos, em equipamentos sociais básicos para salvar vidas humanas, na produtividade da terra para minimizar os efeitos ambientais negativos e na educação da população para uma vida cívica de responsabilidade (JARA, 2001, p. 83).

O espírito deve ser entendido como uma energia autocriadora para a vivência em sociedade, alicerçado da consciência política com as pessoas em seus valores e virtudes: compaixão, solidariedade, amor pela vida e cuidado com a natureza. Por isso, devemos ter precaução com as escolhas em cada atividade, movimento, palavra, pensamento, sentimento e decisão, pois as energias invisíveis da nossa existência, como: o compromisso, a

solidariedade, a esperança, a vontade e a alegria, “[...] não são menos reais pelo fato de serem intangíveis” (JARA, 2001, p. 85).

Construir outro desenvolvimento consiste na capacidade de perceber a sociedade local e municipal, com significância espiritual e cultural. Tal desenvolvimento deve apoiar-se na experiência de transformação social, embasado pelos significados de sociedade, de território municipal, do objetivo de desenvolvimento municipal e da gestão pública local. É a energia interna que impulsiona o desenvolvimento intelectual, emocional, moral e social, e em essência, é de natureza espiritual. Seguir por essa trilha é potencializar nossa trajetória de amorosidade, e a conduta amorosa influi nos atos e, por conseguinte, no bem-estar dos outros, simultaneamente estamos realizando a nossa própria transformação (JARA, 2001).

A transição para uma sociedade sustentável deve relacionar-se com sentimentos de amor. “A confiança, a solidariedade, a justiça, a bondade, a compaixão e a alteridade são qualidades transracionais, intangíveis, que possibilitam criar uma teia relacional amorosa capaz de facilitar a construção de processos de desenvolvimento sustentável” (JARA, 2001, p. 87). O amor sem sentimentalismos, que consiga expressar claramente a solidariedade, a cooperação, o respeito, a compaixão, o cuidado e a confiança no outro.

Com certeza esses argumentos encontram resistência nas estruturas de poder tradicionais, que Mantém o “desenvolvimento” sem a possibilidade de satisfazer as necessidades básicas de grande contingente populacional e sem as lentes espirituais para visualizar os traumas emocionais. O desenvolvimento concentrado na produção indiscriminada de mais e mais mercadorias só revela estupidez e ausência da dimensão afetiva e amorosa da vida (JARA, 2001, p. 88).

As ações individuais ou coletivas se harmonizam com o modo de entender e perceber a vida e são reproduzidas nos relacionamentos sociais. Dessa forma, a qualidade da nossa administração política é determinada, em grande parte, por nossa maneira de encarar a vida. Isso implica a opção de nos conectarmos as nossas energias afetivas para vermos as situações com solidariedade, harmonia, paixão, amizade e emoção inteligentes. Assim, estaremos em sintonia com a essência humana e seremos agentes “[...] atentos às escolhas que favoreçam a sociedade sustentável” (JARA, 2001, p. 89).

Assim, não podemos trazer medos, negações, ódios, ânsia de poder – o estresse da exclusão – à vida social e política. Por sermos dotados do poder de escolha, está a ser feita a opção pela criatividade do tecido social e pela responsabilidade na emissão de energias, pensamentos e sentimentos adequados à mudança da sociedade (JARA, 2001, p. 90).

Jara (2001, p. 95-96) afirma que trabalhar o lado intangível do desenvolvimento significa

Integrar aos processos de mudança todo o complexo de ondas e energias inerente ao estado subjetivo de vibrações, turbulências e harmonias do mundo local, cujas energias são expressas nos sonhos, nos mitos, nas visões e nos anseios pessoais, comunitários e em escala territorial. Significa imbuir-se de sentimentos de amor político para observar a sociedade – em território – além das manifestações materiais, econômicas e tecnológicas.

Na prática, significa além de incorporar à estrutura da gestão pública os recursos econômicos, incorporar também “[...] ‘variáveis’ intangíveis, como o emocional coletivo, a identidade cultural, a transparência e o diálogo com a sociedade civil organizada, no propósito de oferecer maior entendimento e identificação dos problemas locais” (JARA, 2001, p. 96).

O mesmo autor lembra também que “é preciso integrar à análise do desenvolvimento os parâmetros relativos ao emocional, ao coletivo, ao imaginário, à memória social – energias multiformes difíceis de serem descartadas, por estarem presentes em tudo o que acontece na vida social” (JARA, 2001, p. 258). Assim, colocar em prática o lado intangível do desenvolvimento significa afirmar as dimensões psicológica, cultural e espiritual da vida em sociedade. Valorizando o enfoque holístico dessas dimensões na prática das atividades humanas reconhecendo a interdependência existente nas relações cultural, política, econômica, social, natural e espiritual, independente da ordem.

Pensar no potencial transformador do invisível implica uma perspectiva holística para a busca do desenvolvimento humano, do bem-estar social e da construção da sustentabilidade. Todo processo de mudança e transformação opera em ondas de sentimentos, de energias políticas organizadas, vínculos sociais e com acesso à informação. Esses elementos promovem a liberação de energias coletivas que ganham corpo nas práticas sociais, em respostas idealizadas, subjetivas e específicas. Essas forças internas – emoções expressas de forma positiva – podem acionar redemoinhos políticos ao estimular a mobilização das pessoas em ações cidadãs (JARA, 2001, p. 259-260).

Reconhecer a dimensão invisível do desenvolvimento provoca desafiar as regras científicas, a visão mecanicista, a doutrina dogmática sobre o mundo físico e repensar os princípios positivistas que segmentam o conhecimento. Viver a realidade significa existência em amplitude, com todos os modos de existir e nos diversos modos reais (JARA, 2001).

Nesse contexto, será apresentada uma abordagem sobre o Bem Viver, pois, é preciso perceber o mundo a partir de outros ângulos, de forma a conceber um novo ordenamento

social pautado na reciprocidade e na solidariedade, para assim, tornar possível assegurar as necessidades de todos os seres vivos.

3.2.3. O Bem Viver como alternativa ao desenvolvimento

Se o desenvolvimento trata de “ocidentalizar” a vida no planeta, o Bem Viver resgata as diversidades, valoriza e respeita o “outro”. O Bem Viver emerge como parte de um processo que permitiu empreender e fortalecer a luta pela reivindicação dos povos e nacionalidades, em sintonia com as ações de resistência e construção de amplos segmentos de populações marginalizadas e periféricas. Em conclusão, o Bem Viver é eminentemente subversivo. Propõe saídas descolonizadoras em todos os âmbitos da vida humana. O Bem Viver não é um simples conceito. É uma vivência (ACOSTA, 2016, p. 82).

Desde meados do século XX, o vocábulo ‘desenvolvimento’ ronda o mundo e de acordo com o pensamento de Acosta (2016, p. 43) a maioria das pessoas seguramente, “[...] ao menos em algum momento acreditou no ‘desenvolvimento’, deixou-se influenciar pelo ‘desenvolvimento’, perseguiu o ‘desenvolvimento’, trabalhou pelo ‘desenvolvimento’, viveu do ‘desenvolvimento’”.

Contudo, é notório que

Os modelos e as estratégias tradicionais de desenvolvimento criaram subclasses empobrecidas e subalternizadas, patologias sociais e graves problemas ecológicos que ameaçam nossa existência. Esse desenvolvimento corresponde, de modo particular, às demandas da ‘economia’, definidas pelas elites governantes em favor das classes dominantes (JARA, 2001, p. 66).

Jara (2001, p. 66) argumenta ainda que,

A pobreza, a desigualdade, a destruição ambiental, a corrupção e a exclusão social formam o espelho que devolve à sociedade a imagem de seu modelo de desenvolvimento. A sociedade insustentável é uma consequência de nossa visão do mundo, a colheita do que semeamos. Somos cobrados a assumir a responsabilidade de sanear com urgência as nossas doenças coletivas e sociais.

Ao perceber os problemas advindos do ‘desenvolvimento’ buscou-se então alternativas de desenvolvimento. Começou-se a tentar diferenciá-lo passando a chamá-lo de:

[...] Desenvolvimento econômico, desenvolvimento social, desenvolvimento local, desenvolvimento global, desenvolvimento rural, desenvolvimento sustentável ou sustentado, ecodesenvolvimento, etnodesenvolvimento, desenvolvimento humano, desenvolvimento endógeno, desenvolvimento com igualdade de gênero, codesenvolvimento, desenvolvimento transformador... desenvolvimento, no final das contas. [...] (ACOSTA, 2016, p. 48-49).

A ideia de desenvolvimento, porém, nunca foi questionada existindo simplesmente uma tentativa de redefini-la. Assim, corroborando com o pensamento de Acosta (2016, p. 34) “não se pode mais sustentar o discurso do desenvolvimento, que, com suas raízes coloniais, justifica visões excludentes. Requeremos um discurso contra hegemônico que subverta o discurso dominante e suas correspondentes práticas de dominação”.

Nessa perspectiva, abordaremos uma temática recente sobre o Bem Viver, que na visão de Acosta (2016, p. 24)

[...] Supera o tradicional conceito de desenvolvimento e seus múltiplos sinônimos, introduzindo uma visão muito mais diversificada e, certamente, complexa. Por isso mesmo, as discussões sobre o Bem Viver, termo em construção, são extremamente enriquecedoras. O Bem Viver revela os erros e as limitações das diversas teorias do chamado desenvolvimento. Critica a própria ideia de desenvolvimento, transformada em uma entelúquia que rege a vida de grande parte da Humanidade – que, perversamente, jamais conseguirá alcançá-lo. Por outro lado, os países que se assumem como desenvolvidos mostram cada vez mais os sinais de seu mau desenvolvimento.

O Bem Viver surge a partir da matriz comunitária de povos que vivem em harmonia com a natureza, ou seja, que bem convive em comunidade e na natureza – os indígenas. O Bem Viver esforça-se para reunir os principais conceitos, algumas experiências e determinadas práticas indígenas existentes em vários lugares do planeta. Fala da oportunidade de construir um outro ordenamento social fundamentado na vigência dos Direitos Humanos e dos Direitos da Natureza, pautado na reciprocidade e na solidariedade, porém, afirma também que dentro do capitalismo é definitivamente impossível implantar tal ordenamento (ACOSTA, 2016).

O Bem Viver é, por um lado, um caminho que deve ser imaginado para ser construído, mas que, por outro, já é uma realidade. O Bem Viver será, então, uma tarefa de (re) construção que passa por desarmar a meta universal do progresso em sua versão produtivista e do desenvolvimento enquanto direção única, sobretudo em sua visão mecanicista do crescimento econômico e seus múltiplos sinônimos (ACOSTA, 2016, p. 69).

Existem várias expressões sobre o Bem Viver que remetem a idiomas originários do Equador, como: *Buen Vivir* ou *sumak kawsay*, em *kíchwa*, e da Bolívia como: *Vivir Bien* ou *suma qamaña*, em *aymara*, além de aparecer também como *nhandereko*, em guarani. Acosta (2016) ressalta também a existência de controvérsias nas traduções desses termos, o que impede encontrar sinônimos corretos, porém é possível encontrar equivalências.

A construção do Bem Viver passa pela aplicação em todo o sistema educativo de uma educação intercultural, porém com outros princípios conceituais, ou seja, exige um Estado plurinacional que não seja eurocêntrico. Para tanto, torna-se necessário repensar as estruturas estatais para que o exercício do poder se materialize de forma horizontal. “Isso implica ‘cidadanizar’ individual e coletivamente o Estado, criando espaços comunitários como formas ativas de organização social. A própria democracia tem de ser repensada e aprofundada” (ACOSTA, 2016, p. 26).

Dessa forma, a questão continua sendo política, portanto, não podemos esperar que a solução seja “técnica”. Assim, nosso mundo precisa ser recriado a partir do ambiente comunitário, movido por novas utopias, pensado e organizado “[...] a partir dos Direitos Humanos – políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais dos indivíduos, das famílias e dos povos – e dos Direitos da Natureza” (ACOSTA, 2016, p. 26).

As pessoas devem organizar-se para recuperar e assumir o controle das próprias vidas. Contudo, já não se trata somente de defender a força de trabalho e de recuperar o tempo livre para os trabalhadores – ou seja, não se trata apenas de opor-se à exploração da mão de obra. Também está em jogo a defesa da vida contra esquemas antropocêntricos de organização produtiva, causadores da destruição do planeta (ACOSTA, 2016, p. 27).

O Bem Viver é uma proposta que questiona a colonialidade do poder e o conceito eurocêntrico de bem-estar, além de que, a maioria dos seres humanos não alcançou o bem-estar material e ainda estão sendo afetados quanto à segurança, liberdade e identidade.

Muitíssimas pessoas só trabalham e produzem pensando em consumir, mas, ao mesmo tempo, vivem na insatisfação permanente de suas necessidades. Produção e consumo se tornam, assim, uma espiral interminável, esgotando os recursos naturais de maneira irracional e acirrando ainda mais a tensão criada pelas desigualdades sociais. Nesse ponto, desempenham papel determinante muitos avanços tecnológicos que aceleram o círculo perverso de produção crescente e apetites cada vez mais vorazes (ACOSTA, 2016, p. 36).

Portanto, o que interessa é recuperar algumas experiências e lições dos saberes indígenas que não fazem analogia ao desenvolvimento, como por exemplo, a não existência da concepção dos conceitos de riqueza e pobreza, referindo-se à acumulação ou carência de bens materiais, respectivamente. O Bem Viver deve ser apropriado como uma categoria em construção e produção permanente. Como também, enquanto proposta holística, pois “é preciso compreender a diversidade de elementos a que estão condicionadas as ações humanas que propiciam o Bem Viver: o conhecimento, os códigos de conduta ética e espiritual em

relação ao entorno, os valores humanos, a visão de futuro, entre outros” (ACOSTA, 2016, p. 71).

Nesta perspectiva, o desenvolvimento convencional tem sido visto como uma imposição cultural herdeira do saber ocidental – e, portanto, colonial. Daí se conclui que muitas das reações à colonialidade impliquem um distanciamento do desenvolvimentismo. O Bem Viver, assim, se traduz em uma tarefa **descolonizadora**. [...] Para cumpri-la, será particularmente necessário um processo de **descolonização intelectual nos âmbitos político, social, econômico e, claro, cultural** (ACOSTA, 2016, p. 71-72). (Grifo da autora).

Trata-se de desenvolver uma vida em harmonia dos seres humanos consigo mesmos, com seus semelhantes e com a natureza, vivendo em comunidade. Ou seja, o Bem Viver é “[...] um conceito de comunidade onde ninguém pode ganhar se o seu vizinho não ganha” (SANTOS, 2010, p. 15).

Por isso, devemos deixar de vislumbrar os recursos naturais como condição para o crescimento econômico ou como políticas para o desenvolvimento, caso contrário, a capacidade de absorção e resistência da Natureza entrará em colapso. Consequentemente, “devemos aceitar que o ser humano se realiza em comunidade, com e em função de outros seres humanos, como parte integrante da Natureza, assumindo que os seres humanos somos Natureza, sem pretender dominá-la” (ACOSTA, 2016, p. 104).

Isso nos leva a aceitar que a Natureza – enquanto construção social, ou seja, enquanto conceito elaborado pelos seres humanos – deve ser reinterpretada e revisada totalmente se não quisermos colocar em risco a existência do próprio ser humano. Para começar qualquer reflexão, devemos aceitar que a Humanidade não está fora da Natureza e que a Natureza tem limites biofísicos (ACOSTA, 2016, p. 104).

Assim, o Bem Viver se transforma em ponto de partida, caminho e perspectiva para desconstruir a estrutura colonial que desconsidera a diversidade cultural, política e ecológica. Nesse pensamento, a proposta do Bem Viver critica: a. o Estado monocultural; b. a deterioração da qualidade de vida, percebida através das crises econômicas e ambientais; c. a economia capitalista de mercado; d. a perda de soberania em todos os campos; e. a marginalização, a discriminação, a pobreza, as abomináveis condições de vida da massa da população, as iniquidades. Como também, questiona concepções ideológicas que se apoiam na estrutura colonial extrativista e na evangelização forçada (ACOSTA, 2016).

Na essência do Bem Viver está implícito um andar revolucionário que nos leva a deslocar-se de concepções antropocêntricas para sociobiocêntricas, assumindo as

consequências políticas, econômicas, culturais e sociais desta mudança. Enquanto um novo formato de organizar a sociedade, o Bem Viver objetiva a expansão das potencialidades individuais e coletivas ao tempo em que forem encontradas devem ser potencializadas. É ineficaz desenvolver o ser humano, pois é o ser humano que deve desenvolver-se. Para tanto, é condição indispensável o ser humano possuir as mesmas possibilidades de escolha, independente de possuir os mesmos meios. E estes, não poderão estar centralizados em poucas mãos. O ser humano tem de fortalecer suas capacidades para vivência em comunidade e em harmonia social, como componente da Natureza (ACOSTA, 2016).

A real contribuição do Bem Viver está na criação de possibilidades de diálogo, abrindo as portas a um enorme mapa de reflexões destinado a subverter a ordem conceitual imperante. Uma de suas maiores contribuições poderia estar na construção coletiva de pontes entre os conhecimentos ancestrais e modernos, assumindo, a todo instante, que a construção de conhecimento é fruto de um processo social. Para obtê-lo, nada melhor que um debate franco e respeitoso. Debate que ainda precisa ser realizado (ACOSTA, 2016, p. 239).

Faz-se necessário superar as distâncias existentes entre o discurso e a prática, que são evidentes. Superar o conceito dominante do desenvolvimento constitui um passo valorativo importante. Esta proposta, quando assumida de forma ativa pela sociedade, sempre pode projetar-se com potência nos debates mundiais que são vitais para acionar a Grande transformação (ACOSTA, 2016).

As mudanças sustentáveis devem ser provocadas de dentro para fora e, para isso, devem iniciar com a compreensão do significado da vida e do sentido de viver em sociedade. Ao internalizar e praticar tal compreensão as pessoas e as comunidades tornar-se-ão empoderadas. Um processo educativo é capaz de liberar o potencial humano das pessoas de maneira a preparar “[...] seres mais independentes e inteiros em consciência, cooperação, capacidade de compreender o mundo, de lidar com a mudança e de aprender a ser cidadão para agir como um ser humano cívico” (JARA, 2001, p. 65).

O Bem Viver aceita e apoia maneiras distintas de viver, valorizando a diversidade cultural, a interculturalidade, a plurinacionalidade e o pluralismo político. Diversidade que não justifica nem tolera a destruição da Natureza, tampouco a exploração dos seres humanos, nem a existência de grupos privilegiados às custas do trabalho e sacrifício de outros (ACOSTA, 2016, p. 240).

Acosta (2016, p. 240) conclui apresentando a seguinte afirmativa: “O Bem Viver será para todos e todas. Ou não será”.

Dando uma pausa sobre a temática do Bem Viver, passaremos a falar sobre o objeto em estudo, o Parque das Timbaúbas, buscando demonstrar sua abrangência enquanto política pública ambiental na perspectiva do ODS equivalente, ou seja, analisando os fluxos das ações e intenções lá desenvolvidas. Para tanto, começaremos demonstrando os conceitos e objetivos de área verde, Unidade de Conservação, parque urbano e de manancial, pois se relacionam diretamente com o objeto pesquisado.

4. ÁREA VERDE, UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, PARQUE URBANO E MANANCIAL: conflitos e convergências

4.1. Área verde e suas finalidades

Existem divergências conceituais entre os estudiosos sobre o tema, pois se percebe a utilização de áreas verdes, espaços livres e áreas de lazer como termos sinônimos, apesar de considerarem a vegetação como indicador de qualidade ambiental urbana. Porém, para Bargas e Matias (2011, p. 174) “mesmo com a ausência de uma definição consensual, o termo mais utilizado para designar a vegetação urbana é ‘áreas verdes’”.

De acordo com o Art. 8º, § 1º, da Resolução CONAMA Nº 369/2006, considera-se área verde de domínio público “[...] o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização”.

Gonçalves (1994, p. 19) considera como área verde qualquer área, seja no âmbito urbano ou rural, de propriedade pública ou privada, que apresente algum tipo de vegetação significativa e que tenha finalidades científicas, sociais e culturais. O autor afirma também que as áreas verdes somente terão sua importância consolidada quando a sociedade apropriar-se de seu espaço, para tanto, “[...] interessa não apenas o espaço em si, mas o que nele representa e o que nele se desenvolve, destacando-se aí as relações e meio de produção e consumo, no tocante aos aspectos sociais, econômicos e culturais”.

Para uma área ser identificada como área verde deve existir a “[...] predominância de áreas plantadas e que deve cumprir três funções (estética, ecológica e lazer)” deve também apresentar “[...] uma cobertura vegetal e solo permeável (sem laje) que devem ocupar, pelo menos, 70% da área” (NUCCI, 2008, p. 120).

Vieira (2004) relata que as áreas verdes tendem a assumir diferentes papéis na sociedade e que suas funções devem estar interrelacionadas no ambiente urbano, de acordo com o tipo e sua destinação para uso. Dessa forma, a função dessas áreas relaciona-se da seguinte maneira:

- Função social: oferecem possibilidade de lazer à população. Com relação a este aspecto, deve-se considerar a necessidade de hierarquização;
- Função estética: diversificação da paisagem construída e embelezamento da cidade. Ressalta-se a importância da vegetação;

- Função ecológica: promove melhorias no clima da cidade e na qualidade do ar, água e solo, resultando no bem estar dos habitantes, devido à presença da vegetação, do solo não impermeabilizado e de uma fauna mais diversificada nessas áreas;
- Função educativa: possibilidade oferecida por tais espaços como ambiente para o desenvolvimento de atividades educativas, extraclasse e de programas de educação ambiental.
- Função psicológica: possibilidade de realização de exercícios, de lazer e de recreação que funcionam como atividades “antiestresse” e relaxamento, uma vez que essas áreas proporcionam contato entre as pessoas e os elementos naturais ali presentes.

De acordo com Brandão e Brandão (1992), pode ser considerada área verde urbana toda a cobertura vegetal natural preservada nas cidades ou artificial, implantada pelo homem, e que possui a função de proporcionar como elemento de bem-estar e lazer, dentre outras funções.

É importante ressaltar que as áreas verdes só cumprirão plenamente suas funções se forem devidamente conservadas. Para tanto, é fundamental que os responsáveis por essas áreas conheçam a localização e classificação das mesmas para que possam direcionar ações para controle, manutenção e ampliação dessas áreas quando necessárias (BARGOS e MATIAS, 2011).

Entende-se, portanto, que para conceituar áreas verdes urbanas deve considerá-las como

[...] uma categoria de espaço livre urbano composta por vegetação arbórea e arbustiva (inclusive pelas árvores das vias públicas, desde que estas atinjam um raio de influência que as capacite a exercer as funções de uma área verde), com solo livre de edificações ou coberturas impermeabilizantes (em pelo menos 70% da área), de acesso público ou não, e que exerçam minimamente as funções ecológicas (aumento do conforto térmico, controle da poluição do ar e acústica, interceptação das águas das chuvas, e abrigo à fauna), estéticas (valorização visual e ornamental do ambiente e diversificação da paisagem construída) e de lazer (recreação). (BARGOS e MATIAS, 2011, p. 185).

Como afirma Brasil (2012, p. 1) as áreas verdes urbanas são consideradas como “o conjunto de áreas intraurbanas que apresentam cobertura vegetal, arbórea (nativa e introduzida), arbustiva ou rasteira (gramíneas) e que contribuem de modo significativo para a qualidade de vida e o equilíbrio ambiental nas cidades”. Portanto, estão presentes em várias situações, tais como: áreas públicas, Áreas de Preservação Permanente (APP), jardins institucionais, praças, parques, florestas, Unidades de Conservação, etc.

4.2. Unidade de Conservação – UC enquanto regulamento

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC foi estabelecido em 18 de julho de 2000, através da Lei Nº 9.985, estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação. Nesta lei, UC deve ser entendida como:

“[...] espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção” (BRASIL, 2000).

O SNUC é o resultado de anos de debates e conflitos de interesses que envolveram ambientalistas, cientistas, organizações privadas, representantes de populações tradicionais, Organizações Não-Governamentais – ONGs, entre outros. Diante dos debates sobre a ocupação humana em unidades de conservação nesse período, a solução apresentada foi o uso do termo sustentável dos recursos naturais (TEIXEIRA, 2005).

Para tanto, as UC's integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas: 1- Unidades de Proteção Integral, cujo objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceção dos casos previstos na Lei; 2- Unidades de Uso Sustentável, que tem como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais (BRASIL, 2000).

4.2.1. Unidades de proteção integral

Estação Ecológica: objetiva a preservação da natureza e a realização de pesquisas científicas; é de posse e domínio públicos; proíbe a visitação pública, exceto quando com objetivo educacional, de acordo com o que dispuser o Plano de Manejo da unidade ou regulamento específico e, a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade.

Reserva Biológica: objetiva a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites; área de posse e domínio públicos; é proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade.

Parque Nacional: destinada à preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o

desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico; é de posse e domínio públicos; a visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas pela unidade; a pesquisa científica depende de autorização prévia do órgão responsável pela administração da unidade; quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, Parque Estadual e Parque Natural Municipal, respectivamente.

Monumento Natural: instituída para preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica; área pública ou particular; a visitação pública está sujeita às condições e restrições estabelecidas pela unidade.

Refúgio de Vida Silvestre: criada para proteger ambientes naturais onde se asseguram condições para a existência ou reprodução de espécies ou comunidades da flora local e da fauna residente ou migratória; área pública ou privada; permite a visitação pública e a pesquisa científica, desde que obedecidas às normas e restrições estabelecidas na unidade.

4.2.2. Unidades de uso sustentável

Área de Proteção Ambiental - APA: área pública ou privada; em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas; apresenta como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais; é gerida por um conselho que define as condições para a pesquisa científica e visitação pública; as normas e restrições também abrangem às propriedades privadas.

Área de Relevante Interesse Ecológico: área pública ou privada; em geral de pequena extensão, com pouca ou nenhuma ocupação humana, com características naturais extraordinárias ou que abriga exemplares raros da biota regional; tem como objetivo manter os ecossistemas naturais de importância regional ou local e regular o uso compatível com a conservação da natureza; poderá haver restrições quanto ao uso de propriedades privadas.

Floresta Nacional: área de posse e domínio públicos; com cobertura florestal de espécies predominantemente nativas; objetiva o uso múltiplo sustentável dos recursos florestais e a pesquisa científica, com ênfase em métodos para exploração sustentável de florestas nativas; admite a permanência de populações tradicionais, a visitação pública e conta com um conselho consultivo; quando criada pelo Estado ou Município, será denominada, respectivamente, Floresta Estadual e Floresta Municipal.

Reserva Extrativista: área de domínio público, utilizada por populações extrativistas tradicionais, cuja subsistência baseia-se no extrativismo e, complementarmente, na agricultura de subsistência e na criação de animais de pequeno porte; tem como objetivos proteger os meios de vida e a cultura dessas populações, e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais da unidade; gerida por um conselho deliberativo; incentiva a pesquisa científica e permite a visitação pública; proíbe a caça e a exploração de recursos minerais; a exploração comercial da madeira só é permitida em bases sustentáveis em situações especiais e complementares às demais atividades realizadas.

Reserva de Fauna: é uma área natural de posse e domínio públicos, com populações animais de espécies nativas, terrestres ou aquáticas, residentes ou migratórias, adequadas para estudos técnico-científicos sobre o manejo econômico sustentável dos recursos da fauna. A visitação pública e a comercialização de produtos de pesquisa podem ser permitidas desde que obedeça aos regulamentos e a caça é proibida.

Reserva de Desenvolvimento Sustentável: é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência baseia-se em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos e adaptados às condições ecológicas locais. Objetiva preservar a natureza, assegurar as condições para a melhoria de qualidade de vida e exploração dos recursos naturais das populações tradicionais, bem como valorizar, conservar e aperfeiçoar o conhecimento e as técnicas de manejo do ambiente, desenvolvido por estas populações. Gerida por um conselho deliberativo. A pesquisa e a visitação pública são incentivadas admitindo-se também a exploração de componentes dos ecossistemas naturais com manejo sustentável desde que estejam de acordo com o plano de manejo da área e seus dispositivos legais.

Reserva Particular do Patrimônio Natural: área privada, gravada com perpetuidade, objetivando conservar a diversidade biológica mediante termo de compromisso assinado perante o órgão e averbado no Registro Público de Imóveis. A pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais serão permitidas conforme regulamento.

A partir dos discursos oficiais é difundido que a “criação” e a conservação da natureza no espaço urbano contribuem para a proteção da fauna e flora, é importante para aumentar o índice de áreas verdes e melhoram as condições de vida do homem urbano (GOMES, 2014).

Nessa temática, surge a criação de parques urbanos. Para tanto, é necessário compreender a problemática que envolve os parques, conhecendo os reais objetivos para os quais foram criados.

4.3. Parque urbano e suas peculiaridades

O discurso ilusório que acompanha a criação/delimitação de áreas tidas como “ecológicas”, como os parques, quando inseridos no espaço urbano, mesmo que muitas vezes nada tenham a preservar, [...] em muito tem contribuído para que estes espaços sejam vistos como importantes para toda a cidade (GOMES, 2014, p. 82).

Os parques urbanos surgiram da necessidade de dotar as cidades de espaços adequados para atender à demanda social pelo lazer e para refutar os efeitos do ambiente urbano (MACEDO; SAKATA, 2010). Portanto, os parques emergiram como consequência da urbanização e industrialização dos países.

Segundo Costa e Camargo (2012, p. 4-5) os parques não nasceram simplesmente pela necessidade de lazer da população, mas também pelos ideais de higiene nascidos no século XIX, conhecido como movimento higienista. “Trata-se, pois, de uma dupla orientação: do higienismo e do lazer”. Portanto, “a necessidade de espaços livres que dispersassem os odores urbanos, assim, está na origem das áreas verdes das cidades, que a população transformou em espaço de lazer”.

Parque urbano é “uma área verde com função ecológica, estética e de lazer, no entanto, com uma extensão maior que as praças e jardins públicos” (BRASIL, 2012, p. 1).

De acordo com o pensamento de Macedo e Sakata (2010, p. 14), considera-se parque urbano

[...] todo espaço de uso público destinado à recreação de massa, qualquer que seja seu tipo, capaz de incorporar intenções de conservação e cuja estrutura morfológica é autossuficiente, isto é, não é diretamente influenciada em sua configuração por nenhuma estrutura constituída em seu entorno.

De acordo com Gomes (2014, p. 80) parque urbano deve ser compreendido como “[...] um ‘espaço verde’, criado/delimitado sem intencionalidades, mas como um equipamento urbano capaz de alterar o padrão de uso e ocupação do solo, contribuindo na mudança do preço da terra em suas imediações”. Como observa o mesmo autor, os parques surgem a partir dos discursos que se expressam através da necessidade de dotar os espaços urbanos de áreas verdes e de lazer, possibilitando assim maior qualidade ambiental.

McCormick (1992 *apud* Gomes, 2014, p. 82) relata que:

“[...] inúmeros parques foram criados desde o século XIX, a exemplo dos pioneiros norte-americanos, Yellowstone e Yosemite, com o objetivo de se constituírem muito mais em espaços para lazer e recreação públicos das populações urbanas do que para preservação de áreas virgens. Também, muitas áreas constituíram parques em decorrência de sua beleza cênica, de constituírem exemplares raros, marcantes da natureza, como ocorreu com o Parque Nacional do Itatiaia, no Brasil, criado em 1937”.

Vários países, inclusive o Brasil, vêm incluindo em suas agendas ambientais, a partir da década de 1970, a responsabilidade em demarcar áreas de preservação e estabelecer mecanismos de conservação dos recursos naturais. De acordo com o Relatório Nosso Futuro Comum (1991), na década de 1980, quase 4% da superfície da Terra é [era] gerida visivelmente para conservar espécies e ecossistemas, e pouquíssimos países não possuem [íam] parques nacionais (GOMES, 2014).

Integrante do grupo Unidade de Proteção Integral a UC Parque Nacional apresenta

Como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000).

De acordo com a mesma legislação, “as unidades dessa categoria, quando criadas pelo Estado ou Município, serão denominadas, respectivamente, Parque Estadual e Parque Natural Municipal” (BRASIL, 2000).

Quando as áreas de proteção sofrem interferência humana isso afeta diretamente o equilíbrio ambiental ali existente. No caso de interferência em áreas de proteção de mananciais não é diferente e, conseqüentemente, afeta a própria humanidade. A seguir debateremos a importância de proteger essas áreas de mananciais.

4.4. Importância e proteção dos mananciais

Os mananciais são fontes de água doce, superficial ou subterrânea que são utilizadas para consumo humano ou desenvolvimento de atividades econômicas. Como exemplo têm-se rios, lagos, represas e lençóis freáticos (COMITÊS PCJ, 2015).

Para poder cumprir sua função, os espaços de mananciais devem ter atenção específica de tal forma que sejam contemplados com aspectos legais e gerenciais que

permitam garantir a recuperação e conservação dos mesmos. Tais aspectos são de extrema importância para conservar e recuperar essas áreas, pois objetivam “[...] garantir água em quantidade e com qualidade para abastecimento da população, e redirecionar o desenvolvimento [...] a fim de proteger seus recursos hídricos” (COMITÊS PCJ, 2015, p. 3).

Para Tsutiya (2006, p. 67-68) “manancial é a fonte para o suprimento de água [...]”. O mesmo autor apresenta também que os fatores que alteram a qualidade da água dos mananciais são: “urbanização, erosão e assoreamento, recreação e lazer, indústrias e minerações, resíduos sólidos, córregos e águas pluviais, resíduos agrícolas e esgotos domésticos”.

Medidas de controle de mananciais devem ser tomadas tendo em vista os aspectos de quantidade e de qualidade das águas. Essas medidas devem envolver a bacia hidrográfica como um todo, uma vez que o volume e a qualidade da água de um recurso hídrico dependerão dos seus tributários e, conseqüentemente, das ações desenvolvidas em toda a bacia (TSUTIYA, 2006, p. 68).

Reafirmando esse pensamento na perspectiva da proteção do recurso hídrico, Melo (2003) reconhece que a sustentabilidade dos mananciais deve ser considerada a partir dos aspectos da qualidade e da quantidade da água.

Portanto, para assegurar a sustentabilidade ambiental do manancial, é necessário respeitar sua “capacidade” em termos de quantidade para atender as demandas e de qualidade para receber resíduos, que por sua vez são decorrentes das suas características específicas e da ocupação e uso da bacia. É necessário definir a demanda que pode ser atendida assim como a carga ou os impactos decorrentes das ações antrópicas na bacia que podem ser sustentadas pelo manancial (MELO, 2013, p. 60-61).

O mesmo autor atesta que “trabalhos científicos comprovam há muito tempo, a relação entre uso e ocupação do solo das bacias hidrográficas e alteração das vazões e das características naturais das águas dos mananciais” (MELO, 2013, p. 60). Concepção ratificada a partir da compreensão de Tsutiya (2006, p. 68) ao declarar que,

os mananciais, de um modo geral, vêm sofrendo degradações em suas bacias hidrográficas, principalmente devido ao avanço da malha urbana com desenvolvimento desordenado associado à carência de coleta e tratamento de esgoto. Com isso, aumenta a deterioração da qualidade de água bruta, trazendo como consequência o aumento do consumo dos produtos químicos utilizados para o tratamento de água com reflexos na qualidade da água tratada. Para os casos mais graves, há necessidade de tratamento avançado das águas, ou até mesmo, a inviabilidade técnica-econômica da utilização do manancial para o abastecimento público.

A Política Nacional de Recursos Hídricos, nos seus incisos I e II, apresenta a água como “um bem de domínio público” e “um recurso natural limitado, dotado de valor econômico” (BRASIL, 1997). A água é uma substância que “tem valor econômico em todos os seus usos, sendo sua disponibilidade um fator limitante no desenvolvimento socioeconômico dos municípios, uma vez que todos os setores econômicos dependem de recursos hídricos” (COMITÊS PCJ, 2015, p. 4).

Obter água em quantidade e qualidade adequadas é uma das principais prioridades das populações para atender às suas necessidades relacionadas à saúde e ao desenvolvimento industrial (TSUTIYA, 2006). Portanto, o abastecimento de água, possui relação intrínseca com a vida, com a saúde, com o bem estar e com o próprio desenvolvimento socioeconômico das pessoas (MELO, 2013).

Nesse aspecto, vale ressaltar que os mananciais que abastecem as cidades brasileiras estão tendo suas bacias hidrográficas ocupadas e submetidas às atividades humanas que ocorrem tanto nas áreas urbanas como nas rurais. Dessa maneira, “estão sujeitos à redução de vazão e alterações de qualidade física, química e biológica que podem comprometer progressivamente o seu uso e colocar em risco a saúde das populações que a utilizam ou que residem, trabalham ou trafegam nas suas áreas de influência” (MELO, 2013, p. 18).

A seguir, serão apresentadas e discutidas as particularidades sobre o Parque das Timbaúbas buscando compreendê-lo enquanto fluxo resultante das ações e intenções de seus atores.

5. O PARQUE DAS TIMBAÚBAS COMO POLÍTICA PÚBLICA: ações e intenções

O discurso do desenvolvimento sustentável, galgado na ideia da conservação e do crescimento econômico, conforme defendem muitos ambientalistas, preconiza a criação/delimitação de áreas naturais, a exemplo de parques ecológicos, áreas de proteção ambiental etc., que têm sido disseminadas como importantes espaços de conservação da biodiversidade, tanto por documentos oficiais, como a Agenda 21, quanto por gestores nacionais, estaduais e municipais, adeptos da “onda ecológica”. (GOMES, 2014, p. 81-82).

Ao verificar a existência de alteração de nomenclatura sobre o objeto em estudo de acordo com os documentos legais, o qual passou de “Parque Ecológico das Timbaúbas” em 1997 para “Parque Natural Municipal das Timbaúbas” em 2017 e apesar de perceber, de acordo com a pesquisa realizada, que a nomenclatura “Parque Ecológico” é a mais conhecida pelas pessoas entrevistadas, tal nomenclatura não existe mais oficialmente, portanto, buscando um melhor entendimento e evitar divergências, a presente pesquisa optou em utilizar apenas a nomenclatura “Parque das Timbaúbas” para se referir ao caso pesquisado.

A partir dos planos ontológico, analítico, empírico e metodológico adotados nesse estudo, apresentamos a seguir a política pública do Parque das Timbaúbas a partir da perspectiva das ações e intenções desenvolvidas. Para tanto, trataremos o Parque enquanto proposta inicial, histórico da criação, da efetivação, apropriação pela população e gestão, e das políticas públicas no e para o Parque e suas relações com o DS, apresentando quando possível a partir da pesquisa documental e em seguida as informações a partir dos atores, e na sequência cruzando essas informações entre si e com a pesquisa bibliográfica adotada e com a visita de campo realizada.

5.1. Proposta inicial

- ✓ A partir dos documentos

Segundo Silva, *et al* (2003) em 1993 foi firmado um contrato entre o Município de Juazeiro do Norte – Ce e a empresa ENGEVIX S. A., para a realização de estudos para elaboração de um projeto para a criação de um Parque Ecológico que:

[...] contemplasse a recuperação ambiental da Várzea da Timbaúba e ao mesmo tempo contemplasse o seu uso com as obras adequadas de saneamento, drenagem, sistema viário integrado à zona urbana da cidade e estrutura de lazer, dentro de um programa pré-estabelecido com a comunidade e a prefeitura (SILVA, *et al*, 2003, p. 6).

A empresa ENGEVIX S. A. apresentou em 1996 um memorial descritivo do projeto do Parque Ecológico das Timbaúbas, conforme especificações do contrato de nº 07.974.082/0001-14 citado anteriormente, elaborado em nível de projeto básico, estruturado em três volumes: I – memorial descritivo, II – desenhos, e III – especificações técnicas, dando ênfase à 1ª etapa do Parque, compreendida desde o limite superior da Várzea da Timbaúba até à Avenida Castelo Branco, com área de 270 ha (JUAZEIRO DO NORTE, 1996).

O memorial descritivo - volume I - apresenta uma descrição da futura área do Parque caracterizando-a como “o vale do Timbaúba, onde é efetuada a captação de águas para abastecimento da cidade” dessa forma, “esta área recebeu atenção especial no planejamento da cidade, por conter um importante (e único) manancial hídrico na região, sendo uma das únicas áreas verdes da cidade, devendo, portanto ser preservada”. Trata também a área como uma barreira natural (Várzea da Timbaúba) que se encontra circundada de loteamentos e que o esgotamento sanitário e a drenagem das sub-bacias que contornam a Várzea são os pontos mais críticos do projeto, pois “o destino final dos esgotos não recebe nenhum tipo de tratamento e tem como corpo receptor final o riacho Timbaúba” (JUAZEIRO DO NORTE, 1996, p. 2).

O documento também abrange o projeto de drenagem, para tratar a inundação periódica da Várzea, e os projetos de circulação e travessias viárias do Parque. Afirma ainda que a Várzea da Timbaúba tem particular importância para a cidade de Juazeiro do Norte devido todos os poços semiartesianos explorados pela Companhia de Água e Esgoto do Ceará - CAGECE estarem localizados na Várzea da Timbaúba.

Após a realização de uma viagem de reconhecimento à área do Parque e circunvizinhança por uma equipe multidisciplinar composta por especialistas em: geologia-geotecnia, recursos hídricos e saneamento, arquitetura e urbanismo, biologia e pedologia, a empresa ENGEVIX S. A. elaborou um diagnóstico da área e de seus contornos físicos relatando as informações e dados averiguados bem como propondo projetos para a 1ª etapa do Parque de acordo com cada especialidade pesquisada.

O estudo expôs um capítulo descrevendo os projetos de engenharia, arquitetura e urbanismo, e meio ambiente da 1ª etapa do Parque Ecológico das Timbaúbas, prevendo a construção de anfiteatro (a céu aberto com capacidade para até 5000 pessoas equipado com palco e cabine de luz e som); quiosques (construções modulares ao longo do Parque, com sanitários, bares ou apoio para áreas de piquenique); quadras de esporte (para futebol society e quadras polivalentes) e escola de educação ambiental (para difundir conceitos atuais da

relação homem com o meio ambiente a escola terá 2 laboratórios, 2 salas de aula, sala para vídeo, sala para exposições e biblioteca, além de anexos funcionais e uma lanchonete).

Esse capítulo previu também obras de drenagem (já que a Várzea da Timbaúba é o caminho natural das águas de chuva), esgotamento sanitário (o esgoto das estruturas do Parque será tratado através de rede interna e os efluentes serão destinados para uma elevatória) e rede de abastecimento d'água (através de inserções na rede existente como também de um poço a ser perfurado na área para abastecer também os lagos). No quesito estudos ambientais, foram elaborados contemplando toda a área do Parque, servindo para todas as etapas de implantação do mesmo. Para tanto, utilizou-se como metodologia o levantamento e análise de dados secundários, trabalhos de campo, análise e tabulação dos dados para posteriores conclusões e recomendações para as fases seguintes do projeto. Na etapa da pesquisa de campo realizaram-se as seguintes atividades:

- sondagens e descrição das principais características morfológicas dos perfis de solos; - caminhamento por toda a área envolvida no empreendimento; - observações do solo, vegetação natural e seu desenvolvimento; - entrevistas com produtores locais; - registros fotográficos em terra e em sobrevoo; estabelecimento de relações entre solo, posição topográfica, umidade disponível e vegetação pioneira; e - locação dos pontos para execução de sondagens à percussão (JUAZEIRO DO NORTE, 1996, p. 24).

Como conclusões e recomendações para as próximas fases do projeto foi proposto o seguinte: instalação de uma estação meteorológica para monitorar as condições hídricas do solo e do meio ambiente; estreitar a relação com a CAGECE para adequar as interferências da rede de saneamento municipal como o Parque e da rede de distribuição de água para garantir o abastecimento adequado ao Parque; serão necessários investigações e ensaios geotécnicos através de sondagens a trado, ensaio de caracterização das amostras e sondagens à percussão; para a área ambiental diz que é necessário acompanhar e implantar as espécies e os programas do Parque, conforme detalhado no mesmo relatório, como também detalhar melhor os programas para serem desenvolvidos na escola ambiental com a comunidade; e as obras de terraplenagem necessitarão de um acompanhamento topográfico adequado.

O volume II – que trata dos desenhos – não foi localizado. O volume III traz as especificações técnicas dos serviços e dos materiais a serem utilizados na execução da 1ª etapa, apresentando os serviços de topografia, investigações geotécnicas, serviços de terraplenagem, serviços para execução do sistema viário, serviços para execução do sistema de drenagem, serviços para execução da rede de distribuição de água potável, e serviços para execução das redes de esgotamento sanitário.

Através de um 5º aditivo ao contrato citado anteriormente, houve a previsão de recursos destinados à realização das seguintes obras no Parque:

“[...] escola ambiental; anfiteatro; estacionamento e quadras; bar e pista de dança; rede de água – parque; estação elevatória de esgoto; rede de esgoto – parque; estação de bombeamento de água para os lagos; alimentação, distribuição e iluminação elétrica; centro de visitantes, quiosques, canais, lagos e avenidas – canal; dique do final do parque; interceptor de esgoto - drenagem; meio ambiente; travessia 3; sistema de combate a incêndio e cidade cenográfica” (SILVA, *et al*, 2003, p. 8).

Os recursos para a construção dessas obras, em 01 de julho de 1994, totalizavam um valor de R\$ 36.807.826,51 (trinta e seis milhões, oitocentos e sete mil, oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta e um centavos). Buscando dar apoio à estruturação, construção e implantação de infraestrutura ao Parque foi firmado outro convênio, porém dessa vez entre a prefeitura municipal e o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal - MMA no valor de 3.330.000,00 (três milhões, trezentos e trinta mil reais) para execução das obras (SILVA, *et al*, 2003).

A visão dos entrevistados em relação à proposta inicial do Parque das Timbaúbas e a discussão sobre esse tema é apresentada a seguir.

✓ Na visão dos atores sociais

A proposta inicial do Parque na visão de um dos entrevistados, a qual está em acordo com a proposta exposta nos documentos, foi apontada como um momento de lucidez da classe política, pois no seu relato disse:

“Eu acho que foi um momento de lucidez da classe política de Juazeiro, apesar de eu fazer as críticas que eu faço no que diz respeito à estrutura e aplicação de recurso, a concepção e uma das motivações foi exatamente [...] **a proteção dos nossos aquíferos**. Nós temos um lençol de água subterrânea ali extraordinário, nós temos um aquífero ali extraordinário, e na época se falava até em fazer uma barragem subterrânea ali na altura das Timbaúbas, aonde nós poderíamos ter um lago natural, porque na medida que se faz um barramento interno, abaixo da água, cerca de 8, 10, 20 metros pra baixo do solo, aquela água que é hoje chamada olho d’água natural, ela naturalmente fluiria pra superfície da terra. Porque o nosso aquífero ele aflora exatamente ali e nós teríamos uma lagoa, tipo a lagoa de Messejana, tipo a lagoa Rodrigo de Freitas em menor proporção, mas nós teríamos uma lagoa daquela pra prática de lazer, pra prática de esporte, pra proteção dos nossos aquíferos. No entanto, isso não foi feito” (G-2, 2018). (Grifo da autora).

Reafirma a sua fala de que a proposta inicial do Parque foi proteger os aquíferos ao relatar que existiram estudos na época e

“[...] os estudos geológicos, na área de geografia, na área de biologia, todos eles indicavam que era necessário com que o poder público com seu poder estatal ele intervisse naquele processo exatamente pra proteger os nossos ativos ambientais. [...] Mas uma das motivações principais é exatamente essa: **a proteção das nossas águas subterrâneas**” (G-2, 2018). (Grifo da autora).

Outro entrevistado, apesar de citar outras motivações para criação do Parque, faz referência ao manancial existente na área, como pode ser observado ao dizer que:

“[...] a primeira seria a preservação de algumas áreas e de algumas espécies também naquela área e pra que servisse também como uma área de lazer e de trilhas para a população onde preservasse alguns valores. A principal função ali seria preservar o manancial de águas que tem ali e que serve a nossa cidade” (G-4, 2018).

O entrevistado G-6 (2019) relata que o Parque foi construído com alguns objetivos:

“[...] na época da discussão com o prefeito um dos principais era [...] a questão da preservação das margens do rio salgadinho, do rio timbaúbas que são as águas que correm pelo parque. Então existia uma preocupação de garantir isso pelo processo do crescimento de Juazeiro, pelo processo da urbanização, pelo processo de preservar esses riachos. Nós temos o riacho da APUC que vem dentro dessa malha também. Então o parque ele surgiu num primeiro momento com uma preocupação muito grande de preservar isso. Num segundo momento como a necessidade de Juazeiro preservar essa área verde, tendo em vista que a maioria da cidade não dispõe mais de áreas verdes [...] do ponto de vista da dimensão que é o parque. [...] então cumpriu esse papel também disso”.

Um membro da sociedade civil relata também sobre a existência de estudos na época e que a proposta inicial era proteger o manancial existente no Parque, além de tratar o Parque como um cinturão verde. Destaca também a proposta enquanto área de lazer, como se observa a seguir:

“e quando foi estudado na época alguns geólogos, engenheiros e especialistas na área detectaram que nessa área, nesse cinturão verde do Parque Ecológico das Timbaúbas existe um manancial de água que vai servir pra abastecer a cidade por muito tempo desde que ele seja preservado. Então a ideia principal era essa. Além de criar uma área de lazer pra população que era essa a ideia também [...] com pistas ecológicas, com pista de cooper [...] as duas lagoas que existem elas seriam tipo humanizadas com parque em volta delas [...] eram previstos postos policiais” (SC-7, 2019).

Quanto à sociedade civil que frequenta o Parque observou-se que existe desinformação sobre a finalidade de criação do mesmo como também suposição. Porém, existe também conhecimento sobre a questão da preservação do lençol freático enquanto objetivo, como especificado a seguir:

- “eu frequento o Parque mais pra manter a saúde mesmo, mas eu não sei com que finalidade ele foi criado” (SC-1, 2018);

- “eu acho que ele foi criado pra preservar o meio ambiente” (SC-3, 2018);
- “foi criado para o intuito de lazer e também a preservação de uma área verde de Juazeiro [...] e também um outro motivo é que aqui recebe muita água para os lençóis freáticos” (SC-6, 2019);
- “o objetivo da criação do Parque das Timbaúbas foi exatamente manter, preservar a área que seria um cinturão verde. E esse cinturão verde tá em cima de um manancial de água [...] e sempre foi importante porque a água aqui de Juazeiro vem toda do subsolo [...]. Então esse Parque foi pensado exatamente para preservar esse manancial de água que tem lá. É tanto que ainda hoje existem alguns poços da CAGECE dentro do Parque” (SC-7, 2019).

Referente aos membros do COMDEMA observou-se que na sua maioria conhecem a proposta inicial do Parque enquanto área de preservação dos mananciais, mas também destacam outros pontos que acham importantes e às vezes fazem referência aos decretos municipais de sua criação como destacado a seguir:

- “o que eu sei é que na verdade passa um braço de um riacho e é uma área florestal densa, sempre foi, na época mais ainda, e bem próxima ao centro da cidade, então daí foi percebido que era uma área verde ecologicamente viável pra sustentabilidade do município [...]” (MC-5, 2019);
- “quando a gente vai analisar o decreto de 97 e o decreto recente de 2017 a gente observa que o objetivo central [...] é a preservação dos mananciais, dos corpos aquáticos, do aquífero o qual abastece parte da nossa cidade, onde é captada boa parte, digamos assim, da água de Juazeiro do Norte, e claro também tem a importância ecossistêmica, a preservação da flora, fauna [...] mas o objetivo principal que a gente ver nos dois decretos é a preservação do manancial” (MC-3, 2018);
- “pela questão da criação original do Parque [...] foi pra proteção do meio ambiente de Juazeiro do Norte e a proteção também do aquífero aqui da região” (MC-2, 2019);
- “[...] a meu ver, o principal intuito da criação do Parque das Timbaúbas, não recentemente 2017 que mudou, mas desde a sua origem, o intuito era desde sempre contribuir para a conservação dos recursos naturais ali existentes” (MC-7, 2019).

Porém, outro membro do COMEM relatou que:

“Muito pouco se sabe sobre a origem de criação desse Parque ou o porquê da criação desse Parque. Ele é muito contraditório do ponto de vista tanto técnico como [...] legal” (MC-4, 2019).

Analisando a proposta inicial do Parque das Timbaúbas percebe-se que o objetivo principal foi a preservação de uma área detentora de um manancial hídrico que abastece a cidade de Juazeiro do Norte destacando também sua importância enquanto área verde municipal como também para a prática de lazer. O Parque também foi apresentado como uma barreira natural por ser o corpo receptor final das sub-bacias - tendo assim inundações periódicas - e dos esgotos, que desde aquela época não recebiam nenhum tipo de tratamento.

O objetivo enquanto área de preservação de manancial é ressaltado tanto nos documentos quanto nos relatos dos atores ao destacarem a existência de poços explorados pela CAGECE na área do Parque das Timbaúbas, os quais abastecem a cidade de Juazeiro do

Norte, enfatizando ainda que a água que abastece o município é toda proveniente da água subterrânea.

Diante da proposta inicial apresentada referente a 1ª etapa da construção do Parque das Timbaúbas percebeu-se que era abrangente em vários aspectos pois, além de prever algumas obras de infraestrutura referente ao esporte, lazer e cultura, propôs obras de drenagem, obras para tratar o esgotamento sanitário e obras para abastecimento d'água. Propôs também a construção de uma escola de educação ambiental para trabalhar as questões socioambientais, ou seja, envolver a sociedade no processo de preservação do mesmo.

Verifica-se que a proposta inicial fez referência ao crescimento urbano no município e, portanto, previa um planejamento para uso adequado da área da várzea de forma a evitar uma futura ocupação desordenada.

Resumidamente o Parque das Timbaúbas enquanto proposta inicial apresenta-se como um avanço para as questões ambientais e, apesar de não ter localizado o volume II que trata dos desenhos referentes ao projeto básico que nos daria uma visão mais ampla e detalhada dessa proposta inicial, verifica-se que existia a concepção do que realmente era um parque. E corroborando com o pensamento de um dos entrevistados ao relatar que houve um avanço, pois existia a concepção do que era um parque:

“um parque com seu anfiteatro, um parque com a sua área de lazer, um parque na sua concepção principal que é a de proteger os nossos aquíferos, essa é a verdadeira função do Parque Ecológico” (G-2, 2018).

Dando sequência ao processo de criação do Parque, a seguir apresentamos o histórico de sua criação do ponto de vista legal como também dos atores sociais envolvidos.

5.2. Histórico da criação

- ✓ A partir dos documentos

Em 23 de março de 1995, foi publicado o decreto municipal nº 1.083, declarando 18 imóveis urbanos como de utilidade pública para fins de desapropriação, totalizando uma área total de 63,45 ha (634.509,50 m²) objetivando a criação do Parque Ecológico das Timbaúbas (JUAZEIRO DO NORTE, 1995).

Através de outro decreto municipal de nº 1.183 de 16 de junho 1997, foi criado oficialmente o Parque Ecológico das Timbaúbas delimitando-o como área de proteção de mananciais e do meio ambiente, ocupando uma faixa de terreno ao longo das calhas dos rios

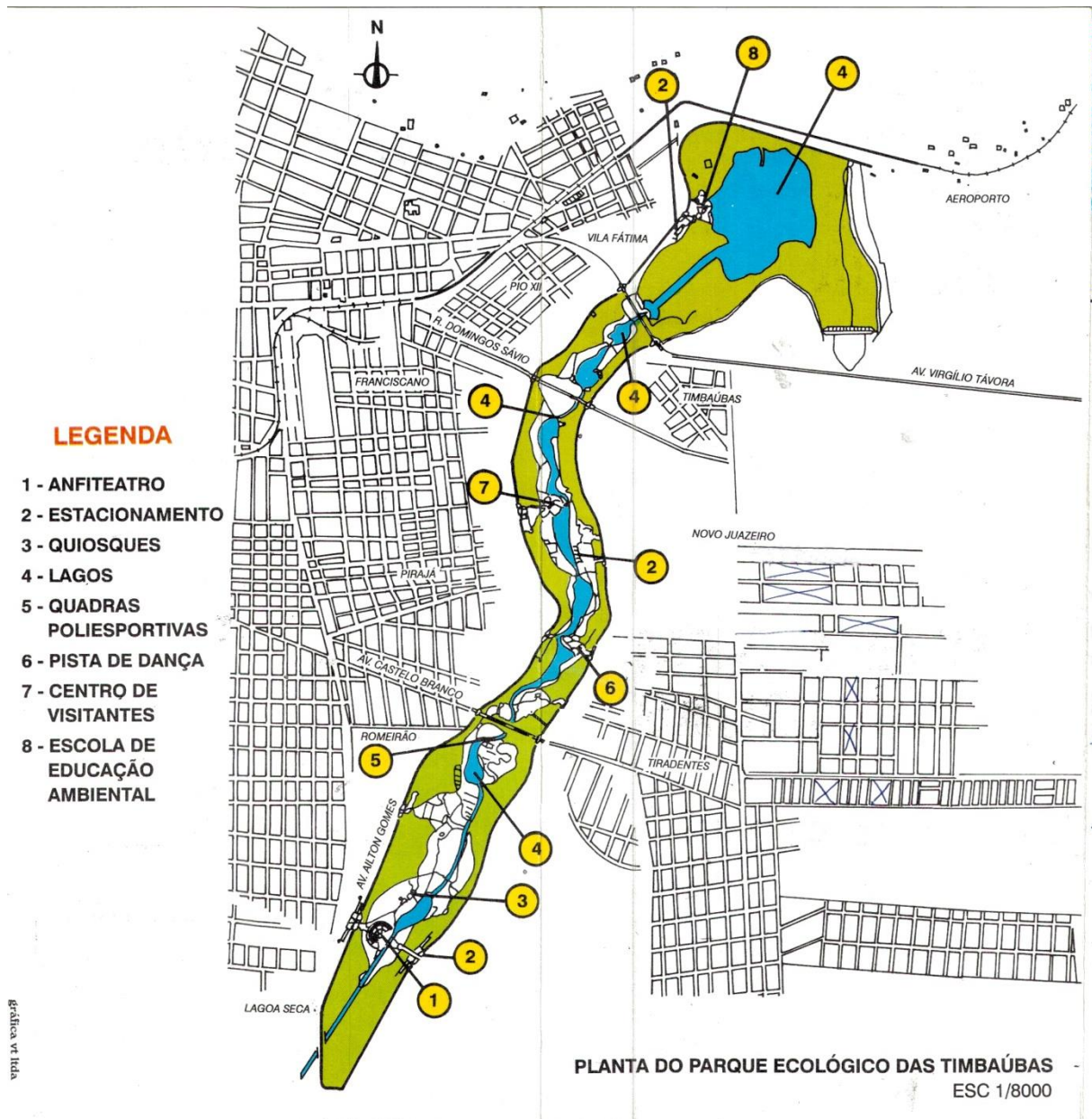
Salgadinho, Timbaúbas e outros afluentes menores, com largura média de aproximadamente 300 metros e área total de 1.214,31 ha (JUAZEIRO DO NORTE, 1997). É possível visualizar a planta do Parque Ecológico das Timbaúbas na figura 03.

O Parque Ecológico das Timbaúbas corresponde às faixas marginais do rio Salgadinho e seus afluentes, dentro do perímetro urbano do município de Juazeiro do Norte e foi criado com o propósito de:

[...] **assegurar a preservação e recuperação da faixa marginal aos rios Salgadinho e Timbaúbas**, evitando ainda que sejam despejados nestas áreas lixo e efluentes sem tratamento de esgotos residenciais e industriais, a fim de garantir uma melhora a qualidade das águas de recarga do aquífero, já que o abastecimento de água da cidade de Juazeiro do Norte provem da captação em poços profundos implantados na faixa de proteção dos rios supracitados (JUAZEIRO DO NORTE, 1997, p. 2). (Grifo da autora).

Considerando os períodos de eventos religiosos que acontecem na cidade na qual o parque está localizado foi apresentado como outro fator importante no decreto nº 1.183 a criação de pólos de lazer a partir da urbanização de setores estratégicos do parque para atender a população flutuante do município. Esse mesmo decreto previa também que o Parque seria instituído como área de preservação permanente e, conseqüentemente, estariam asseguradas as condições de bem-estar público das populações atuais e futuras (JUAZEIRO DO NORTE, 1997).

Figura 03 – Planta do Parque Ecológico das Timbaúbas.



Fonte: panfleto distribuído pelo município, 1996.

Quando o Parque foi instituído o município de Juazeiro do Norte possuía uma população estimada de 180.950 habitantes residentes no perímetro urbano e 8.258 residentes na zona rural, apresentando como densidade populacional de 863,96 hab/km². O município apresentava-se como um centro migratório, com decréscimo da população rural e, associado às maiores ofertas de trabalho na área urbana, um crescimento do perímetro urbano (JUAZEIRO DO NORTE, 1997).

O decreto de criação do Parque traz uma caracterização das condições das faixas de proteção dos rios Salgadinho e Timbaúbas a qual foi elaborada por uma equipe técnica

multidisciplinar a partir de levantamento e análise de dados secundários e etapa de campo para reconhecimento da área e do seu entorno. Como resultados apresentaram as seguintes conclusões: os solos são argilo-arenosos com baixa característica de suporte e pouco permeáveis; o esgotamento sanitário e as drenagens das sub-bacias, que deságuam no rio Salgadinho, recebem as águas pluviais e servidas sem receber nenhum tipo de tratamento; existem diversos poços da CAGECE, alguns produtivos e outros desativados por estarem com suas águas contaminadas; a barreira natural existente no leito do rio Timbaúbas é circundada de loteamentos como nos bairros Limoeiro e Lagoa Seca; existem pequenos aterros que cruzam a bacia do rio Salgadinho; ampla degradação da mata ciliar da bacia hidrográfica do rio Salgadinho, com poucas áreas em regeneração; a cidade de Juazeiro do Norte apresenta taxa de urbanização superior a 90% e por ser um importante ponto turístico cearense, devido ao fenômeno religioso do Padre Cicero, recebe nas romarias cerca de 200.000 turistas, revestindo o Parque como mais uma opção de lazer (JUAZEIRO DO NORTE, 1997).

A partir dessas informações, o decreto deliberou resumidamente, que a implantação do Parque Ecológico das Timbaúbas permitiria:

- a recuperação ambiental de toda a bacia do rio Salgado, implementando a vegetação da área do parque com espécies vegetais nativas já extintas dentro do seu perímetro;
- criação de pólos de lazer, urbanizando setores estratégicos do parque, nos quais podem ser inseridas espécies vegetais exóticas, que se revertam em elementos estético-paisagísticos;
- adequação de rede de drenagem natural da bacia do Rio Salgadinho e do esgotamento sanitário do seu contorno, permitindo sua evolução com o crescimento da cidade;
- proteção do aquífero Missão Velha de contaminação por esgotos, através de eventuais fraturas nas camadas de arenito que o compõem; e
- elaboração de plano de manejo e uso adequado da área do parque, compatibilizando a recuperação ambiental destes sítios, revertendo-se em parte em áreas de lazer para a população, ao mesmo tempo em que evita uma futura ocupação desordenada e degradante (JUAZEIRO DO NORTE, 1997, p. 18-19).

Essa determinação legal expôs ainda um memorial descritivo contendo o ponto de amarração da área do Parque referente ao vértice 1 de sua poligonal com coordenadas UTM 466.344.40 Leste / 9.200.183.22 Norte, no cruzamento da Av. da Chesf com a Av. Ailton Gomes e um croqui em anexo contendo dos vértices 1 até 373, discriminado azimuth, distâncias e coordenadas (JUAZEIRO DO NORTE, 1997).

Em novembro de 2003 a Superintendência Estadual do Meio Ambiente – SEMACE elaborou um relatório técnico visando registrar os procedimentos administrativos e técnicos necessários para a implantação do Parque Ecológico Municipal das Timbaúbas – PEMT no município de Juazeiro do Norte-CE. Esse relatório apresenta um histórico processual da seguinte maneira: em maio (houve apresentação de palestra sobre o PEMT acontecida no

Hotel Verdes Vales no município em questão), em junho (ocorreu à elaboração do diagnóstico ambiental do PEMT, 1ª versão), no mês de julho (elaborou-se o orçamento visando à requalificação do Parque tendo como valores finais do projeto para obras de recuperação da infraestrutura R\$ 405.508,07 e para as obras de recuperação da iluminação externa e interna um valor de R\$ 299.800,00, houve ainda elaboração de termo de referência visando à recuperação do Parque como também assinatura do termo de cooperação técnica entre o município de Juazeiro do Norte e a SEMACE), em agosto (definiu-se as propostas das empresas para a implantação do PEMT e elaborou-se a 2ª versão do diagnóstico ambiental do Parque), no mês de setembro (foi assinado o contrato entre as empresas vencedoras da licitação MARG – CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA – para recuperação da infraestrutura e GS – CONSTRUÇÕES LTDA – para iluminação, com a empresa BREITNER – financiadora do projeto por meio de medidas compensatórias), e em outubro (iniciaram-se as obras). (CEARÁ, 2003). Porém, não foi localizada nenhuma legislação que legitime essa proposta de alteração na nomenclatura para Parque Ecológico Municipal das Timbaúbas – PEMT.

Em 23 de outubro de 2017, criou-se o Parque Natural Municipal das Timbaúbas, através do decreto nº 352, revogando as disposições em contrário e em especial o decreto municipal nº 1.183, de 16 de junho de 1997. Instituiu-se o Parque Natural Municipal das Timbaúbas, parte da área do então Parque Ecológico das Timbaúbas, como Unidade de Conservação de Proteção Integral, com área de 23,4059 ha (234.059,458 m²). Essa UC foi criada com os seguintes objetivos:

I - Preservar os ecossistemas naturais e seus elementos físicos e biológicos de relevância ecológica, para a garantia e manutenção dos serviços ecossistêmicos; II - Restaurar e recuperar a cobertura vegetal existente com espécies do bioma Caatinga e a devida prevenção, erradicação e controle de espécies exóticas invasoras; III - Contribuir para o equilíbrio do regime hídrico e melhoria da qualidade das águas do Município; IV - Estimular a pesquisa científica especialmente voltada para o manejo do Parque; V - Desenvolver atividades de educação e interpretação ambiental e de recreação, em contato com a natureza; VI - Propiciar o turismo ecológico e o lazer de forma compatível com os demais objetivos do Parque; VII - Assegurar condições de bem estar público visando a melhoria da qualidade de vida em Juazeiro no Norte/CE; VIII - Dispor de infraestrutura necessária ao cumprimento dos objetivos do Parque; IX - Incentivar a implantação de ações que promovam a recuperação das áreas degradadas na área do Parque; X - Complementar a representatividade do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) incluindo a proteção integral do bioma Caatinga local (JUAZEIRO DO NORTE, 2017, p. 01).

A nova área do Parque, que pode ser visualizada na figura 04, foi delimitada com base em um polígono irregular com coordenadas planas no sistema UTM-SIRGAS2000

partindo do vértice 1 com coordenadas (X) 465.578,1169 e Norte (Y) 9.199.832,1566 no azimute de 192°41'32", na extensão de 22,783 m, seguindo até o vértice 51 com coordenadas UTM E=465.583,1226 e N=9.199.854,3828, no azimute de 141°31'25", na extensão de 62,281 m, fechando assim o polígono acima descrito, com perímetro de 2.597,408 m (JUAZEIRO DO NORTE, 2017).

Essa legislação determinou a Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos – SEMASP responsável por administrar o Parque Natural Municipal das Timbaúbas de forma que adote as medidas necessárias à sua efetiva proteção, implantação e controle de acordo com art. 20 e seguintes da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, e o disposto na Lei Estadual nº 14.950, de 27 de junho de 2011. Determinou também, que os imóveis urbanos de legítimo domínio privado e suas benfeitorias que vierem a ser identificados nos limites da área da UC foram declarados de utilidade pública para fins de desapropriação pelo Município de Juazeiro do Norte. O art. 5º do referido decreto afirma que o Parque terá um Conselho Consultivo, presidido pela SEMASP e será constituído por representantes de órgãos públicos e de organizações da sociedade civil em conformidade com a legislação pertinente.

A legislação em questão estabeleceu ainda que o órgão responsável pela administração da UC terá um prazo de cinco anos a partir da data de sua publicação, ou seja, 07 de novembro de 2017, para elaborar o plano de manejo do Parque e submetê-lo à apreciação e aprovação do Conselho Consultivo. Define também que:

[...] o Plano de Manejo deve abranger a área do Parque, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover a sua integração à vida econômica e social das comunidades vizinhas, sem comprometimento dos objetivos da criação do Parque (JUAZEIRO DO NORTE, 2017, p. 03).

Finalizando, o decreto delibera ainda que são proibidas quaisquer atividades, alterações ou modalidades de utilização em desacordo com os objetivos da UC, com seu plano de manejo e seus regulamentos e, que para garantir “[...] seu acesso a recursos de compensação ambiental e de todas as demais formas de captação que possam contribuir para a consecução de seus objetivos” o órgão gestor providenciará a inscrição e atualização do Parque Natural Municipal das Timbaúbas no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação – CNUC e no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação – CEUC, sempre que necessárias (JUAZEIRO DO NORTE, 2017, p. 03).

✓ O que dizem os atores sociais

De acordo com o relato de um dos gestores ambientais o Parque Ecológico das Timbaúbas foi inaugurado em 1996, no final do mandato do então prefeito Manoel Salviano, como expresso a seguir: “[...] o Parque foi inaugurado [...] no último ano da administração de Salviano” (G-5, 2019).

Tal afirmação é confirmada por outro entrevistado ao dizer que:

“a concepção do Parque Ecológico ela está na época do governo Salviano, apesar dos investimentos que houveram, investimentos que são no meu entender questionáveis sob o ponto de vista da aplicação do recurso, da aplicação do orçamento, mas em linhas gerais houve um avanço porque existia a concepção do que era o parque” (G-2, 2018).

Conforme placa localizada na entrada da área que foi desapropriada e que foi inaugurada, verifica-se que citaram o decreto de desapropriação como se fosse o decreto de criação e ainda informaram uma área diferente da área do decreto de 1995, conforme figura 05.

Figura 05 - Placa de inauguração do Parque Ecológico das Timbaúbas, 1996.



Fonte: Autora, 2018.

Um entrevistado relata que participou da equipe de desapropriação das áreas para implantação do Parque dizendo que:

“em 94 eu fiz parte de uma equipe que de posse do estudo, de posse do projeto realizado [...] por uma empresa do Paraná, de posse de todo esse instrumental nós começamos o processo de desapropriação do Parque. Começamos na Lagoa Seca acima da Leão Sampaio e fomos até as Pedrinhas, o território entre a Vila São Francisco um pouco mais abaixo chegando nas Pedrinhas” (G-6, 2019).

Sobre o processo de desapropriações o entrevistado G-5 (2019) relatou que:

“[...] deu muito trabalho pra desapropriação. Os proprietários não queriam se desfazer porque era uma área muito boa d’água. Era uma área conhecida como o ‘vale dos macacos’ e segundo os historiadores dizem que os macacos era porque a polícia escondia aqui para esperar o lampião e naquela época o soldado usava o cinto na cintura aí tinha esse apelido de macaco [...]. Tinha uma turma realmente de gente que tinha dinheiro e não queria desfazer dessa área”.

Continuando falando das dificuldades de desapropriação outro entrevistado narrou que:

[...] esse processo de desapropriação [...] tiveram alguns contratemplos, houve resistência por parte de alguns proprietários de imóveis, de grandes chácaras que resistia em ter as suas casas desapropriadas, principalmente porque na época era casas de alto padrão e que eles relutavam muito em abrir mão dessas edificações de alto padrão pra a construção de um parque. Não sei se pela incompreensão do que significaria o Parque pra cidade de Juazeiro e pra população ou se meramente por uma questão especulativa como forma de ter um ativo e não querer abrir mão dele porque era valioso e era as suas casas (G-6, 2019).

É importante ressaltar a questão em torno das desapropriações, ou seja, sobre as dificuldades enfrentadas para desapropriar os imóveis, porém, esse tema será debatido no item seguinte que trata da efetivação.

Buscando entender o histórico de criação do Parque observa-se a existência de um contrassenso entre o que os documentos nos apresentam e as falas dos atores. Pois, com base nos documentos entende-se que em 1995 houve a publicação de um decreto municipal para desapropriação de alguns imóveis para futura criação do Parque das Timbaúbas e, só foi criado oficialmente através de outro decreto municipal em 1997.

Porém, os relatos de alguns atores afirmam que o Parque foi inaugurado em 1996, no final de um mandato municipal, o que nos mostra que a sua inauguração ocorreu antes de sua criação oficial. Tal fato faz surgir uma questão: por que o Parque das Timbaúbas foi inaugurado antes de ser criado oficialmente?

Como tentativa de resposta pode-se apresentar a fala de um dos entrevistados que lamenta a existência da falta de continuidade das políticas públicas ao se mudar os gestores públicos, pois de acordo com sua visão:

“[...] infelizmente os gestores aqui em Juazeiro, um inicia uma obra aqui o outro faz questão de acabar a obra que o outro começou, tanto na parte da infraestrutura como na parte ambiental. Nenhum dá continuidade ao projeto do outro [...]” (G-4, 2018).

De fato, essa pode ser uma das respostas, mas, têm-se outras questões para debatermos em termos de história do Parque. Percebe-se que em 1997, quando de sua criação apresentou-se como objetivo principal a preservação e recuperação das margens de rios localizados no município juazeirense, demonstrando uma preocupação com a qualidade da água de recarga desses aquíferos, já que a água que abastece o município provém da área denominada na época como Parque Ecológico das Timbaúbas.

Duas décadas depois, a gestão municipal com o propósito de criar uma Unidade de Conservação no município, criou o Parque Natural Municipal das Timbaúbas e revogou o decreto que tinha criado o Parque Ecológico das Timbaúbas por considerar que era apenas um parque municipal sem nenhum instrumento legal de preservação, como expresso na fala a seguir:

“[...] a questão da arborização das lagoas que amortecem a velocidade das águas e ainda de uma boa densidade vegetal na área foi o que nos motivou a fazer a criação da unidade, que antigamente era só um parque municipal sem nenhum instrumento legal de preservação, sem nenhum reconhecimento como Unidade de Conservação. Então diante disso, e também pra habilitarmos a unidade a receber recursos, porque sendo um parque municipal a gente não ia conseguir receber recurso nenhum [...]” (G-1, 2018).

A partir de 2017, o Parque enquanto concepção inicial do ponto de vista legal deixou de existir e agora deu espaço para outra concepção de parque, ou seja, considerando apenas a área que foi desapropriada, como compreendido no discurso do entrevistado G-1 (2018):

“é uma área de relevância ecológica para o município, muitos falam que é o ponto de abastecimento de Juazeiro, é uma informação errônea que a gente inclusive coibiu durante o estudo técnico [...] porque só existem dois poços da CAGECE dentro daquela área que era 26 ha e que quando a gente foi criar a gente deixou fora os equipamentos públicos que é o centro de iniciação ao esporte, piscina semiolímpica e a oficina de órtese e prótese. Essa área de 26 ha, que de fato pertencia ao município com escritura pública [...] transformou-se em uma área menor de 23,4 ha, que é a área que hoje de fato é o Parque Natural Municipal das Timbaúbas e dentro daquela área só existem dois poços da CAGECE. Um tá desativado por excesso de sal [...] e o outro opera tranquilamente [...]”.

Constata-se que além de uma diferença de nomenclatura tal mudança proporcionou também diferenças quanto ao objetivo de criação e quanto ao território enquanto extensão e

espaço de governança, como também enquanto relações sociais, melhor dizendo, enquanto relações socioambientais.

Dando continuidade a apresentação sobre o Parque das Timbaúbas tentaremos demonstrar o que foi realmente efetivado enquanto Parque.

5.3. Da efetivação do Parque

- ✓ A partir dos documentos

De acordo com um diagnóstico realizado pela SEMACE em 2003 o Parque foi implantado apenas a 1ª etapa com área de 270 ha, entre as Avenidas Ailton Gomes e Castelo Branco. As obras previstas foram implantadas somente nesse trecho, porém grande parte dessa área não foi desapropriada (SILVA, *et al*, 2003).

Esse diagnóstico ambiental identificou que o então Parque Ecológico das Timbaúbas apresentava-se com fortes indícios de degradação ambiental provocada pela ação humana, como também pela ausência de saneamento básico nos bairros de seu entorno, ausência de manutenção e, sobretudo, de um controle administrativo que fortaleça as ações no local. Dessa forma, objetivando reverter tal situação a SOMA através da SEMACE elaborou o diagnóstico “com a finalidade de definir intervenções necessárias à sua reabilitação”. Com isso, a SEMACE por meio de sua equipe técnica com apoio do município de Juazeiro do Norte, realizou vistoria na área buscando identificar os problemas existentes para elaborar projetos e buscar parcerias para modificar a realidade atual do Parque (SILVA, *et al*, 2003, p. 3).

Os resultados diagnosticados estão apresentados a seguir: 1- administração: ausência de um centro administrativo e de recepção aos visitantes; ausência de um conselho responsável pela administração do mesmo; 2- infraestrutura: encontra-se degradado, porém tem infraestrutura capaz de incrementar o turismo na região, pois possui um anfiteatro com dois quiosques equipados com lanchonete e banheiros em funcionamento precário; uma escola de educação ambiental e uma quadra poliesportiva em fase de acabamento; uma residência que servirá de sede para a polícia ambiental; dois quiosques desativados, sendo um deles ocupado por uma família; ciclovias e vias de circulação interna com pavimentação, porém abandonadas ou inacabadas; um complexo de quadras esportivas em péssimo estado de conservação além de outras três quadras com piso de areia tomado pelo mato; ocupação irregular das áreas que foram desapropriadas como também das áreas consideradas de

preservação permanente, contudo nem todas as áreas foram efetivamente indenizadas causando um crescimento desordenado com a construção de casas, currais, chácaras, sucatas, depósito de gás, etc.; abertura de ruas e avenidas descaracterizando o uso e finalidade da área; duas bicas para banho sem funcionamento por causa de problemas na rede hidráulica.

Muitas das obras previstas para o parque não foram executadas, dentre elas: estação de bombeamento de água para os lagos; dique no final do parque; cidade cenográfica; pistas de atletismo; centro de convenções; estacionamento na área do polo esportivo; centro de visitantes com teatro, sala de vídeo, restaurante e bar, biblioteca, sala de leitura e salão para exposições; bar com pista de dança; horto botânico; centro de triagem de animais silvestres; gramados destinados à prática de piquenique; estação de piscicultura; sistema de combate a incêndio.

Quanto ao sistema de drenagem, esgotamento sanitário e abastecimento d'água, diagnosticou-se que apesar de terem sido previstos no projeto básico de proposta inicial do Parque, conforme citado, tais obras não se concretizaram, pois falta saneamento básico nos bairros do entorno e os efluentes continuam sendo despejados sem nenhum tipo de tratamento nos recursos hídricos localizados dentro do Parque, causando poluição dos mesmos e, conseqüentemente, problemas ecológicos.

Além disso, motivado pelo estado de abandono do parque, grande parte da rede de drenagem encontra-se danificada, obstruída e até mesmo assoreada, contribuindo, desta forma, para inundações de ruas adjacentes, danificação de sua estrutura física, bem como de calçadas, além de erosões que têm comprometido o sistema radicular de algumas espécies vegetais e rede hidráulica ligadas ao parque (SILVA, *et al*, 2003, p. 13).

Referente à iluminação e rede elétrica, conforme previsto no projeto básico, só existe em alguns setores e, ainda parte da estrutura que foi instalada está deteriorada, favorecendo assim, a prática de estupro, assalto, entre outros crimes na área do Parque. Sobre a temática ambiental, a vegetação originária caracterizada como floresta subcaducifólia tropical (matas secas), “[...] encontra-se descaracterizada tendo em vista a pressão antrópica, provocada pela especulação imobiliária, disposição irregular de lixo de origem doméstica, além de entulhos e esgoto a céu aberto, como já mencionado” (SILVA, *et al*, 2003, p. 15-16).

Existem ocupações desordenadas do solo, inclusive em Áreas de Preservação Permanente - APP, motivada pela expansão urbana local e sem controle do poder público municipal, que, inclusive, também contribui para tal ocorrência quando abre ruas e avenidas dentro da área do Parque, favorecendo assim, o incremento populacional. Como exemplo:

Citamos a abertura da Rua Vereador Antonio Bras bem como o prolongamento das Ruas Rui Barbosa e Madre Nely Sobreira, onde se observa a construção de várias residências e aterramento para construção de outras, acompanhado dos mesmos problemas já mencionados pela falta de saneamento básico” (SILVA, *et al*, 2003, p. 16).

A perda da cobertura vegetal na área e no entorno do Parque está causando erosão e, conseqüentemente, assoreamento dos corpos d’água superficiais ali presentes.

O preenchimento das calhas naturais (assoreamento), tanto do riacho e lagos presentes no parque vem "sufocando" a flora e a fauna de fundo, impedindo-as de ter contato com o oxigênio dissolvido na água. Tais flora e fauna vêm morrendo lentamente neste ambiente e promovendo o desenvolvimento de colônias de bactérias anaeróbias para digerirem os seres orgânicos mortos, com a exalação de gases que não o CO₂ (SILVA, *et al*, 2003, p. 16-17).

A mata ciliar dos lagos e riachos, parte fundamental de um ecossistema, vem sendo degradada com edificações, currais, depósito de lixo, abertura de ruas, etc. no perímetro do Parque. Ao final, o diagnóstico apresenta como recomendação a criação de um conselho gestor para administração do Parque sugerindo também que seja feita uma revitalização da área incluindo infraestrutura, paisagismo e meio ambiente, finanças, social, saneamento e drenagem e a escola de educação ambiental.

Em 2017, o município de Juazeiro do Norte, através de alguns servidores municipais, realizou um estudo técnico na área do Parque propondo a criação de uma Unidade de Conservação “[...] em razão da importância ecológica da área e para garantir a proteção da diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação, assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais, bem como promover atividades de educação ambiental, pesquisa e lazer” (JUAZEIRO DO NORTE, 2017, p. 6).

Esse estudo apresenta um diagnóstico embasado a partir de vistorias de campo que foram realizadas entre os meses de outubro e dezembro de 2016 pela equipe de colaboradores municipais composta por engenheiros (as) sanitaristas e ambientais, biólogo, engenheiro agrônomo e topógrafo, com apoio da Secretaria de Meio Ambiente e Serviços Públicos – SEMASP, da Autarquia de Meio Ambiente de Juazeiro do Norte – AMAJU e da Secretaria de Infraestrutura – SEINFRA e apoio técnico da Secretaria de Meio Ambiente do Estado do Ceará – SEMA, objetivando

- Reconhecimento de fitofisionomias e principais espécies da área de estudo, a partir da análise de áreas amostrais e mapeamento da vegetação, sob a responsabilidade da equipe técnica;

- Reconhecimento das bases e estrutura operacional para fiscalização da propriedade; bairros do entorno e principais vetores de pressão; potencialidades de uso público e levantamentos de fauna [...] (JUAZEIRO DO NORTE, 2017, p. 19).

Como metodologia de trabalho realizou-se

Análise, síntese e elaboração da caracterização da área proposta para a criação da UC com destaque para os temas: meio físico, fauna, flora e vegetação, uso e ocupação do solo e antrópico, relacionados à área proposta para criação de UC; Vistorias de campo realizadas por técnicos da AMAJU e colaboradores do município; Definição da categoria de manejo da UC em função dos atributos ambientais identificados; Delimitação da área proposta; Proposta técnica, contendo as justificativas para criação da UC municipal, minuta de instrumento normativo e respectivo memorial descritivo e planejamento para a realização da audiência pública (JUAZEIRO DO NORTE, 2017, p. 19).

Referente à caracterização da flora a equipe dividiu a área estudada em dez parcelas e utilizou o método baseado em quatro classificações conforme a intensidade de pressão antrópica sob a área do Parque, a partir das seguintes classificações: muito antropizada (áreas que sofrem grande interferência antrópica diariamente, com grande fluxo de pessoas e veículos), pouco antropizada (áreas que sofrem interferência antrópica moderada apresentando pouca incidência vegetal e estão localizadas próximo às instalações físicas e às vias de acesso ao local), arborização densa (áreas que apresentam aspecto de mata fechada com um adensamento maior de indivíduos vegetais) e mata ciliar (o estudo não apresentou definição desse termo, porém ressaltou as Áreas de Preservação Permanente – APPs como espaços territoriais especialmente protegidos, onde alteração e supressão são permitidas somente através de lei, sendo vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção).

Como resultado, das dez parcelas utilizadas como amostra, foram encontradas duas áreas muito antropizadas, três parcelas pouco antropizadas, outras três parcelas com arborização densa e duas áreas como mata ciliar. Apresentou também uma lista com os indivíduos vegetais registradas na área proposta, contabilizando 168 espécies, sendo 93 árvores e 75 arbustos.

Para caracterizar a fauna os pesquisadores utilizaram o método de procura ativa por caminhamento e entrevistas com moradores do entorno e frequentadores da área. Como resultado identificou-se 34 espécies quanto ao nome popular em campo, não sendo possível identificar o nome científico de todas. Apresenta uma ressalva quanto à ictiofauna, relatando que não foi possível identificar nenhuma espécie, pois na época do levantamento de campo a lagoa encontrava-se seca. “Observa-se que o elevado índices de antropização no entorno da

área poderá ter causado o afugentamento e morte de muitos animais que ali habitavam, limitando-se a existência de espécies que possuem grande capacidade de adequação aos novos habitats modificados” (JUAZEIRO DO NORTE, 2017, p. 34).

Como caracterização do meio físico apresentou as características do clima, dos aspectos geológicos e dos recursos hídricos. Abordou também sobre o uso e ocupação do solo realizando mapeamento temático dos aspectos físicos, levantamento dos passivos ambientais e evolução do processo de uso e ocupação do solo do entorno. Apresenta a densidade populacional dos bairros vizinhos e o atendimento ao esgotamento sanitário como fatores importantes a serem considerados no entorno.

Uma vez que os dados de elevação entre as avenidas principais e o interior da área proposta mostram desnível de até 22 metros, o que possibilita que as águas drenadas na galeria pluvial desemboquem dentro da Lagoa dos macacos. No entanto, pode-se verificar também que esta mesma galeria encontra-se drenando águas cinza em alguns pontos da Avenida Ailton Gomes, caracterizando ausência de ligações ao sistema de esgotamento sanitário, evidenciando um passivo ambiental grave (JUAZEIRO DO NORTE, 2017, p. 38).

O estudo considerou as estruturas e as instalações existentes na área proposta para a criação da UC, 23,4 ha, constatando que “a estrutura física que delimita a área encontra-se danificada o que torna ineficiente a proteção do espaço”. Verificou-se também, “que o cercamento da área apresenta falhas possibilitando o rompimento dos arames e conseqüentemente, o aumento de frestas, além de permitir o acesso irrestrito em vários pontos ao longo da delimitação precária identificada” (JUAZEIRO DO NORTE, 2017, p. 38).

Sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU municipal foi ressaltado que a área proposta para UC está enquadrada em uma Zona Especial, portanto, é uma área sensível e de interesse ambiental. Em seguida apresenta a situação fundiária da área e finaliza considerando ser essencial o planejamento de gestão da UC de forma que as medidas a serem adotadas sejam integradas e estimulem à prática de atividades sustentáveis e que a implantação dessa UC pode ser apoiada por recursos de compensação ambiental além de recursos orçamentários. Como anexos expõe o memorial descritivo da poligonal da área com as coordenadas e confrontações, planta baixa e de localização e situação (JUAZEIRO DO NORTE, 2017).

Na sequência abordaremos a visão dos atores em relação à efetivação do Parque.

- ✓ Na visão dos atores sociais

Figura 06 – Entrada da área que foi inaugurada como Parque Ecológico das Timbaúbas.



Fonte: Celme Torres, 2017.

Quando da inauguração do Parque um dos gestores afirmou que:

“Tinha [...] bicas dentro do Parque, muita água, tinha poço profundo, tinha bares, tinha lanchonetes e a sociedade começou a frequentar” (G-5, 2019).

O entrevistado G-5 (2019) apresenta um resumo histórico após a inauguração do Parque, conforme segue:

“Então Salviano sai e o outro prefeito Mauro Sampaio assumiu. Então houve um desmando, acabou o poço profundo, acabou os banhos, a frequência do povo, então virou uma zona. [...] Aí entra Carlos Cruz. O Carlos Cruz ainda conseguiu construir o prédio da Escola Ambiental e construiu o prédio também da polícia. Então quando o Raimundão ganhou [...] quando eu cheguei aqui fiquei surpreso com a existência dos prédios, pois não tinha nada disso [...]. Logo, logo, recebi uma visita do Jackson Antero [...] me cobrando que eu cuidasse desse patrimônio porque essa verba foi do IBAMA. Os prédios da polícia e da escola ambiental foi o IBAMA que deu o dinheiro pra fazer essas duas obras na época de Carlos Cruz. E o prédio da secretaria é pra uma escola ambiental. E o outro pra ser da polícia ambiental pra cuidar exatamente dessa área. Então botei a escola pra funcionar [...]”.

Essa informação sobre os prédios da escola ambiental e da polícia ambiental pode ser comprovada de acordo com as figuras abaixo:

Figura 07 - Placa de inauguração do prédio da Escola Ambiental.



Fonte: autora, 2019.

Figura 08 - Placa de inauguração do prédio da polícia ambiental.



Fonte: autora, 2019.

Relata também o seu pensamento pessoal com relação ao que se transformou o Parque:

“O Parque ficou um pouco abandonado [...] ficou meio complicado e a gente tinha até medo de sair da secretaria [...]. Não teve pulso administrativo [...] não houve um interesse total por esse Parque, aí ficou dessa maneira que hoje está [...] hoje não tem 40% das árvores que tinha quando a gente assumiu o Parque quando foi inaugurado [...] aí depois acabou-se o Parque, acabou-se o auditório, acabou tudo. Então hoje eu noto uma decadência no Parque Ecológico” (G-5, 2019).

Outro entrevistado levanta a questão da drenagem e tratamento das águas do Parque e apresenta a situação atual ao dizer:

“Então quando se pensou naquilo pensou-se também em fazer drenagem das águas, tratamento das águas pra que jogasse na lagoa já tratada e não como acontece hoje que todos os dejetos desde o Frei Damião, Lagoa Seca, bairro João Cabral, e também hoje ainda, Romeirão, Pirajá, Casas Populares, Timbaúbas, bairro Pio XII, Limoeiro, todos jogam dejetos ali dentro. Então, na época quando se pensou isso, era evitando que isso viesse a acontecer, ou seja, as águas de esgoto contaminassem a bacia das Timbaúbas aonde era uma área que devia ser preservada por ser um grande manancial” (G-4, 2018).

Continuando falando sobre a drenagem outro gestor aponta as consequências sofridas no Parque diante da falta de estrutura da cidade nesse quesito.

“Obviamente [...] o cenário do Parque tá muito alterado. [...] muito pela uma questão do sistema de estrutura da cidade que não tem um sistema de drenagem, não tem um sistema

de escoamento de água e essa água que vem pra dentro do Parque sem ter um cuidado e sem ter um processo apurado pra isso, destrói o Parque. Uma chuva de grandes proporções é uma calamidade pro Parque, ou seja, destrói” (G-6, 2019).

O entrevistado G-4 (2018) narra que houve desvio do sentido pela criação do Parque e apresenta alguns pontos:

“Ali hoje foi desviado de todas as formas todo o sentido pela criação do Parque, aonde o Eraldo ele sempre lutou pra que fosse desativada toda aquela área administrativa ali dentro que não seria permitido secretarias ali dentro, não seria permitido centros comerciais [...]. Impermeabilizaram toda a área e [...] toda água que cai ali então ela já sai ali dentro do Parque mesmo degradando, [...] criando grotas [...] e causa insegurança para a população. Ou seja, de uma certa forma está se desvirtuando a questão da preservação ambiental ali dentro do Parque”.

Outra narrativa também reconhece como um erro impermeabilizar o entorno do Parque e justifica ao dizer que

“[...] Foi um erro muito grande asfaltar essas ruas. Porque a água tem que vir e ficar no Parque porque a terra absorve a água e ela desce e vai abastecer os lençóis freáticos. Quando você asfalta ela passa e vai embora. [...]” (G-5, 2019).

A partir do pensamento dos frequentadores enquanto sociedade civil é possível identificar alguns efeitos produzidos no Parque, conforme a seguir:

- “Ele deveria ser melhor estruturado porque sempre tem alguma coisa faltando[...]. A minha crítica em relação ao Parque seria não consertar o Parque, mas sim manter, consertar é fácil, simples, agora ter uma constância manter ele sempre próprio pra atividade, isso é que é o grande problema que nunca foi resolvido no Parque. [...] Não tem a manutenção [...] aí quando chega o período chuvoso aí os problemas voltam. Focar na manutenção, fazer uma reforma, seria interessante botar uma pessoa pra cuidar [...] pra não ficar uma visão de coisa abandonada que é o que quando eu ando no Parque é o que eu vejo” (SC-1, 2018);
- “hoje em dia é que desceu [...] a questão de característica de parque. [...] O Parque era muito bonito era uma coisa linda de se ver. Já hoje em dia tá uma coisa totalmente diferente” (SC-2, 2018).

Diante dessas informações, discutiremos aspectos referentes à efetivação do Parque, considerando o relato de um entrevistado que afirmou que teve a oportunidade de percorrer toda a extensão do então Parque Ecológico das Timbaúbas, descrevendo-o de uma maneira condizente com o diagnóstico apresentado nos documentos acima citados:

“Então, eu passava por dentro de quintal de casa, eu passava por dentro de vacarias, eu passava por dentro de loteamentos, eu passava por dentro de fábrica, eu passava por um local tão urbanizado que você não sabia o que era rua asfaltada, o que era eletrificação, o que era o sistema da CAGECE. Ou seja, todo o sistema público deteriorando a área do Parque porque aprovaram ruas [...], fizeram expansão de ruas, como a Rui Barbosa e como outras ruas [...] e Juazeiro se urbanizou dessa forma completamente. É tanto que se você fizer uma visita lá na Rui Barbosa e perguntar onde é o Parque Ecológico você pode ver

que lá na frente ele tem uma avenida muito grande é a área do Parque que se abre por questão que a água invade e as pessoas não constroem porque a água invade. Mas no local onde foi feito obras de infraestrutura ela vai se afunilando, se afunilando, se afunilando” (G-2, 2018).

Outro entrevistado relata que a perspectiva da amplitude implicada na implantação do Parque:

“Um projeto muito grande pra ser implantado no longo prazo” (SC-7, 2019).

Realmente, trata-se de um projeto para ser implantado no longo prazo. Com isso, com o passar dos anos percebe-se que o Parque se resumiu justamente na área na qual foram implantados os equipamentos públicos que é a área que foi transformada no Parque Natural Municipal das Timbaúbas. Dos 1.214,31 ha propostos inicialmente para o Parque apenas 26 há foram efetivamente desapropriados, conforme citado no item sobre o histórico da criação, ou seja, nem os 63,45 ha que foram declarados como de utilidade pública para fins de desapropriação no decreto de 1995 foram desapropriados na sua totalidade.

Dessa forma, percebe-se que as dificuldades enfrentadas pela gestão pública para realizar as desapropriações dos imóveis, de acordo com as próprias falas dos entrevistados, vêm ocorrendo talvez pela existência de algum tipo de influência política. Fato que se confirma na fala do G-4 (2018) quando relatou que

“Alguns gestores de Juazeiro são proprietários de algumas áreas do Parque Ecológico das Timbaúbas e [...] em nenhum momento eles tratam disso de uma forma direta porque eles também se sentem atingidos dentro de uma ação de tomada de posição da gestão pública lá dentro [...] talvez seja por isso que não interessa muito”.

Como a desapropriação não conseguiu atingir toda a área do Parque das Timbaúbas as interferências foram acontecendo ao longo do tempo como observado na fala seguinte:

“Aí tem a outra área que é propriedade privada, então algumas pessoas construíram em cima do cinturão que seria também continuação do Parque Ecológico. Mas como continuou sendo propriedade privada algumas pessoas construíram” (SC-7, 2019).

Apresentando um resumo do que foi efetivado enquanto estrutura física na área do Parque existem edificações onde funcionam os seguintes órgãos públicos: SEMASP, Fundação Escola de Educação Ambiental Monsenhor Murilo de Sá Barreto e a 4ª Cia de Polícia Militar de Meio Ambiente (figuras 09 e 10, respectivamente). Existem também quadras esportivas (figura 11), pistas de atletismo e ciclovias (figura 12), 01 (um) anfiteatro

com capacidade para 5.000 pessoas (figura 13), viveiro de mudas (figura 14), 01 (uma) academia popular (figura), 02 (duas) lanchonetes (figura 11), poços de captação de água da CAGECE (figuras 15 e 16) e estacionamento (JUAZEIRO DO NORTE, 2017).

Figura 09 - Prédio onde funciona a SEMASP e a Escola Ambiental.



Fonte: autora, 2018.

Figura 10 – Prédio onde funciona a polícia ambiental



Fonte: autora, 2018.

Figura 11 – quadras esportivas.



Fonte: autora, 2018.

Figura 12 - Pista de atletismo e ciclovia.



Fonte: autora, 2018.

Figura 13 - Anfiteatro e lanchonetes.



Fonte: autora, 2018.

Figura 14 - Viveiro de mudas.



Fonte: autora, 2018.

Figura 15 - Poço da CAGECE para abastecer as bicas e o Parque, desativado.



Fonte: autora, 2018.

Figura 16 – Poço da CAGECE que opera normalmente.



Fonte: autora, 2018.

Existem também outras obras que atualmente encontram-se paralisadas, tais como: centro especializado em reabilitação, oficina ortopédica de órteses e próteses (figura 17) e piscina semiolímpica com arquibancada e estacionamento (figura 18). Existe também a construção do Centro de Iniciação ao Esporte – CIE (figura 19) que prevê a construção de um ginásio coberto, com quadras de basquetebol e voleibol, pista de atletismo em uma extensão territorial de 28.181,580 m² e área urbanizada e construída de 8.792,2245 m² (JUAZEIRO DO NORTE, 2017).

Figura 17 - Centro de reabilitação e oficina de órtese e prótese.



Fonte: autora, 2018.

Figura 18 - Piscina semiolímpica.



Fonte: autora, 2018.

Figura 19 - Centro de Iniciação ao Esporte.



Fonte: autora, 2018.

Além desses equipamentos citados durante o estudo realizado para implantação da UC existem também no interior da área desapropriada do Parque: 02 (duas) construções que atualmente encontram-se abandonadas (figuras 20 e 21): que, segundo informações dos entrevistados, funcionava quando da inauguração como banheiros e vestiários, sendo que a construção da figura 20 funcionava também uma lanchonete e na construção da figura 21 já funcionou uma ONG e a Escola Ambiental por algum período, 02 (dois) campos de futebol (figuras 22 e 23), 01 (uma) pista de skate (figura 24), várias bicas (figura 25) e 01 (uma) sala verde (figura 26).

Figura 20 - Construção atualmente abandonada.



Fonte: autora, 2018.

Figura 21 - Construção atualmente abandonada.



Fonte: autora, 2018.

Figura 22 - Campo de futebol.



Fonte: autora, 2018.

Figura 23 - Campo de futebol.



Fonte: autora, 2018.

Figura 24 - Pista de skate.



Fonte: autora, 2018.

Figura 25 - Bica



Fonte: autora, 2018.

Figura 26 - Sala verde.



Fonte: autora, 2018.

Diante das informações citadas parece que a efetivação do Parque só ocorreu em termos de construção de equipamentos de uma pequena parte do que estava previsto para a 1ª etapa, pois muitas obras previstas não foram sequer iniciadas. Ou seja, verifica-se que a área que foi inaugurada em 1996, conforme Figura 05, é a mesma área que em 2017 foi transformada em UC de proteção integral Parque Natural Municipal das Timbaúbas, conforme Figura 04.

Dessa forma, isso reafirma a fala do entrevistado G-3 (2018) ao dizer que

“A área parou no tempo e no espaço”.

Para sintetizar cabe aqui a seguinte narrativa que afirma que o Parque se resume a um cercado

“[...] Quando você vai na prática, se você for rigorosamente na prática e ver o passo a passo de se montar uma Unidade de Conservação a gente vai ver de novo aquela velha discussão que resume o Parque Ecológico a um punhado de cercado que não vai ter nenhuma influência sobre a proteção dos nossos aquíferos” (G-2, 2018).

Porém, em termos de gestão do Parque, percebe-se que a mesma não foi implementada e admite-se a seguinte explicação:

“[...] Até se a gente partir pra avaliar a situação interior do Parque, o abandono pelo qual o Parque já passou, [...] a gente percebe várias áreas com o solo exposto, já com processos de erodibilidade, vegetação que foi suprimida [...] edificações no interior do Parque. Então você passa a ver que infelizmente nem a política de gestão do Parque está sendo ou foi implementada ao longo dos anos” (MC-7, 2019).

Então,

“[...] Você perceba já diante da falta de cuidado da gestão pública com relação [...] ao aspecto físico e o equilíbrio à questão ambiental do Parque, que não teve nenhuma preocupação, ou se existiu, ela não conseguiu realmente cumprir o intuito que é realmente conservar os recursos naturais” (MC-7, 2019).

Falando em conservar os recursos naturais, existe a questão da lagoa dos macacos que é um contrassenso referente à proposta inicial do Parque e conforme a seguinte fala:

“O Parque tem, não sei em que condição tá hoje, mas tem uma lagoa dentro do Parque [...] chamada a lagoa dos macacos [...] que na sua outra ponta tem um processo de um grande corredor de esgoto dentro do próprio Parque que é um contrassenso dessa construção, inclusive do próprio Parque” (G-6, 2019).

Contrassenso que pode ser verificado nas Figuras 27 a 29:

Figura 27 - Lagoa dos macacos 1.



Fonte: autora, 2018.

Figura 28 - Lagoa dos macacos 2.



Fonte: autora, 2018.

Figura 29 - Canal de ligação entre as lagoas.



Fonte: autora, 2018.

Dessa forma, a aparente falta de gestão refletiu também na existência de um ambiente impróprio para a prática do lazer e do esporte. Fato perceptível a partir das seguintes narrativas dos diferentes atores sociais entrevistados:

- “[...] A gente não tem coragem de percorrer a trilha ecológica no interior do Parque das Timbaúbas porque pelo menos ao longo dos anos a gente sempre escutou que era muito perigoso, que tinham pessoas inclusive drogadas ali dentro, então isso nos causa certo receio de utilizar aquela área como uma área de lazer” (MC-7, 2019);
- “eu escutava muito as pessoas reclamarem da falta de segurança no Parque então afastava as pessoas de frequentar o Parque porque não tinha uma certa segurança” G-6 (2019).

De acordo com um dos gestores desde a sua inauguração o Parque passou por algumas reformas

“[...] Foi feita a restauração da iluminação, que era muito precária, reparo nas quadras que existem lá dentro e reparo também do anfiteatro [...]” (G-4, 2018).

Atualmente, conforme um entrevistado da sociedade civil, o Parque está passando por uma revitalização:

“[...] Mas não foi contemplada todas as áreas que a administração queria por falta de recursos. Então foi priorizado algumas áreas como a drenagem, a troca do cercamento da parte periférica do Parque, a delimitação” (SC-7, 2019).

Conforme se observa, outra revitalização que priorizou a parte estrutural, como corrobora o seguinte depoimento:

“[...] obra que está sendo atualmente executada que é uma revitalização da parte estrutural” (MC-2, 2018).

Finalizando esse tópico, vejam-se as seguintes falas que expressam alguns dos principais motivos do Parque não ter se tornado efetivo:

- “eu percebo que ao longo do tempo o Parque ele não foi tratado adequadamente. Faltaram as políticas públicas pra que viessem a fortalecer o Parque” (G-6, 2019);
- “porque as políticas públicas ambientais já existem há mais de 20 anos, mas na prática mesmo, efetivamente só se faz quando tem compromisso e as gestões que a gente ver, as gestões municipais [...] o Parque não é uma prioridade nesse quesito” (MC-5, 2019);
- “porque às vezes o governo tenta fazer uma coisa, mas têm as mudanças então têm alguns projetos que não têm continuidade. Então têm alguns projetos que foram feitos pro Parque que a própria população nem chegou a tomar conhecimento porque eles não saíram do papel” (SC-7, 2019);
- “[...] e falta também de sensibilidade da sociedade juazeirense pro tema do meio ambiente” (MS-2, 2019).

Outro motivo, na visão de um dos gestores, também pode estar ligado à vinculação da Secretaria de Meio Ambiente à área de serviços públicos ou da agricultura, como expresso a seguir:

“[...] no meu entender o que prejudica muito as questões na área ambiental na cidade de Juazeiro do Norte é a vinculação da área de serviços públicos com a área de meio ambiente, são duas coisas diferentes. No meu entender, a área de serviços públicos deveria está feito à Secretaria de Infraestrutura como, por exemplo, cuidar de mercados, [...] a administração de feiras, de espaços públicos em épocas de romarias. Então, tudo isso absorve tremendamente a gestão na área ambiental, portanto, eu sempre digo que a Secretaria de Meio Ambiente de Juazeiro do Norte ela nunca foi Secretaria de Meio Ambiente, ela sempre foi Secretaria de Serviços Públicos ou Secretaria de Agricultura. No entanto, ela precisa ter a sua autonomia e a Secretaria de Meio Ambiente ela tem que ter um perfil de gestão, gestão, gestão dos seus ativos ambientais” (G-2, 2018).

Outro fator destacado é a falta de uma intervenção pública que abarque a totalidade do Parque em seu contexto, considerando o entorno.

“Você tem uma pequena parte que é ocupada hoje, não vamos negar isso, uma frequência diária de pessoas a essa área que foi concluída, mas quando se fala do Parque tem que se falar dele todo, não é somente àquela área lá que já está cercada, que tem trilhas, [...] você tem que tratar as timbaúbas como um todo” (G-4, 2018).

Diante disso, aparentemente, o Parque das Timbaúbas não foi efetivado enquanto proposta inicial, pois não foi prioridade enquanto política pública ambiental para as gestões municipais, em especial para os gestores do Parque enquanto representantes dos órgãos ambientais, além de que as reformas ou revitalizações que ocorreram e atualmente ocorre, priorizam apenas a questão estrutural da área desapropriada, como se o Parque se resumisse apenas naquela área ou como se o Parque fosse apenas uma questão de estrutura física. Soma-se a isso, a descontinuidade das políticas públicas advindas das mudanças de gestões decorrentes do sistema político brasileiro como também a falta de participação da sociedade juazeirense com relação à temática.

Assim, pelas falas dos entrevistados e documentos analisados, percebe-se que parecem ter faltado compromisso e tratamento adequado, ou seja, políticas públicas adequadas por parte da gestão municipal, bem como pouca participação da população no exercício do controle sobre a questão do Parque das Timbaúbas. É o que será debatido a seguir, buscando compreender as diferentes percepções sobre o Parque e como as pessoas se apropriaram deste espaço.

5.4. Apropriação do Parque pela população e gestão municipal

Este item está subdividido em três tópicos: o primeiro relata como a sociedade civil frequentadora do Parque se apropria desta área; na sequência, apresentamos a forma de apropriação pelos movimentos sociais; e, finalizamos com a maneira de apropriação do Parque pela gestão municipal a partir das falas dos entrevistados.

- ✓ Pela sociedade civil que frequenta o Parque

A maneira como a sociedade civil se apropria do Parque está sintetizada no quadro 3 a seguir.

- ✓ Pelos movimentos sociais em prol do Parque

A partir das entrevistas foram identificados dois movimentos sociais em prol do Parque das Timbaúbas. Um deles apresenta que o objetivo do Parque é ambiental:

“[...] É ligado ao meio ambiente se tratando de Juazeiro do Norte, principalmente no antigo riacho dos macacos, como era conhecido, hoje conhecido como riacho das Timbaúbas, por causa do bairro” (MS-1, 2019).

A narrativa também expressa a importância dessa preocupação com a água ao dizer que:

“É importante também a gente dizer isso porque uma das preocupações se tratando de meio ambiente é água potável. Até porque tem 11, mais ou menos, poços de água que abastecem Juazeiro que é praticamente quase dentro do riacho das Timbaúbas” (MS-1, 2019).

Em seguida, o interlocutor nos conta como começou o aludido movimento:

“Nós começamos juntar força a partir de uma dimensão de fé junto a Paróquia São José do Limoeiro ligado à questão social e aí nasceu a semana da cidadania da Associação Nova Nazaré, ligada também à Paróquia, e a gente começou somar forças resgatando que desde 91/92 tinha-se um mega projeto pra ser feito nessa área do riacho com anfiteatro, etc e ficou no esquecimento e não tem projeto nenhum e, nós resolvemos sentir o desejo de salvar esse

Quadro 3 – Apropriação do Parque das Timbaúbas pela sociedade civil frequentadora do espaço.

Entrevistado (a)	Importância do Parque para o município e para a região do Cariri	O que o Parque representa pra você?
SC-1 (2018)	“A importância dele é como ambiente de práticas esportivas ou práticas que traga você a ter uma qualidade de vida melhor”.	“É um local de extrema importância, uma área verde, mas não é valorizada como deveria ser”.
SC-2 (2018)	“Eu lembro aqui há muitos anos atrás [...] que eu frequentava aqui [...] e aqui tinha mais característica de Parque Ecológico, hoje em dia é que eu acho que tá deixando muito a desejar. Tá perdendo um pouco as características de Parque Ecológico, ou seja, tinha as bicas, tinha os bebedouros, era mais organizado”.	“Um lugar de lazer, trazer a família, fazer um piquenique [...]”.
SC-3 (2018)	“Ele é importante porque ele serve como um lazer para as pessoas”.	“Ele é um local muito bom, um local pra gente fazer exercício físico, um lugar de lazer, de você se sentir mais tranquila”.
SC-4 (2018)	“Porque as áreas de lazer agora tão ficando poucas e principalmente pra onde a gente vai a gente ver os adultos usando as praças pra outra coisa [...] então aqui é bastante importante”.	“É um lugar de acolhimento, de aconchego, que a gente trás os filhos e a gente curte a família. Então acho que nesse momento é um momento de paz porque você sente aqui e você até acaba esquecendo quais são os problemas [...] e a gente vem pra cá pra principalmente isso, esquecer deles e lembrar da família”.
SC-6 (2018)	“A grande importância é a preservação. Porque Juazeiro desenvolve muito rápido e assim vai suprimindo toda a área verde que há nela ou o pouco de verde que há nela. [...] Aqui o principal é a preservação. Claro que eu também frequento na área de lazer, mas aqui deveria ser até mais pra área de preservação”.	“Pra mim tem uma suma importância porque é um local que representa trabalho e lazer [...] aqui tem área verde, tem esse movimento de vento, de animais, que acabam acalmando o seu estresse do dia a dia [...]”.
SC-7 (2019)	“O Parque Ecológico das Timbaúbas vamos dizer que ele é o pulmão de Juazeiro [...] existem algumas áreas verdes isoladas [...] e a maior área verde seria o Parque Ecológico [...]. Além do que nós não temos água de rio pra explorar. Nosso rio é o rio salgado que tá poluído há muito tempo, todo mundo sabe disso, então nossa água vem toda do subsolo. Então ele é de vital importância pra nossa população”.	“O Parque Ecológico das Timbaúbas não só pra mim mas pra toda população juazeirense ele é o pulmão [...]. Então pra gente pensar em futuras gerações, como a água é vital, nós temos que pensar no Parque Ecológico”.

Fonte: elaboração própria, 2019.

Riacho, de salvar hoje em 2019 já de algumas promessas de pelo menos trabalho pariativos pro riacho não foi feito praticamente nada, mas, agora entrando em 2019 a gente tá reforçando a ideia de revitalizar, limpar e fazer de fato um projeto bom pro riacho das Timbaúbas” (MS-1, 2019).

Um representante do outro movimento apresentou o motivo do seu surgimento, semelhante ao anterior. Segundo seu depoimento:

“[...] O prefeito Raimundo Macêdo, propôs, propôs não, como uma forma de decisão administrativa do próprio prefeito e do secretário de meio ambiente da época, decidiram colocar obras públicas, obras grandes [...] dentro da área do Parque. Aquela área ela foi desapropriada por decreto com a finalidade específica de um parque ecológico [...] que por definição é parque mesmo, mas infelizmente o governo municipal na época salvo me engano 2014, ele desconsiderou o decreto, desconsideraram completamente o decreto de área de preservação, de área de meio ambiente e locou obras financiadas com recursos do governo federal naquela área” (MS-2, 2019).

Relata também sobre do que se tratavam essas obras e fala que existe um contrassenso:

“Pelo que me lembro as obras são um centro de reabilitação que necessariamente esse centro de reabilitação trata de doenças infectocontagiosas, então no projeto de engenharia tá previsto lá um tratamento desse esgoto produzido pelo centro de reabilitação, mas já há um contrassenso gigante que é um centro de tratamentos de doenças infectocontagiosas dentro de uma área de preservação ambiental, onde nós temos no mínimo 70% [...] dentro do parque ecológico e no entorno, no mínimo 70% da água que Juazeiro do Norte consome vem dali, vem do subsolo. [...] têm grandes poços ali que abastecem uma parte significativa da cidade, aí como é que você vai botar um centro pra reabilitação que trata de doenças infectocontagiosas dentro dessa área? Uma área que pelo decreto de Mauro Sampaio é uma área de preservação” (MS-2, 2019).

Afirma também que o prefeito Raimundo Macêdo locou também na área do Parque

“[...] uma piscina semiolímpica, com espaço de estacionamento grande, muita área construída e [...] tem o laboratório de órtese e prótese colado no centro de reabilitação, são dois equipamentos [...] todas as obras estão paradas que foram locadas lá dentro. A piscina é um equipamento que seria destinado à olimpíada, tipo um centro de treinamento olímpico com pista de atletismo, com ginásio polivalente pra várias modalidades [...]” (MS-2, 2019).

Os dois movimentos apresentaram um resumo da situação atual dos mesmos dizendo que:

-“[...]‘SOS PARQUE DAS TIMBAÚBAS’ esse foi o nome do movimento. Tem página no facebook, tem redes sociais, não estão ativas, mas tem as postagens da época [...]. O movimento na verdade ele foi esfriando [...] e depois não teve sequência. Ficou naquela resistência, ficou na denúncia, as pessoas que se envolveram na época continuam denunciando, continuam defendendo o Parque Ecológico, eu continuo defendendo, mas, faltou capacidade de mobilização na sociedade de Juazeiro. A mobilização não conseguiu barrar as obras na verdade [...]” (MS-2, 2019);

-“a gente tá unindo cada vez mais força pra nós tentarmos conseguir a questão da limpeza, da revitalização como um todo e um projeto pro riacho dos Macacos. Por isso nós temos não só um desejo, mas é uma luta e nessa luta nós queremos cada vez mais somar forças pra que o governo do estado, o governo do município, as lideranças possam de fato se sensibilizar e tentar fazer um projeto aqui não só pra gente ver água realmente correndo de qualidade, mas que faça todo um trabalho de arborização, ligado mesmo ao meio ambiente [...]” (MS-1, 2019).

O seguinte discurso representa uma lembrança e demonstra o contraste com a realidade atual:

“[...] A gente lembra que quando a gente começou a morar nesse bairro, eu mesmo e outros, a gente tomava banho lá, tirava água até para o consumo de casa. Era uma água potável. E a realidade que isso a cada dia foi se sumindo. Moral da história que hoje, praticamente 35 anos depois, foi a cada dia além de não ter água mais de qualidade nenhuma têm muitos resíduos, todo tipo que não presta fica no riacho das Timbaúbas” (MS-1, 2019).

Para finalizar, a fala seguinte demonstra o conhecimento sobre a existência de projetos para a área do Parque e relata a necessidade da sensibilização por parte dos governantes em relação à questão ambiental local.

“Existe um projeto já, mesmo que esteja esquecido nos arquivos, mas existem já projetos ótimos pra essa área [...] e a gente tem desde antes tentado conseguir mais essa sensibilidade da parte dos órgãos públicos em relação a situação dos nossos riachos. [...] Então a gente tem feito várias maneiras de tentar conseguir oficialmente um projeto que de fato venha a ser executado” (MS-1, 2019).

Na sequência será apresentada a forma de apropriação pelos gestores municipais.

✓ Pelos gestores

Antes de adentrar nas formas de apropriações adotadas pelos gestores municipais é conveniente demonstrar um relato de um dos entrevistados que apresenta um resumo de como o Parque das Timbaúbas vem sendo tratado desde a sua inauguração.

“Então, o entendimento que eu tenho é que o Parque Ecológico ele é um equipamento público, mas o Parque Ecológico ele não pode erroneamente ser tratado da forma como vem sendo tratada. Você pegar um cercado, literalmente um cercado, fazer uma reforma, colocar bicas, colocar trilhas, e achar que aquilo é o Parque Ecológico. Aquilo é 0,03% da área do Parque Ecológico. Então, eu fico muito angustiado, quando eu vejo determinadas menções ao Parque Ecológico e às vezes até por técnicos, [...] por parte da classe política de achar que fazendo uma boa estrutura daquela área para o Parque ele tá fazendo a verdadeira função do Parque. É mentiroso, essa história é falaciosa, eu condeno veementemente isso” (G-2, 2018).

Partindo dessa crítica tem-se o pensamento de outro gestor municipal que faz também referência à área que foi beneficiada com as construções e afirma que ali é apenas o início das obras.

“Então, o Parque Ecológico ele tem uma área muito extensa, ali não tem nem 10% da área que é destinada ao Parque Ecológico com beneficiamento. [...] o Parque Ecológico é um cinturão [...] antes o projeto começava da APUC e ia terminar do outro lado no rio Salgado. Então ele arruía a cidade quase toda [...]. Ali é o início da realização das obras do Parque Ecológico ali não é a totalidade” (G-4, 2018).

Na visão de outro entrevistado percebe-se que o mesmo entende o Parque muito além de um cercado e fala do mesmo como uma área importante para toda a cidade fazendo referência ao seu potencial hídrico e enquanto área verde.

“Eu vejo o Parque Ecológico das Timbaúbas é a nossa maior área verde, área mais importante. É uma área que tem um potencial hídrico enorme, ou seja, o nosso lençol freático [...]. Juazeiro é abastecido por poços e esses poços, a sua grande maioria está dentro do Parque Ecológico das Timbaúbas. **E a preservação do Parque já ganha esse primeiro impacto que é preservar o abastecimento de água de uma cidade como Juazeiro** eminentemente urbana com mais de 250.000 habitantes e que a maioria dos poços está lá dentro. Eu acredito que em torno de mais de 60% da água consumida no Juazeiro vem da área que compreende o Parque Ecológico das Timbaúbas” (G-6, 2019). (Grifo da autora).

O G-5 (2019) diz que o Parque é pra ser conservado, pois seria uma “mina de ouro”:

“Então se a sociedade pensasse melhor no bem estar da comunidade [...] que todo mundo só fala em falta d’água [...] então o Parque é pra ser conservado e ser tratado como ouro. E a mina é **água**” (Grifo da autora).

Porém, o entendimento atual sobre o que é o Parque das Timbaúbas diverge das outras visões apresentadas, pois conforme discurso de um dos gestores entrevistado, já citada anteriormente no histórico da criação, contudo necessária também para esse item, percebe-se que o Parque não é considerado mais como área de preservação de manancial e foi restringido à área que foi efetivamente desapropriada. Dessa forma, o interlocutor apresenta o Parque como:

“[...] uma área de relevância ecológica para o município. Muitos falam que é o ponto de abastecimento de Juazeiro, **é uma informação errônea** que a gente inclusive coíbiu durante o estudo técnico [...] porque só existem dois poços da CAGECE dentro daquela área que era 26 ha [...]” (G-1, 2018). (Grifo da autora).

Buscando relacionar as formas de apropriações sobre como as pessoas compreendem o Parque das Timbaúbas a partir de seus depoimentos, verifica-se que apenas uma minoria da sociedade civil que frequenta o Parque o compreende a partir da preservação e da importância como área de manancial e que a maioria o entende a partir da perspectiva do lazer e do esporte, fazendo apenas referência à área verde que lá existe, pois proporciona acolhimento.

Dessa forma, percebe-se que a forma de apropriação das pessoas se deu a partir da efetivação demonstrada para elas, ou seja, da forma como foi transmitida para elas. Assim, o pensamento do G-2 (2018) apresenta a ocorrência de tal situação ao afirmar que

“[...] As pessoas tendem a resumir, ou a sintetizar ou a encolher a concepção do Parque Ecológico. [...] É um erro crasso e isso prejudicou muito e vem prejudicando Juazeiro quando as pessoas imaginam que o Parque é apenas aquele cercado [...]”.

O mesmo justifica seu posicionamento e diz que não é contra a existência de uma área de lazer, porém critica a forma como é transmitida a concepção do Parque das Timbaúbas para a população.

“Não que eu seja contra, eu acho que é necessário ter um local pras pessoas passearem com seus cachorros, pros idosos andarem, pras pessoas fazerem seu cooper, pra que as pessoas possam ler sossegadamente, pra que tenha uma vigília, pra que se revitalize e continue conservando aquela área que é uma área pública ainda, eu sou favorável. Agora, fazer esses investimentos que é mesquinho, é pouco, é insignificante e depois vender pra população que está fazendo um trabalho de revitalização do Parque, no meu entender, é trair a memória ambiental do estado do Ceará. Quem adere essa concepção não tá ajudando Juazeiro” (G-2, 2018).

Referente aos movimentos sociais percebe-se que um vem de uma luta antiga e o outro ocorreu de forma pontual, como é possível identificar tanto a partir dos discursos anteriores como nas seguintes narrativas:

- “Com exceção desse movimento que foi feito “SOS TIMBAÚBAS”, que também ele foi pontual, haja vista que de lá pra cá eu não vi mais esse movimento atuando, esse movimento fazendo ações reivindicatórias ou de cobranças do poder público em relação ao parque, desconheço” (G-6, 2019).

- “tem um pessoal do entorno [...] que é uma luta antiga deles [...] pra que seja feita desassoreamento da bacia da Timbaúba, talvez a macrodrenagem, para drenar todas as águas que ficam ali no entorno causando problemas de poluição, muito mosquito, muitos insetos invadindo as casas [...]” (G-4, 2018).

Apesar de ser perceptível, a partir dos discursos apresentados, que a maioria dos gestores entrevistados conhece a complexidade sobre o Parque das Timbaúbas, tanto em termos de concepção inicial quanto em termos de importância socioambiental, percebe-se

também que estes não conseguiram ou não tiveram interesse em desenvolver políticas públicas para alcançar os objetivos propostos quando de sua criação e nem disseminar esse conhecimento também para a população em geral.

Nesse sentido, verifica-se que a sociedade civil, de uma maneira geral, ainda não conhece o objetivo real de criação do Parque das Timbaúbas, isso talvez justifique a capacidade de pressão limitada em relação ao Parque.

A partir da seguinte narrativa de um gestor ao dizer que enquanto secretário

“[...] a visão era a limpeza pública e romaria” (G-3, 2018).

O pensamento de G-2 (2018) é condizente de acordo com a realidade encontrada.

“Então os anos se passaram, desde quando eu fui secretário outros vieram, mas não tiveram a dimensão, como hoje não há nenhum secretário, eu digo isso publicamente apesar das amizades que eu tenho que tenha o perfil pra entender o que é o Parque”.

Nessa temática, abrimos espaço para apresentar uma narrativa que traz um resumo da relação existente entre sociedade civil e poder público:

“Infelizmente também na cidade de Juazeiro do Norte existe muita pouca sensibilidade com o meio ambiente. O que se verificou infelizmente, a sociedade ela não se mobiliza pelo meio ambiente, muito pelo contrário o que a gente vê na cidade de Juazeiro do Norte é aterro do riacho das Timbaúbas de forma permanente e constante, é aterro dos riachos, e é por isso que Juazeiro do Norte tem tanto problemas de inundações quando as chuvas caem, porque a drenagem natural ela foi completamente aterrada e continua sendo aterrada e o poder público continua sem fazer nada. O poder público não faz a drenagem que a cidade precisa e não impede a destruição da drenagem natural, por isso que muitas áreas aqui em Juazeiro são alagadas” (MS-2, 2019).

Consequentemente, com a falta de participação e controle por parte da sociedade em relação ao Parque, devido a forma de apropriação ocorrer de maneira distorcida referente ao principal objetivo de sua criação, a preservação como até mesmo a proteção fica difícil de ser alcançada. Sentença reafirmada a partir da seguinte narrativa:

“[...] eu não vou conseguir manter uma estrutura dessa preservada, protegida se as pessoas não se apoderarem disso, se as pessoas não tiverem conhecimento, se as pessoas não entenderem o que é, como funciona. Então, dificilmente eu vou ter força junto à sociedade civil e junto ao poder público pra reivindicar que isso seja preservado, que seja protegido, porque as pessoas ainda não se apropriaram dessa informação [...]” (G-6, 2019).

Jara (2001) afirma que de alguma maneira as agressões ambientais obedecem à complexa dinâmica mental e emocional, que construímos como resultados dos nossos pensamentos e valores viciados, que dão forma às nossas velhas perspectivas. E aponta como possibilidade o questionamento sobre o modelo convencional do desenvolvimento.

Quando os atores sociais questionam o sentido convencional do desenvolvimento, isso resulta em novas percepções e mudanças. O desenvolvimento sustentável é exigente quanto ao pensamento complexo, capaz de contextualizar, unir, articular, vincular, relacionar tudo com tudo, na visualização de caminhos em incessante questionamento e aprendizado (JARA, 2001, p. 69).

Como esses discursos encontram-se presentes no contexto da participação e do controle social em relação à proteção do Parque, é possível identificar as principais razões da situação de abandono que o Parque, notadamente vivencia, em termos das muitas intenções e poucas ações efetivas advindas das políticas públicas lá desenvolvidas.

5.5. Políticas públicas no e para o Parque e suas relações com o ODS

Ao se falar em políticas públicas desenvolvidas em prol do Parque das Timbaúbas é possível perceber nas falas dos entrevistados que existem várias concepções sobre essas políticas públicas, conforme a seguir.

Na percepção de G-1 (2018):

“[...] Não foi feito nenhum projeto de política pública de inserção daquela área, a gente via muita intervenção [...]. Eu acho que a única coisa que era feita antes era uma educação ambiental com alguns estudantes [...] e de forma esporádica, não tinha um cronograma de receber escolas, um cronograma de visitação dentro da unidade [...]”.

Na visão de G-6 (2019) existem algumas políticas públicas, tais como:

“[...] A escola de educação ambiental Monsenhor Murilo, a escola que funciona no Parque [...]. Uma política pública de você distribuir mudas pra população [...] incentivando assim a arborização da cidade, com mudas nativas, com mudas frutíferas [...]. O viveiro de mudas é uma política importante. Uma outra política pública que se tinha era os seminários, os debates que eram feitos com instituições que vinham para o Parque pra discutir, tipo as universidades. [...] um certo tempo funcionou uma ONG também dentro dos limites do Parque [...] que essa ONG também ela tinha um caráter de desenvolver políticas públicas que também fortalecia o trabalho do Parque, ou seja, a contrapartida que ela tinha enquanto entidade que estava funcionando dentro da estrutura do Parque”.

O entrevistado G-2 (2018) relata sobre as políticas públicas de forma institucional.

“Eu acho que algumas políticas públicas foram tentadas, mas, mais a nível nacional. [...] A luta para que os municípios pudessem encampar essas questões ambientais, então foram institucionalmente, houve avanços nessa área no cumprimento da legislação. No entanto, essas instituições que hoje existem e que foi um avanço, elas não conseguiram dá controle a uma demanda reprimida de agressão que existe com relação àquela área. Então, no que diz respeito à questão dos avanços institucionais existiu, Juazeiro hoje possui uma política municipal de meio ambiente, é preciso ter um plano municipal de meio ambiente [...]”.

Fala também sobre a importância do COMDEMA nessa temática.

“O COMDEMA é a câmara de vereadores da área ambiental. [...] O Conselho Municipal de Meio ambiente [...] nós fizemos reuniões, discussões, aprovando resoluções importantes, até com o apoio da ONG Juriti, definindo áreas [...] e tentando ao máximo fortalecer” (G-2, 2018).

A maioria dos entrevistados enquanto frequentadores do Parque afirmou não ter conhecimento sobre os projetos e nem das ações lá desenvolvidas. Com exceção de duas pessoas que citaram ações pontuais, a saber:

- “Viveiro de mudas [...] já houve o projeto tijolo ecológico [...]” (SC-6, 2018);
- “algumas pequenas coisas, foram feitas intervenções, como agora tá sendo feita essa intervenção pra revitalização do Parque [...]” (SC-7, 2019).

Os membros do COMDEMA citam várias políticas públicas, porém a sua maioria faz referência ao ato mais recente sobre o reconhecimento como Unidade de Conservação e o enquadramento no SNUC, como pode ser observado no Quadro 4:

Quadro 4 - Exemplos de políticas públicas para o Parque de acordo com os membros do COMDEMA.

Entrevistado (a)	Políticas públicas desenvolvidas para o Parque das Timbaúbas
(MC-2, 2018)	“recentemente foi feito um novo decreto atualizando o decreto de criação original no qual o Parque conseguiu ser inserido no SNUC no Sistema Nacional das Unidades de Conservação e aí com essa inserção no SNUC foi possível a obra que está sendo atualmente executada que é uma revitalização da parte estrutural”;
(MC-3, 2019)	“não tenho nenhum conhecimento [...]. Agora com o decreto tem a de revitalização [...]. A princípio quando eu conheci o Parque [...] diziam que existia a questão do passeio ecológico, o turismo ecológico [...] que era um incentivo a população a vir conhecer o Parque, apreciar, usufruir dessa área enquanto Parque Ecológico, digamos assim. Só que eu enquanto pessoa, eu nunca vi isso, eu não conseguia enxergar. Porque sempre que eu vinha [...] em visita técnica eu via as mesmas coisas: não tinha um direcionamento e eu sempre disse inclusive que o que faltava no Parque era o que? A gestão. [...] A Escola Ambiental, que ela poderia trabalhar em parceria e desenvolver mais ações”.
(MC-4, 2019)	“[...] a gente sabe que tem projetos ambientais voltados pra educação. [...] E agora com a criação da Unidade de Conservação o próprio plano de manejo é um instrumento de política pública e de projeto pra desenvolver dentro do Parque. Também tem outras atividades lá que o próprio município utiliza pra recreação e lazer nas áreas lá de dentro da unidade”.
(MC-5, 2019)	“algumas [...] políticas públicas muito bem vindas por sinal que contribuíram para o desenvolvimento. Por exemplo, que tá me vindo agora na lembrança a última de transformar em área verde sustentável, em área de proteção, essa é a maior delas entre outras, que eu não lembro no momento, mas sei que existiram”.
(MC-7, 2019)	“estou tomando conhecimento mais a partir da criação dele enquanto Parque Natural Municipal das Timbaúbas que foi enquadrado como área de proteção integral. Então, isso aqui eu já reconheço como uma política que contribui pra conservação dos recursos naturais, essa pra mim é uma grande política que foi direcionada pra esse Parque que foi enquadrá-lo dentro do SNUC e a partir daí

	serão desenvolvidas, lógico precisa-se criar realmente, desenvolver o plano de manejo [...]”.
--	---

Fonte: elaboração própria, 2019.

Houve também referência sobre uma intervenção ocorrida no Parque. O entrevistado G-6 (2019) relata que trazer para o Parque uma feira de fogos o entristece, e acredita que é melhor evitar trazer eventos dessa natureza para a área do Parque, pois:

“Obviamente você tira de um lugar que era extremamente perigoso que era uma área populacional do centro da cidade, mas você não pode resolver esse problema trazendo pra dentro de um Parque onde você pode ter um acidente que você pode destruir todo o Parque. Você pode ter um acidente com esses fogos de artifício, com uma explosão que você pode queimar todo o Parque, obviamente isso numa perspectiva mais catastrófica, mas isso é possível acontecer”.

Na sequência, diz que no seu entendimento a referida situação reflete duas questões:

“[...] Primeiro a falta de planejamento pra cidade e pro Parque e segundo àquela coisa que dentro do Parque Ecológico das Timbaúbas pode tudo, cabe tudo e o que não tiver espaço lá fora pode vir pro Parque que a gente tem área. Como se a questão da área física por si, autorizasse a trazer tudo pra dentro do Parque Ecológico o que não pode ser colocado em outro espaço” (G-6, 2019).

Ao solicitar para os entrevistados relacionarem as políticas públicas desenvolvidas para o Parque e se as mesmas contribuíram para o Desenvolvimento Regional Sustentável as respostas apresentadas foram diversas. Entre os membros do COMDEMA há quem afirme que qualquer política pública em uma área de conservação contribuiria, porém, há também quem acredite que não contribuíram e justifica tal posicionamento, com a seguinte argumentação:

- “Eu acho que qualquer política que você desenvolva numa área de conservação ela ajuda sim no desenvolvimento regional” (MC-2, 2018);
- “a minha resposta é não, gostaria muito de responder que sim, mas eu não enxergo política pública que tenha sido desenvolvida [...] para o Parque que contribua realmente para o desenvolvimento regional sustentável. Talvez agora a gente tenha realmente uma mudança, mas ao longo dos anos, mesmo eu não tendo acompanhado todo esse processo, o que a gente enxerga no Parque quando a gente entra [...] a gente percebia que não tinha realmente uma gestão sustentável desse parque e se não existe uma gestão sustentável desse parque como ele pode contribuir para o desenvolvimento regional sustentável?” (MC-7, 2019).

Dentre os gestores a maioria acredita que tais políticas públicas não contribuíram com o Desenvolvimento Regional Sustentável e fundamentam suas respostas.

- “Então a gente ver que tentaram fazer de conta que iam implementar polícias públicas lá na área, mas de fato nunca aconteceu (G-1, 2018);
- “Eu acho que não [...] porque pra que isso tivesse acontecido nós teríamos que ter feito [...] toda uma drenagem das águas servidas pra um outro local, ser tratada e jogada no Parque [...]” (G-4, 2018);
- “De hipótese alguma. Isso eu não posso concordar. Eu não posso novamente concordar que as políticas públicas, a única forma que contribuiu com as políticas públicas foi no momento que houve o reconhecimento por decreto de uma área de interesse público e com os investimentos mesmo de forma crítica [...] aí foi um grande avanço. Mas ao longo do tempo a política pro Parque Ecológico ela tem se resumido apenas àquele equipamento que é uma área de parque como se fosse um parque de diversão [...] e não pode se resumir apenas aquilo” (G-2, 2018).

Diante do entendimento da complexidade do processo e da natureza que envolve o Parque das Timbaúbas, desde sua proposta inicial passando pela efetivação, percebe-se que a partir do fluxo resultante aqui apresentado tais ações não fortaleceram o ODS nº 15 que se alinha nessa temática, pois não foi possível identificar ações concretas nem contínuas que proporcionassem proteção, recuperação ou promoção de um uso sustentável dos ecossistemas ali existentes e nem uma gestão que possa proporcionar a existência de um Parque sustentável.

Apesar disso, ratifico a narrativa de G-6 (2019) de que o Parque das Timbaúbas é uma referência para a região do Cariri cearense, pelas potencialidades que o espaço apresenta, notadamente, a visibilidade para as questões ambientais.

“Por mais que eu tenha críticas há algumas políticas implementadas, não pela política em si, mas pela continuidade das políticas, pela abrangência das políticas e por a maioria ser muito pontuais. Eu acho que o Parque Ecológico é uma referência na região do Cariri. Tanto pras universidades, pros estudiosos, pras pessoas que no seu dia-a-dia trabalham a questão do meio ambiente”.

Como política pública ambiental o Parque é importante, pois suscita diferentes formas de abordagem à medida que envolve distintas instituições em diversas ações públicas. Entretanto, é insuficiente para proporcionar alteração significativa em um processo, porém deve ser visto como um ambiente que proporciona a visibilidade da problemática da questão socioambiental na cidade.

“[...] Eu acho que ele nesse sentido ele é um fator de influência, diria que não influência do ponto de vista que altere todo um processo, mas de influência significativa pra abrir esse debate” (G-6, 2019).

Ao considerar a afirmativa de G-2 (2018) ao dizer que

“[...] A verdadeira área de proteção do Parque ela percorre toda a parte baixa de Juazeiro, que vai desde o Sítio Matas, em Barbalha, passando ali pelo Ingra hotel, passando pela Rui Barbosa indo pra Vila Carité. Toda aquela parte ali é por onde drena toda a água de Juazeiro do Norte. Então, o Parque Ecológico é todo aquele caminho”.

Dessa forma como todo Juazeiro do Norte toma água de poço profundo e ao longo do tempo suas lagoas estão sendo destruídas, como exemplo

“[...] Se você for lá pra Lagoa Seca, tem uma igreja linda lá, mas dentro do processo histórico como não havia controle sobre os loteamentos, ou controle sobre a evolução da especulação imobiliária, aquele setor ali daquela igreja era uma lagoa, era uma das lagoas” (G-2, 2018).

E ao longo do tempo o que é que ocorre?

“Política de asfalto, política de desmatamento, política de especulação imobiliária, política de calçamento. Tudo isso vem agredindo e ao longo do tempo tá diminuindo o tempo de absorção dessa água e eu não tenho a menor dúvida, nós já estamos no ano de 2018 com crise de abastecimento de água mesmo vindo pro inverno. Têm bairros inteiros aí que quando chega na época da romaria que a CAGECE deixa de bombear água pra poder economizar” (G-2, 2018).

Como consequência já visível é que

“Juazeiro tá o caos que está por conta disso, Juazeiro não aguenta uma chuva de 80 mm. Ainda não choveu, nem em cinco anos passados, ainda não choveu do inverno como a gente era acostumado a ver. Mas no dia que chover essa cidade ela vai se inviabilizar. Não vai ter aula nas escolas, o ônibus não vai passar pra ir pra Fortaleza, o trânsito todinho vai ficar caótico, os mais pobres vão ser atingidos, as residências vão ser invadidas por água por quê? **Porque construíram no caminho das águas**” (G-2, 2018). (Grifo da autora).

Outra consequência negativa possível para o município é

“[...] Ter uma situação emergencial, exatamente por conta dessa falta de concepção do que é o Parque, que é exatamente proteger essas áreas, no sentido de proteger os nossos mananciais, proteger nossas águas, os nossos aquíferos, aquilo que abastece a cidade e aquilo que enriquece o nosso solo” (G-2, 2018).

Ainda de acordo com o entrevistado, há outros fatores intervenientes, tais como:

“A especulação imobiliária, o poder político, os interesses, os empresários, eles vão avançando ao longo do tempo. Mas isso tem consequências, as consequências elas vão vir e já tão a mostra, não pode chover que você já ver as consequências disso” (G-2, 2018).

A partir das falas como também da pesquisa documental foi possível perceber, aparentemente, que a política pública construída em prol do Parque das Timbaúbas tem

influência direta da atuação de seus atores sociais, e assim, as arenas políticas são influenciadas de acordo com as demandas e aspirações de seus atores. Dessa forma, a contar com a falta de participação e controle por parte da sociedade, conforme identificado nesta pesquisa, o Estado, nesse caso representado pelas gestões municipais, usa seus recursos de poder, inclusive na busca de “desenvolvimento” e conforma o fluxo da política pública para efetivar seus próprios interesses políticos, econômicos e sociais.

Dessa forma, os resultados parecem nos mostrar a existência de uma relação direta entre a política ambiental e a política urbana, pois como afirma Luft (2008) as políticas de desenvolvimento urbano devem lidar primeiramente com as necessidades humanas antes de lidarem com preferências da sociedade.

Trata-se do princípio da ética factível, ao qual deve ser dada primazia. Antes de pensar em uma cidade esteticamente desejável é necessário buscar meios para que todos os indivíduos tenham direito de fazer parte desta cidade e de que ela tenha seu ambiente conservado de modo a não comprometer a sustentabilidade da vida presente e a existência de gerações futuras (LUFT, 2008, p. 12-13).

Constata-se assim que

[...] Políticas ambientais, como formas de corrigir distorções tóxicas do processo de crescimento econômico, são extremamente insuficientes: na verdade, é necessário alterar os próprios padrões de crescimento econômico para que um de seus parâmetros básicos de desempenho venha a ser a relação entre a satisfação das necessidades humanas e o estado dos ecossistemas, o que só pode ser alcançado por formas de planejamento do setor privado e público norteadas desde o início por uma estratégia socioambiental (ABRAMOVAY, 2018, p. 776-777).

Nesse contexto, Jara (2001, p. 100) afirma que

É possível formular políticas de desenvolvimento nas quais a equidade seja o princípio do progresso econômico, e a satisfação das necessidades humanas e o cuidado com a natureza sejam os principais objetivos da sociedade organizada, fazendo que a vida democrática seja enriquecida pelo empoderamento dos atores sociais.

Com isso, uma democracia direta e participativa reflete numa nova vivência coletiva que exige democratizar a própria política (JARA, 2001).

Ao trazer essa perspectiva para o caso estudado, verifica-se a existência de uma relação direta com a seguinte narrativa:

“Porque assim, o Parque não é só as coisas naturais não, é a população [...] participar, é a população também desenvolver, é a população está inserida nesse contexto” (MC-3, 2019).

Por conseguinte,

“A conservação desse Parque depende da gestão pública, mas também da sociedade como um todo entender a importância dele enquanto ecossistema fundamental para o equilíbrio dos recursos naturais que vai contribuir não só pra população do entorno como área de lazer, a parte paisagística, a questão da arborização, a questão dos recursos naturais que afetam o município de uma maneira geral. Então, a meu ver ele é muito importante em todos os aspectos ambientais” (MC-7, 2019).

Enfim,

“[...] Como é o manancial da cidade, ou seja, é da onde se tira água para o consumo humano [...] desde o princípio da vontade do desejo político de resolver as coisas ambientalmente, Juazeiro não está sendo cuidada até hoje. O desleixo dos gestores acontece a cada momento e a população não tem contribuído pra que essas melhorias possam acontecer” (G-4, 2018).

Ao se pensar em uma democracia direta e participativa que reflita em uma nova vivência com o Parque das Timbaúbas é necessário compreender que

“Se a gente não começar a discutir a cidade como um todo, a gente não vai tratar do Parque Ecológico. Essa área de preservação vai está apenas no papel e o assoreamento ele vai continuar acontecendo, vão continuar aterrando a bacia da Timbaúba, pra fins imobiliários. [...] tem que haver uma intervenção de imediato do poder público pra evitar isso” (G-4, 2018).

Nesse sentido, faz-se necessário o entendimento e a apropriação por parte dos gestores e da sociedade de um modo geral, de que o Parque das Timbaúbas é muito mais que um “cercado” e que ao olhar a figura 30, que existia no Parque, mas atualmente não foi localizada, provavelmente por conta de algumas queimadas que lá aconteceram, consiga identificar o real significado e significância do Parque das Timbaúbas.

Figura 30 - Significado e significância do Parque das Timbaúbas.



Fonte: Celme Torres, 2012.

Ao se apropriar da concepção sobre significado e significância do Parque das Timbaúbas e sua relação direta com as questões socioambientais, em especial com a vivência humana, talvez os atores sociais envolvidos com a temática, principalmente sociedade civil, movimentos sociais e membros do COMDEMA, possam iniciar a busca pela construção de uma nova vivência coletiva, de forma a considerar as reais necessidades humanas e ambientais em detrimento ao atual modelo de desenvolvimento de políticas ambientais e urbanas adotado pelas gestões municipais.

Na sequência, apresentaremos algumas reflexões a partir dos resultados encontrados.

*“[...] a continuar da forma como tá sendo, com a concepção como tá vindo, o desenvolvimento ele vem, ele passa por cima mesmo, e daqui a pouco eu temo que os edifícios tomem de conta de toda a área do Parque e que **mais tarde Juazeiro vire um não lugar**, um lugar onde não consegue conviver com uma chuva de 80 mm porque já **alaga tudo** ou uma cidade que vai sofrer e já tá sofrendo com os impactos que é da **falta de água**, mesmo no inverno, **exatamente em função das áreas de proteção que não foram protegidas**”.*

(G-2, 2018). (Grifo da autora).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário desaprender e ver como criar um futuro que reúna o ancestral. A modernidade ocidental nunca soube como fazê-lo, porque vê o futuro sempre à frente, não atrás. Mas agora estamos falando de resgatar o passado como um caminho para um futuro mais respeitoso da diversidade deste continente. Esta é a riqueza do Socialismo do Bem Viver [...] (SANTOS, 2010, p. 24-25). [traduzido pela autora].

Esta dissertação apresenta-se como objetivo principal estudar as políticas públicas na perspectiva do desenvolvimento sustentável, a partir da análise de ações e intenções de distintos atores sociais e foi guiado pelos planos ontológico (natureza e fronteira), analítico (atores necessários), empírico (materiais das fronteiras temporais e territoriais) e metodológico (reconstruir o fluxo).

Torna-se necessário destacar que o presente estudo apresenta limitações, pois apesar de ter direcionado a análise para a natureza e fronteira do objeto pesquisado, destacando algumas fases do ciclo de uma política pública específica, a metodologia foi conformada no decorrer do percurso, a partir do próprio olhar da pesquisadora e dos percalços impostos pela própria pesquisa, para atingir os objetivos propostos.

O Parque das Timbaúbas e seu entorno, enquanto processo histórico vivenciava situações muito específicas, pois é uma área de relevância ecológica localizada em um espaço urbano bastante adensado, porém, constantemente experimentava insegurança jurídica quanto ao uso da própria área como também de seu entorno para diversos fins, seja para serviços, comerciais ou industriais, como por exemplo, o caso mais recente das construções públicas do Centro de Iniciação ao Esporte, piscina semiolímpica e centro de reabilitação e oficina de órtese e prótese que foram autorizadas devido o Parque não ter uma proteção do ponto de vista legal, ou seja, ainda não ser oficialmente reconhecido enquanto Unidade de Conservação.

Assim, com a criação, mesmo que de uma pequena área do então Parque Ecológico, como UC de proteção integral, a partir da emissão do decreto de 2017, deveria trazer segurança não só jurídica como também para emissão de pareceres e análises ambientais. Porém, provavelmente, essa insegurança jurídica irá continuar, pois de acordo com a legislação do SNUC a área de uma UC de proteção integral deve ser considerada zona rural para efeitos legais, porém, a área do Parque das Timbaúbas encontra-se encravada em um adensamento urbano, inclusive com áreas adjacentes com crescimento urbano desordenado. Então, possivelmente já aparecem duas questões para debates: primeira e principal referente a este enquadramento (de uma área que deve ser considerada rural conforme a lei, porém

localiza-se em uma zona urbana densa) e, segundo em relação a sua zona de amortecimento enquanto UC de acordo com a legislação ambiental.

Diante do que foi exposto e proposto nesta pesquisa que descreve o Parque das Timbaúbas enquanto política pública ambiental observa-se que não foi observada uma política pública consistente, que tenha sido desenvolvida de modo a impactar de forma significativa no fortalecimento do DS, ou, no caso específico do ODS nº 15, pois não foram identificadas ações concretas nem contínuas que proporcionassem proteção, recuperação ou promoção de um uso sustentável dos ecossistemas ali existentes, tampouco se verificou indícios de uma gestão que possa proporcionar a existência de um Parque sustentável.

Pelo contrário, o que foi constatado é que as políticas públicas em prol do Parque que poderiam fortalecer o ODS nº 15 só ocorreram enquanto proposta inicial, pois enquanto processo histórico tais políticas públicas resultaram apenas em “boas intenções”. Com isso, no decorrer de seu fluxo o Parque foi deturpado enquanto natureza e, conseqüentemente, as narrativas construídas pelos atores sociais participantes da pesquisa, principalmente pelos gestores, mascaram a verdadeira realidade que envolve o Parque.

Dessa forma, o decreto emitido pela gestão municipal em 2017 parece não só comprovar a forma de apropriação referente o Parque enquanto um “cercado” como também tornou tal entendimento legalizado, pois passou a considerar como Parque apenas a área até então desapropriada pela gestão municipal como também desconsiderou e revogou o decreto de sua criação emitido em 1997 e não mais o considera como área de proteção de manancial.

Assim, conclui-se que de fato o Parque das Timbaúbas vivencia uma situação de abandono, tanto no passado quanto no presente, e que no decorrer do tempo o dito “caminho das águas” (termo designado por um dos entrevistados), vem sofrendo agressões e distorções que descaracterizaram seu objetivo principal enquanto área de proteção de manancial. Isso acontece, segundo o contexto, porque o crescimento econômico disfarçado de “desenvolvimento” toma forma por meio do “poder político” e torna realidade aquilo que lhe convém, e defronte o imediatismo da impossibilidade do “poder” da natureza, a contar com a falta de participação e controle por parte da sociedade civil, ganha a batalha temporariamente.

Porém, essa vitória de caráter temporário implica uma série de conseqüências. E no caso do Parque das Timbaúbas, algumas já são visíveis, como demonstradas no item anterior, e a continuar essa situação de desconsideração da importância vital do Parque para a cidade, mais conseqüências negativas virão. E ao corroborar com a visão de um dos entrevistados (vide epígrafe na página 129) é preocupante a possibilidade da cidade de Juazeiro do Norte virar um “não lugar” onde seja inviável conviver, devido chuvas de pequenas proporções

causarem alagamentos e desastres como também devido a falta de água, advindas da falta de proteção do Parque das Timbaúbas.

E quem serão os atingidos? Acredita-se que a resposta cada um de nós tem a capacidade de formular, principalmente, ao ler e entender a proposta deste estudo. Contudo, cabe aqui uma reflexão sobre toda a amplitude e complexidade existentes em torno do termo “desenvolvimento” – que deve abarcar o campo social, ambiental e econômico, incluindo todos os seres vivos, humanos ou não, para que possamos compreender de maneira individual e coletiva, qual “desenvolvimento” realmente necessitamos para elaborar e implementar políticas públicas que sejam capazes de proporcionar um “Bem Viver”. Ou melhor, será que nós realmente precisamos de “desenvolvimento”?

Resumidamente, a partir da pesquisa documental, dos depoimentos dos atores sociais envolvidos e da observação direta realizada, identificou-se que o Parque das Timbaúbas enquanto política pública ambiental é uma vontade. Uma vontade de se ter um Parque, mas que na verdade, efetivamente não existe. Assim, sugere-se que seja implantada uma adequada gestão ambiental na área estudada, para que possamos contribuir, com a construção de forma efetiva dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, a partir de um estudo amplo e detalhado, utilizando como base o objetivo primordial quando da proposta inicial de criação do Parque: área de proteção de manancial. Conseqüentemente, o reconhecimento de possíveis decisões administrativas equivocadas, sejam decisões legais ou em termos de gestão, devem ser corrigidas, de forma a incorporar e incentivar a participação e controle de todos os atores sociais direta ou indiretamente envolvidos na política pública em questão.

Com isso, a presente pesquisa não se apresenta como uma verdade absoluta, porém, espera-se que sirva de referência para o entendimento da relação existente entre política pública e os termos de apropriações existentes em torno do vocábulo “desenvolvimento” e que tal entendimento proporcione a realização de novos estudos e novas visões nessa temática, para podermos ter a capacidade de contribuir de maneira efetiva com o aprimoramento de tais políticas, para que se transformem em ações e que favoreçam a existência de uma vida sustentável, ou seja, circular e includente, seja no presente ou no que está por vir, considerando as experiências vivenciadas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Políticas ambientais. In: GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). *Dicionário de Políticas Públicas*. 3. Ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2018. 1066p.
- ACOSTA, A. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. [traduzido por] Tadeu Breda– São Paulo : Autonomia Literária, Elefante, 2016. 264 p.
- _____. *AGENDA 2030. Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015. <https://sustainabledevelopment.un.org>. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>>. Acesso em: 05 mar. 2018.
- ALAMI, S.; DESJEUX, D.; MOUSSAOUI, I. G. *Os métodos qualitativos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- ALVIM, A. T. B.; BRUNA, G. C.; KATO, V. R. C. *Políticas ambientais e urbanas em áreas de mananciais: interfaces e conflitos*. *Cadernos metrópole* 19. pp. 143-164. 1º sem. 2008. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8714>> Acesso em: 04 jan. 2019.
- ASSIS, M. A. de. *Políticas Públicas (Tipologias)*. In: CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de, GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga, PINTO, Luciana Moraes Raso Sardenha. (orgs.). *Dicionário de políticas públicas: volume 2*. Belo Horizonte: EdUEMG, 2015. p. 338-341.
- ASSIS, M. P. de, MALHEIROS, T. F., FERNANDES, V., PHILIPPI JR, A. *Avaliação de Políticas Ambientais: desafios e Perspectivas*. *Saúde Soc.* São Paulo, v.21, supl.3, p.7-20, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v21s3/02.pdf>>. Acesso em: 20 agos. 2018.
- BARGOS, D. C., MATIAS, L. F. *Áreas verdes urbanas: um estudo de revisão e proposta conceitual*. *Soc. Bras. de Arborização Urbana. REVSBAU*, Piracicaba – SP, v.6, n.3, p.172-188, 2011. Disponível em: <<http://www.ige.unicamp.br/geoget/acervo/artigos/areas%20verdes%20urbanas%20Danubia.pdf>> Acesso em: 05 fev. 2018.
- BOULLOSA, R. de F. *Políticas públicas*. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 144-148.
- BOULLOSA, R. F. *Mirando ao revés as políticas públicas: notas sobre um percurso de pesquisa*. *Pensamento & Realidade*, v. 28, p. 68-86, 2013.
- BRANDÃO, M; BRANDÃO, H. *A árvore, paisagismo e meio ambiente*. Belo Horizonte: Editora Vital Comunicação Integrada, 1992. 168 p.
- BRASIL. *Floresta Nacional do Araripe-Apodí celebra 70 anos*. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Ministério do Meio Ambiente. 2016. Disponível

em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/7878-floresta-nacional-do-araripe-celebra-70-anos>> Acesso em: 04 out. 2018.

BRASIL. Decreto nº 47.570 de 31 de dezembro de 1959. Cria o Parque Nacional de Araguaia, integrante da Seção de Parques e Florestas Nacionais de Serviço Florestal do Ministério da Agricultura. 1959. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/parna_araguaia.pdf> Acesso em: 04 out. 2018.

BRASIL. Decreto nº 49.874 de 11 de janeiro de 1961. Cria o "Parque Nacional das Emas", no Estado de Goiás, abrangendo parte menor, do Estado de Mato Grosso. 1961. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/emas.pdf>> Acesso em: 04 out. 2018.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.822 de 30 de novembro de 1939. *Cria o Parque Nacional da Serra dos órgãos*. 1939. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/serra%20do%20orgaos.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2018.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. *Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm> Acesso em: 29 nov. 2017.

BRASIL. Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997. *Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9433.htm> Acesso em: 03 jan. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. *Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências*. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm> Acesso em: 21 nov. 2017.

BRASIL. *ODS Brasil. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*. Secretaria de Governo da Presidência da República. Conheça os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. 2017. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/ods/assuntos/sobre-os-ods>> Acesso em: 29 nov. 2017.

BRASIL. *Parques e áreas verdes*. Ministério do Meio Ambiente. 2012. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/itemlist/category/61-areas-verdes-urbanas.html>>. Acesso em: 09 nov. 2018.

BRASIL. *Sobre a Rio+20. Conferências das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável*. 2011. Disponível em: <http://www.rio20.gov.br/sobre_a_rio_mais_20.html> Acesso em: 24 out. 2018.

BRASÍLIA. *Plano de manejo do Parque Nacional do Itatiaia*. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio. Volume 1. Encartes 1, 2, 3 e 4. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/pm_parna_itatiaia_enc1.pdf> Acesso em: 04 out. 2018.

BRUNTLAND, G. H. *Our common future*. London: Oxford University Press, 1987.

BUARQUE, S. C. *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 4 ed. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=UDzMIAM2ldwC&oi=fnd&pg=PA11&dq=desenvolvimento+local&ots=fk7zEOMMjx&sig=DEbNBiXI976zRzqfEiPQtKFv-II#v=onepage&q&f=false>> Acesso em: 12 mar. 2018.

BURSZTYN, M., BURSZTYN, M. A. A. *Políticas públicas e sustentabilidade*. Volume 1 | seção 2 | parte 6 | capítulo 2. p. 655-670. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/35485053/Capitulo_-_livro_Direito_Ambiental_EMBRAPA.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1513196736&Signature=3r2tZITGwNhLC%2Brz%2F6SQ%2FII7YHk%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DPol%C3%ADticas_publicas_e_sustentabilidade.pdf> Acesso em: 04 dez. 2017.

BURSZTYN, M., BURSZTYN, M. A. *Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto nº 50.665, de 30 de maio de 1961. *Cria o Parque Nacional de Sete Quedas e dá outras providências*. 1960-1969. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-50665-30-maio-1961-390248-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 04 out. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Decreto nº 86.071, de 4 de Junho de 1981. *Extingue o Parque Nacional de Sete Quedas, criado pelo Decreto nº 50665, de 30 de maio de 1961, e dá outras providências*. 1980-1987. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-86071-4-junho-1981-435549-publicacaooriginal-1-pe.html>> Acesso em: 04 out. 2018.

CEARÁ (estado). *Relatório técnico nº 01/03NUCEF/COFLO/SEMACE – documental*. Governo do Estado do Ceará: Secretaria da Ouvidoria Geral e do Meio Ambiente – SOMA / Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE, novembro, 2003.

CELLARD, A. *A análise documental*. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis, Vozes, 2008.

CHACON, S. S. *O sertanejo e o caminho das águas: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2007. 354 p. (Série BNB teses e dissertações, n. 08). ISBN 978-85-8706296-3.

CHACON, S. S. *Desenvolvimento*. In: BOULLOSA, Rosana de Freitas (org.). *Dicionário para a formação em gestão social*. Salvador: CIAGS/UFBA, 2014. p. 48-50.

Comitês PCJ. *Política de recuperação, conservação e proteção de mananciais*. 2015. Disponível em: <<http://www.agencia.baciaspcj.org.br/fotos/folder-politica-mananciais.pdf>> Acesso em: 03 de jan. 2019.

Confederação Nacional de Municípios – CNM. *Guia para Localização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável os Municípios Brasileiros. O que os gestores municipais*

precisam saber – Brasília: CNM, 2016. 132 páginas. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/cms/biblioteca/ODS-Objetivos_de_Developmento_Sustentavel_nos_Municipios_Brasileiros.pdf> Acesso em: 08 de nov. 2018.

COSTA, B. V.; CAMARGO, L. O. DE L. *Parques urbanos, população e exclusão em São Paulo*. Licere, Belo Horizonte, v.15, n.2, jun/2012. Universidade Anhembi Morumbi São Paulo – SP – Brasil.

D'OLIVEIRA, E.; BURSZTYN, I.; BADIN, L. *Parque nacional do Iguaçu*. Caderno Virtual de Turismo. Vol. 2, núm. 4, 2002, pp 1-10. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Brasil. E-ISSN: 1677-6976. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/1154/115418121001/>> Acesso em: 04 de out. 2018.

FERREIRA, L. da C. *A questão ambiental: sustentabilidade e políticas públicas no Brasil*. – 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1998.

FIUZA, R. A. M. *Poder (no Estado)*. In: CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de, GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga, PINTO, Luciana Moraes Raso Sardinha (orgs). *Dicionário de políticas públicas: volume 2* – Belo Horizonte: EdUEMG, 2015. 490 p.

FREY, K. *Políticas Públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil*. In: *Planejamento e políticas públicas*, n. 21, p. 211-260, Jun. 2000.

GARCIA, A. P. P. *Controle Social*. In: CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de, GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga, PINTO, Luciana Moraes Raso Sardinha. (orgs.). *Dicionário de políticas públicas: volume 2*. Belo Horizonte: EdUEMG, 2015. p. 103-105.

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

GIOVANNI, G. Di. *Abordagens cognitivas*. In: GIOVANNI, G. Di; NOGUEIRA, M. A. (Orgs.). *Dicionário de Políticas Públicas*. 3. Ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2018. 1066p.

GIOVANNI, G. Di; NOGUEIRA, M. A. (Orgs.). *Dicionário de Políticas Públicas*. 3. Ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2018. 1066p.

GOMES, M. A. S. *Parques urbanos, políticas públicas e sustentabilidade*. Mercator, Fortaleza, UFC, v. 13, n. 2, p. 79-90, mai/ago. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mercator/v13n2/1676-8329-mercator-13-02-0079.pdf>> Acesso em: 01 mar. 2018.

GONÇALVES, W. *Padrões de assentamento de áreas verdes municipais - uma visão crítica*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 1994. 116p.

GRAY, D. E. *Pesquisa no Mundo Real*. Tradução: Roberto Cataldo Costa; revisão técnica: Dirceu da Silva. 2. Ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

IBGE. *Censo ano 2010*. Brasil. Ceará. Juazeiro do Norte. Pesquisas. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/juazeiro-do-norte/pesquisa/23/27652?detalhes=true>> Acesso em: 01 dez. 2017.

JACOBI, P. *Movimento ambientalista no Brasil. Representação social e complexidade da articulação de práticas coletivas*. 2003. Disponível em: <https://regimesdenegociacao.files.wordpress.com/2013/07/jacobi_movimento-ambientalista-brasil-edusp.pdf>. Acesso em: 01 mar. 2018.

JARA, C. J. *As dimensões intangíveis do desenvolvimento sustentável*. Carlos Jara com a colaboração de Maria Verônica Moraes Souto – Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) 2001.

JUAZEIRO DO NORTE (município). *A cidade - história da cidade*. 2018. Disponível em: <<http://www.juazeiro.ce.gov.br/Cidade/Historia/>> Acesso em: 02 out. 2018.

JUAZEIRO DO NORTE (município). Decreto nº 352, de 23 de outubro de 2017. *Cria o Parque Natural Municipal das Timbaúbas, no Município de Juazeiro do Norte, no Estado do Ceará, e dá outras providências*. Caderno I do dia 07 de Novembro de 2017. Diário Oficial do Município. Juazeiro do Norte, 2017.

JUAZEIRO DO NORTE (município). Decreto nº 1.083, de 23 de março de 1995. *Declara de utilidade pública imóveis que indica e dá outras providências*. Juazeiro do Norte – Ce. 1995.

JUAZEIRO DO NORTE (município). Decreto nº 1.183, de 16 de junho de 1997. *Delimita o Parque Ecológico das Timbaúbas, área de proteção de mananciais e do meio ambiente*. Juazeiro do Norte – Ce, 1997.

JUAZEIRO DO NORTE (município). *Estudo técnico para criação de Unidade de Conservação em Juazeiro do Norte - Ce*. Juazeiro do Norte – Ce, 2017.

JUAZEIRO DO NORTE (município). *Especificações técnicas – volume III. Parque Ecológico das Timbaúbas – 1ª etapa*. Maio, 1996.

JUAZEIRO DO NORTE (município). Lei 3662, de 22 de abril de 2010. *Institui a política ambiental e dispõe sobre o sistema municipal do meio ambiente para a administração da qualidade ambiental, proteção, controle e desenvolvimento do meio ambiente no município de Juazeiro do Norte, Ceará*. Caderno I do dia 18 de Maio de 2010. Diário Oficial do Município. Juazeiro do Norte, 2010.

JUAZEIRO DO NORTE (município). Lei complementar nº 85, de 10 de maio de 2012. *Cria no âmbito do Município de Juazeiro do Norte, a Autarquia Municipal de Meio Ambiente de Juazeiro do Norte – AMAJU, vinculada a Secretaria de Meio Ambiente, Agricultura e Serviços Públicos - SEMASP e dá outras providências*. Caderno I do dia 14 de Maio de 2012. Diário Oficial do Município. Juazeiro do Norte, 2012.

JUAZEIRO DO NORTE (município). *Memorial descritivo – volume I. Parque Ecológico das Timbaúbas – 1ª etapa*. Maio, 1996.

LAKATOS, E. V.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. *Introduction: understanding public policy through its instruments – from the nature of instruments to the sociology of public policy instrumentation*. Governance, n. 20, p. 1-22, 2007.

LESBAUPIN, I. CAPÍTULO II Transição, alternativas ao desenvolvimento e democracia por novas concepções de desenvolvimento. *Para além do desenvolvimento construir outros horizontes utópicos*. Organizadores: Ivo Lesbaupin e Evanildo Barbosa da Silva. Abong - Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns e Iser Assessoria São Paulo, 2017.

LIMA, L. L.; D'ASCENZI, L. *Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento local*. Porto Alegre: Metamorfose, 2018.

LITTLE, P. (Org.). *Políticas ambientais no Brasil*. São Paulo: Peirópolis - Brasília, 2003.

LUFT, R. M. *Políticas municipais de desenvolvimento urbano: premissas e condições para um planejamento factível*. Dissertação (Mestrado em direito) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 2008. 178p.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. *Parques urbanos no Brasil*. São Paulo, Edusp, 2010.

MARTINS, J; MESQUITA, R. *Gestão social, participação e controle social*. Fascículo 3. In: Curso gestão social / concepção e coordenação geral, Cliff Villar; organizadores de conteúdo: João Martins de Oliveira Neto e Jeová Torres Silva Júnior. – Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/UANE/BID/STDS-Ce, 2017. 288. il. color; (Curso em 12 Fascículos).

MAPA DE LOCALIZAÇÃO DE JUAZEIRO DO NORTE. Disponível em: www.google.com.br/search?q=mapa+de+localização+de+juazeiro+do+norte+ce&ie=utf-8&oe=utf-8&client=firefox-b&gws_rd=cr&dcr=0&ei=LaixWvL_E4K5wASC6oPwDQ
Acesso em 20 mar. 2018.

MELO, J. R. C. de. *Arcabouço legal e institucional e a situação de proteção ambiental dos mananciais: o caso do rio Marés na Paraíba*. João Pessoa, 2013. Tese (Doutorado) – UFBA-UFPB. 225f.

NOGUEIRA, M. A. *Participação política*. In: GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). *Dicionário de Políticas Públicas*. 3. Ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2018. 1066p.

NOGUEIRA, M. A. *Poder*. In: GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). *Dicionário de Políticas Públicas*. 3. Ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2018. 1066p.

NOGUEIRA, M. A. *Poder democrático*. In: GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). *Dicionário de Políticas Públicas*. 3. Ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2018. 1066p.

NUCCI, J. C. *Qualidade ambiental e adensamento urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP)*. 2ª ed. Curitiba: O Autor, 2008. 150 p. Disponível em: <<https://tgpusp.files.wordpress.com/2018/05/qualidade-ambiental-e-adensamento-urbano-nucci-2008.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2018.

PECCATIELLO, A. F. O. *Políticas públicas ambientais no Brasil: da administração dos recursos naturais (1930) à criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (2000)*. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 24, p. 71-82, jul./dez. 2011. Editora UFPR.

PHILIPPI Jr, A.; ROMÉRO, M. de A. e BRUNA, G. C. *Curso de gestão ambiental*. Barueri, SP: Manole, 2004.

PIERRE, M. *A Análise das Políticas Públicas*. Yves Surel; [traduzido por] Agemir Bavaresco, Alceu R. Ferraro. - Pelotas: Educat, 2002. 156p.

_____ PLATAFORMA AGENDA 2030. Disponível em: <<http://www.agenda2030.com.br/sobre/>> Acesso em: 05 mar. 2018.

REIS, B. P. W. *Arena Política*. In: GIOVANNI, Geraldo Di; NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.). Dicionário de Políticas Públicas. 3. Ed. – São Paulo: Editora UNESP, 2018. 1066p.

RODRIGUES, A. M. *Problemática Ambiental = Agenda Política - Espaço, território, classes sociais*. Boletim Paulista de Geografia – “Perspectiva Crítica” – nº 83, dezembro de 2005, p. 91 a 110. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB-SP.

RUA, M. das G.; ROMANINI, R. *Tipologias e tipos de políticas públicas*. In: RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta (Orgs.). Para aprender políticas públicas. Instituto de Gestão Economia e Políticas Públicas (IGEPP). Brasília, 2013. Disponível em: <http://igepp.com.br/uploads/ebook/ebook-para_aprender_politicas_publicas-2013.pdf> Acesso em: 17 agos. 2018.

RUA, M. G.; ROMANINI, R. *Para Aprender Políticas Públicas*. Volume I: Conceitos e Teorias. Brasília: IGEPP, 2013.

RUA, M. G. *Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos*. In: RUA, M. G.; VALADÃO, M. I. O Estudo da Política: Temas Selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D. de; GUINDANI, J. F. *Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I - Número I - Julho de 2009. ISSN: 2175-3423. Disponível em: <<https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf>>. Acesso em: 28 set. 2018.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Org. Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SALHEB, G. J. M., et al. *Políticas públicas e meio ambiente: reflexões preliminares*. Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas, [S.l.], n. 1, ago. 2009. ISSN 2177-1642. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta/article/view/57>>. Acesso em: 01 mar. 2018.

SANTOS, B. de S. *La hora de l@s invisibles*. In: Sumak Kawsay / Buen Vivir y cambios civilizatórios. Quito: Fedaeaps, 2010. p. 13-25.

SECCHI, L. *Análise de políticas públicas: diagnóstico de problemas, recomendação de soluções*. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SECCHI, L. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos*. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013.

SILVA, C. L. da; SOUSA-LIMA, J. E. de. *Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Saraiva, 2010.

SILVA, M. A de C.; SILVA, A. P. B. da; MENDONÇA, F. G. T. de; BRITO, R. M. de A.; NOGUEIRA, R. C. *Diagnóstico ambiental do Parque Ecológico das Timbaúbas - Juazeiro do Norte – Ceará – propostas de intervenções*. Governo do Estado do Ceará: Secretaria da Ouvidoria Geral e do Meio Ambiente – SOMA / Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE, 2003.

SILVA, V. A. C. *Políticas compensatórias*. In: OLIVEIRA, D. A; DUARTE, A. M. C; VIEIRA, L. M. F. *Dicionário: trabalho e condição docente*. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. Disponível em: <<http://www.gestrado.org/pdf/325.pdf>> Acesso em: 17 agos. 2018.

SOUSA, A. C. A. de. *A evolução da política ambiental no Brasil do século XX*. 2005. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/vinteeseis/ana_sousa_26.htm> Acesso em: 06 jun. 2018.

STAKE, R. E. *Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam*. Tradução: Karla Reis; revisão técnica: Nilda Jacks. Porto Alegre: Penso, 2011.

TEIXEIRA, C. *O desenvolvimento sustentável em unidade de conservação: a "naturalização" do social*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 20, núm. 59, outubro, 2005, pp. 51-66. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais - São Paulo, Brasil. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v20n59/a04v2059.pdf>> Acesso em: 08 de nov. 2018.

TEIXEIRA, E. C. *O local e o global: limites e desafios da participação cidadã*. - São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2001.

TEIXEIRA, E. C. *O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade*. Associação dos Advogados de Trabalhadores Rurais da Bahia 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf> Acesso em: 28 set. 2018.

TEIXEIRA, M. *Fatos, fotos e registro: registrando um pouco de tudo sobre tudo. O fim de Sete Quedas em 1982*. 2017. Disponível em: <<https://fatosfotoseregistros.wordpress.com/2017/11/07/fim-sete-quedas/>> Acesso em 05 out. 2018.

TSUTIYA, M. T. *Abastecimento de Água*. 3ª edição. São Paulo: Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <<https://vdocuments.site/abastecimento-de-agua-tsutiya.pdf>> Acesso em: 03 jan. 2019.

VEIGA, J. E. da. *Para entender o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora 34, 2015 (1ª edição). 232 p.

YIN, R. K. *Estudo de Caso – Planejamento e Métodos*. [Trad.] GASSI, D. 2 Ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZAMBAM, N. J; KUJAWA, H. A. *As políticas públicas em Amartya Sen: condição de agente e liberdade social/Public policies in Amartya Sen: agent condition and social freedom*. Revista Brasileira de Direito, Passo Fundo, v. 13, n. 1, p. 60-85, mar. 2017. ISSN 2238-0604. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1486>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

APÊNDICE 01
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI – UFCA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL – MDER
ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA E
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

DADOS SOCIOECONÔMICOS	
IDADE	
GÊNERO	
GRAU DE INSTRUÇÃO	
ONDE MORA	

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA E
QUESTÕES GERAIS A SEREM LEVANTADAS PELA PESQUISADORA
(PARA SOCIEDADE CIVIL)

- 1- Tem conhecimento sobre a finalidade ou objetivo da criação do Parque das Timbaúbas?
 Sim. Comente Não
 - 2- Você tem conhecimento sobre as motivações que levaram à criação desse Parque?
 Sim. Quais? Não.
 - 3- Tem conhecimento sobre como era o Parque das Timbaúbas na época de sua criação?
 Sim. Descreva. Não.
 - 4- Em sua opinião, qual a importância do Parque das Timbaúbas para o município de Juazeiro do Norte / região do Cariri?
 - 5- Na sua visão, como deveria ser o Parque das Timbaúbas?
 - 6- Conhece as ações desenvolvidas para o Parque das Timbaúbas?
 Sim. Qual (ais) considera mais importante? Por qual motivo? Não
 - 7- O que você acha que mudou desde a criação do Parque até hoje?
 - 8- Em que momentos você frequenta o Parque?
 - 9- Já participou ou tem conhecimento de algum movimento social em favor do Parque?
 - 10- O que o Parque das Timbaúbas representa pra você?
 - 11- Na sua visão, o que os gestores devem fazer para preservar/conservar a área do Parque das Timbaúbas?
 - 12- E você, enquanto membro da sociedade civil, o que acha que pode e deve fazer para preservar/conservar a área do Parque das Timbaúbas?
- OBS.: A assinatura abaixo concede à pesquisadora direitos para usar as informações prestadas pelo (a) entrevistado (a) para fins de pesquisa e/ou construção e publicação de artigos.

Entrevistado (a)

APÊNDICE 02
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI – UFCA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL – MDER
ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA E
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

	DADOS SOCIOECONÔMICOS
IDADE	
GÊNERO	
GRAU DE INSTRUÇÃO	
ONDE MORA	

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA E
QUESTÕES GERAIS A SEREM LEVANTADAS PELA PESQUISADORA
(PARA GESTORES)

- 1- Qual o seu papel enquanto gestor do Parque das Timbaúbas?
- 2- Tem conhecimento sobre as motivações que levaram à criação do Parque das Timbaúbas?
 Sim Comente. Não
- 3- Quais políticas públicas já foram desenvolvidas para o Parque?
- 4- Quais resultados essas políticas públicas trouxeram para o Parque desde a sua criação até os dias atuais?
- 5- Atualmente quais políticas públicas existem para o Parque?
- 6- Como se deu o processo de elaboração dessas políticas? De que maneira a sociedade civil participou desse processo?
- 7- Houve movimento da sociedade civil para ocasionar essas políticas públicas para o parque ou foi iniciativa do governo? Comente.
- 8- Parte da área do Parque foi reconhecida nacionalmente como UC de proteção integral. Como esse processo pode contribuir para a preservação/conservação do mesmo?
- 9- Em sua opinião, qual representatividade do Parque para seu entorno? E para a sociedade em geral?
- 10- Você acha que as políticas públicas desenvolvidas para o parque contribuíram para o Desenvolvimento Regional Sustentável?
- 11- De que maneira as políticas públicas em execução ou a serem executadas contribuirão para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável?

OBS.: A assinatura abaixo concede à pesquisadora direitos para usar as informações prestadas pelo (a) entrevistado (a) para fins de pesquisa e/ou construção e publicação de artigos.

Entrevistado (a)

APÊNDICE 03
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI – UFCA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL – MDER

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA E
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

	DADOS SOCIOECONÔMICOS
IDADE	
GÊNERO	
GRAU DE INSTRUÇÃO	
ONDE MORA	

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA E
QUESTÕES GERAIS A SEREM LEVANTADAS PELA PESQUISADORA
(PARA MEMBROS DO COMDEMA)

- 1- Qual o seu papel enquanto membro do COMDEMA?
- 2- Tem conhecimento sobre as motivações que levaram à criação do Parque das Timbaúbas?
 Sim Comente. Não
- 3- Quais políticas públicas já foram desenvolvidas para o Parque?
- 4- Quais resultados essas políticas públicas trouxeram para o Parque desde a sua criação até os dias atuais?
- 5- Atualmente quais políticas públicas existem para o Parque?
- 6- De que maneira o COMDEMA participou do processo de elaboração dessas políticas públicas?
- 7- Parte da área do Parque foi reconhecida nacionalmente como UC de proteção integral. Como esse processo pode contribuir para a preservação/conservação do mesmo?
- 8- Em sua opinião, qual representatividade do Parque para seu entorno? E para a sociedade em geral?
- 9- Você acha que as políticas públicas desenvolvidas para o Parque contribuíram para o Desenvolvimento Regional Sustentável?
 Sim. Por quê? Não. Por quê?

OBS.: A assinatura abaixo concede à pesquisadora direitos para usar as informações prestadas pelo (a) entrevistado (a) para fins de pesquisa e/ou construção e publicação de artigos.

Entrevistado (a)

APÊNDICE 04

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI – UFCA
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL – MDER

ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA E TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

DADOS SOCIOECONÔMICOS	
IDADE	
GÊNERO	
GRAU DE INSTRUÇÃO	
ONDE MORA	

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA E QUESTÕES GERAIS A SEREM LEVANTADAS PELA PESQUISADORA (PARA MOVIMENTO SOCIAL)

- 1- Como surgiu esse movimento em prol do Parque das Timbaúbas?
- 2- Qual (ais) objetivo (s) desse movimento?
- 3- Quais as dificuldades encontradas?
- 4- O que esse movimento conseguiu como resultado?
- 5- Tem conhecimento sobre a finalidade ou objetivo da criação do Parque das Timbaúbas?
() Sim. Comente () Não
- 6- Em sua opinião, qual a importância do Parque das Timbaúbas para o município de Juazeiro do Norte / região do Cariri?
- 7- Na sua visão, como deveria ser o Parque das Timbaúbas?
- 8- O que o Parque das Timbaúbas representa pra você?
- 9- Na sua visão, o que os gestores devem fazer para preservar/conservar a área do Parque das Timbaúbas?
- 10- E você, enquanto membro da sociedade civil, o que pode e/ou deve fazer para preservar/conservar a área do Parque das Timbaúbas?

OBS.: A assinatura abaixo concede à pesquisadora direitos para usar as informações prestadas pelo (a) entrevistado (a) para fins de pesquisa e/ou construção e publicação de artigos.

Entrevistado (a)